

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-graduação em Linguística

Doutorado em Linguística

CONSTRUÇÕES APOSITIVAS:

estruturas desgarradas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*

JOSEFA JACINTO DE FRANÇA

JOÃO PESSOA

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Centro de Ciências Humanas e Letras

Programa de Pós-graduação em Linguística

Doutorado em Linguística

CONSTRUÇÕES APOSITIVAS:

estruturas desgarradas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*

JOSEFA JACINTO DE FRANÇA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba, Área de concentração Teoria e Análise Linguística, como requisito para a obtenção do Título de Doutora em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Rosa Silva

JOÃO PESSOA

2016

F814c França, Josefa Jacinto de.
 Construções apositivas: estruturas desgarradas
 introduzidas por *ou seja* e *quer dizer* / Josefa Jacinto de
 França.- João Pessoa, 2016.
 152f.
 Orientador: Camilo Rosa Silva
 Tese (Doutorado) - UFPB/CCHL
 1. Linguística. 2. Teoria e análise linguística.
 3. Conectores/marcadores *ou seja* e *quer dizer*. 4. Construções
 apositivas. 5. Funções textual-discursivas. 6. Desgarramento.

UFPB/BC

CDU: 801(043)

CONSTRUÇÕES APOSITIVAS:
estruturas desgarradas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*

Josefa Jacinto de França

Tese submetida à banca examinadora como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Data____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Camilo Rosa Silva
(Orientador – PROLING/UFPB)

Prof. Dr. Emanuel Cordeiro da Silva
(Examinador - UFRPE)

Prof. Dr. Roberto Carlos de Assis
(Examinador – POSLIN-UFMG/UFPB)

Profa. Dra. Iara Ferreira de Melo Martins
(Examinadora – PROFLETRAS-UEPB)

Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz
(Examinadora – PROLING-UFPB)

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
(Suplente– PROLING/UFPB)

Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena
(Suplente – PROLING/UFPB)

A meus filhos,
Alexsander e Dayse,
e a meus netos,
João Victor e Mirela,
luz da minha vida,
razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos:

- ✚ a Deus, amigo fiel, por me acompanhar e me conceder força neste trabalho.
- ✚ ao professor Dr. Camilo Rosa, pela orientação; por ter me conduzido nesta pesquisa com segurança, serenidade, confiança e, sobretudo, responsabilidade e competência. Por ter acreditado em mim desde o primeiro momento. Muito lhe devo.
- ✚ à minha amiga Marta Anaísa. Eu teria tanto o que agradecer a esse anjo; pois quanto mais distante de mim, mais me protege. Foi juntamente a ela que nasceu esta pesquisa.
- ✚ à minha irmã Maria Jacinto, pelo grande incentivo; pelas palavras de conforto que transformavam o meu cansaço em estímulo e, conseqüentemente, vontade de concluir este trabalho.
- ✚ à professora Dra. Mônica Trindade. Cursar uma disciplina com ela foi algo, além de muito proveitoso; prazeroso. Pois não mediu distância em me ouvir e me mostrar caminhos tanto para a primeira, como para a segunda qualificação. Grande colaboradora!
- ✚ a professora Dra. Iara Martins; por dizer *sim*, sempre que solicitada; pela leitura cuidadosa deste trabalho; sendo valiosas, portanto, suas contribuições.
- ✚ à professora Dra. Maria das Graças Carvalho, amiga de longas datas, pela força e pelo incentivo que sempre me deu.
- ✚ à minha colega Conceição Albino, por me ajudar na organização dos dados e das tabelas. Suas palavras ajudavam-me sempre a superar o cansaço do dia a dia. Sem ela tudo teria sido mais difícil.
- ✚ ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB (PROLING), por me oportunizar a realizar esta pesquisa.
- ✚ a Valberto, funcionário do PROLING, por me manter sempre informada. Pois ele, comigo, muito colaborou na parte burocrática.
- ✚ a meu amigo Tiago Araújo, por estar sempre disposto a me ajudar, principalmente nos momentos de ansiedade.
- ✚ a Carlos José de Freitas; pelas viagens a Congressos, que muito somaram aos meus conhecimentos; pelo companheirismo.
- ✚ à minha amiga Goretti, por saber esperar a conclusão deste trabalho, retornando assim aos nossos diálogos e passeios.
- ✚ às minhas colegas gestoras Kélcia, Marlene, Graça e Soraide, por entenderem as minhas ausências, compreendendo a natureza deste trabalho.

RESUMO

Esta tese analisa o funcionamento das expressões de base verbal *ou seja* e *quer dizer*, introdutoras de construções apositivas, presentes em textos opinativos de periódicos semanais da esfera jornalística (VEJA, ISTOÉ, ÉPOCA) do ano de 2012. Apesar de, na literatura corrente, serem variadas as rotulações atribuídas a essas formas gramaticais, elas são denominadas nesta tese, a princípio, de *conectores* (GONÇALVES *et al.*, 2007), por fazerem a conexão entre as duas unidades que compõem a construção apositiva – unidade base e unidade apositiva; sendo depois referidas como *marcadores* (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996), por sinalizarem reformulações realizadas pelo autor do texto. Para a realização da pesquisa, tomamos como referencial teórico, de caráter interdisciplinar, a Linguística Funcional, que alicerça as investigações em torno dos fundamentos conceituais da aposição e da descrição de construções apositivas nesses textos, aliada à Linguística Textual, que, através do estudo das relações semânticas, auxilia na caracterização dos conectores/marcadores discursivos. Nesta investigação, objetivamos, essencialmente, descrever o comportamento das construções apositivas encabeçadas pelas expressões citadas no que concerne: a) a generalizações sobre as formas de materialização linguística, assinaladas por diversos sinais de pontuação, os quais permitem identificá-las como *desgarradas* (DECAT, 2011); b) às diferentes funções sintáticas, impulsionadas pela relação semântica de *correferência do ponto de vista do locutor* e desempenhadas pelo elemento base da unidade A (base ou matriz); c) à relação de peso (simetria e assimetria) das unidades; d) às funções textual-discursivas representadas pela unidade B (apositiva) das referidas construções; e e) aos tipos de paráfrases (WENZEL, 1985) introduzidas por esses conectores/marcadores. Para atingir esse propósito, tomamos como objeto de análise construções sob a forma de SN (sintagma nominal) e também sob a forma clausular (oracional), a partir de uma abordagem que consideramos pragmático-discursiva. Nos textos que constituem o *corpus*, as construções apositivas são usadas como portadoras de estratégias de argumentação e referenciação. A pesquisa tem caráter descritivo-interpretativo, o que levou à análise quanti-qualitativa dos dados colhidos, tendo em mente o perfil sintático, semântico e discursivo das referidas construções. Os resultados finais confirmam a hipótese da produtividade dos conectores/marcadores discursivos *ou seja* e *quer dizer* em textos escritos da mídia, introdutórios de construções desgarradas, sendo estes altamente funcionais nos contextos de uso das paráfrases que dão forma à aposição.

Palavras-chave: conectores/marcadores *ou seja* e *quer dizer*; construções apositivas; funções textual-discursivas; desgarramento; paráfrases.

ABSTRACT

This thesis analyzes often verbally functioning based expressions *ou seja* (that is) and *quer dizer* (that is to say) which introduce appositive constructions, present in op-eds in weekly periodicals belonging to Brazilian journalistic realm (VEJA, ISTOÉ, ÉPOCA) in 2012. Despite the fact that the labels attributed to such grammatical forms in current literature are varied, they are at first denominated *conectores* (connectors) in this thesis (GONÇALVES et al., 2007), as they connect the two units which compose the appositive construction – base and appositive units. They are later referred to as *marcadores* (markers) (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996) as they sign reformulations carried out by text speaker/author. In order to carry out the research, interdisciplinary theoretical reference was Functional Linguistics, whose investigations are grounded in conceptual fundamentals of apposition and appositive constructions description in journalistic texts, allied to Textual Linguistics, which, through semantic relations study, helps to make a discursive connectors/markers' profile. In this investigation, our main objective is to describe appositive constructions behavior spearheaded by the previously mentioned expressions, with reference to: a) generalizations about linguistic embodiment forms, marked by various punctuation marks, which permit their identification as *desgarradas* (dislocated) forms (DECAT, 2011); b) the different syntactic functions driven by the semantic relation of *correferência do ponto de vista do locutor* (co-reference from the speaker's point of view) and performed by unit A base element (base or matrix); c) units weight relation (symmetry and asymmetry); d) expressions' textual and discursive functions represented by unit B (appositive); and e) paraphrases types (WENZEL, 1985) introduced by such connectors/markers. In order to achieve this purpose, we have taken as an object for analysis SN constructions (nominal syntagma) as well as the clause form (in the sentence) starting with a pragmatic and discursive approach. In corpus texts, the appositive constructions are used as argument and referencing strategy carriers. This is a descriptive and interpretative research, which leads to data qualitative and quantitative analysis, bearing in mind expressions' syntactic, semantic and discursive profile. Final results confirm the hypothesis of discursive connectors/markers *ou seja* and *quer dizer* productivity in media written texts, introducing dislocated constructions which are highly functional in paraphrase's contexts of use establishing apposition.

Keywords: Connectors/markers *ou seja* (that is) and *quer dizer* (that is to say). Appositive constructions. Discursive and textual functions. Dislocation. Paraphrases.

RESUMEN

En esta tesis se analiza el funcionamiento de las expresiones de base verbal, *o sea, es decir*, introductoras de las construcciones apositivas presentes en artículos de opinión en revistas semanales de ámbito periodístico (VEJA, ISTOÉ, ÉPOCA) de 2012. Aunque en la literatura actual, han sido cambiadas las rotulaciones asignadas a estas formas gramaticales, se les llama en esta tesis, al comienzo, *conectores* (GONÇALVES *et al.*, 2007) para hacer la conexión entre las dos unidades que componen la construcción de aposición - unidad base y la unidad aposición; siendo después denominadas *marcadores* (MARTELOTTA; VOTRE; CEZÁRIO, 1996), por señalar reformulaciones realizadas por el hablante/ autor del texto. Para la investigación, tomamos como base teórica, de carácter interdisciplinario, la Lingüística Funcional, que constituye la base de las investigaciones sobre los fundamentos conceptuales de la aposición y de la descripción de construcciones apositivas en estos textos, junto con Lingüística Textual que, a través del estudio de las relaciones semánticas, ayuda en la caracterización de los conectores / marcadores del discurso. En este estudio, objetivamos describir esencialmente el comportamiento de las construcciones apositivas encabezadas por las expresiones citadas en relación con: a) las generalizaciones acerca de las formas de materialización lingüística, señaladas por varios signos de puntuación, que permiten identificarlas como *desgarradas* (DECAT, 2011); b) las diferentes funciones sintácticas, impulsadas por la relación semántica de *correferencia bajo punto de vista del hablante* y realizadas por el elemento base de la unidad (base o matriz); c) al cociente de peso (simetría y asimetría) de las unidades; d) las funciones textuales-discursivas representadas por la unidad B (aposición) de dichas construcciones; y e) los tipos de paráfrasis (WENZEL, 1985) introducidas por estos conectores / marcadores. Para lograr este propósito, tomemos como objeto de análisis construcciones en forma de SN (sintagma nominal) y también en la forma clausular (oracional), a partir de un enfoque que consideramos pragmático-discursivo. En los textos que conforman el *corpus*, las construcciones apositivas se utilizan como portadoras de las estrategias de argumentos y de remisión. La investigación es de carácter descriptivo e interpretativo, lo que llevó al análisis cuantitativo y cualitativo de los datos recogidos, teniendo en cuenta el perfil sintáctico, semántico y discursivo de esas construcciones. Los resultados finales confirman la hipótesis de la productividad de los conectores/marcadores del discurso, *o sea, es decir*, en textos escritos en los medios de comunicación, introductores de construcciones desgarradas, siendo altamente funcionales en los contextos de uso de las paráfrasis que forman la aposición.

Palabras clave: conectores/marcadores; *o sea, es decir*; construcciones apositivas; funciones textuales-discursivas; desgarramiento; paráfrasis.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1:** Composição do *corpus* da pesquisa.
- Tabela 2:** Quantificação das ocorrências de *ou seja* e *quer dizer* no *corpus*.
- Tabela 3:** Frequência de uso dos conectores por periódico.
- Tabela 4:** Configuração das estruturas introduzidas por *ou seja*.
- Tabela 5:** Configuração das estruturas introduzidas por *quer dizer*.
- Tabela 6:** Relação de peso do *ou seja*: leve/leve.
- Tabela 7:** Relação de peso do *ou seja*: leve/pesada.
- Tabela 8:** Relação de peso do *ou seja*: pesada/leve.
- Tabela 9:** Relação de peso do *ou seja*: pesada/pesada.
- Tabela 10:** Relação de peso do *quer dizer*: leve/leve.
- Tabela 11:** Relação de peso do *quer dizer*: pesada/pesada.
- Tabela 12:** Relação de peso do *quer dizer*: leve/pesada.
- Tabela 13:** Relação de peso do *quer dizer*: pesada/leve.
- Tabela 14:** Distribuição das categorias de período do *quer dizer*.
- Tabela 15:** *Ou seja*: relação de peso por tipo de paráfrase.
- Tabela 16:** *Quer dizer*: relação de peso por tipo de paráfrase.
- Tabela 17:** *Ou seja/Quer dizer*: relação de peso por tipo de paráfrase no *corpus*.
- Tabela 18:** *Ou seja*: função sintática do elemento base da unidade A por tipo de paráfrase.
- Tabela 19:** *Quer dizer*: função sintática do elemento base da unidade A por tipo de paráfrase.
- Tabela 20:** *Ou seja/Quer dizer*: Função sintática do elemento base da unidade A por tipo de paráfrase no *corpus*.
- Tabela 21:** Resultados panorâmicos de ocorrências distribuídas entre períodos/cláusulas e sintagmas nominais.
- Tabela 22:** *Ou seja* - funções textual-discursivas por tipo de paráfrase.
- Tabela 23:** *Quer dizer* - funções textual-discursivas por tipo de paráfrase.
- Tabela 24:** *Ou seja/Quer dizer* – funções textual-discursivas no *corpus*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Da parataxe à subordinação. (Fonte: Hopper e Traugott: 1993, p. 170).

Quadro 2: Subclassificação das orações, conforme os processos de coordenação e subordinação.

Quadro 3: Distribuição das orações nos três processos de articulação oracional.

Quadro 4: Definições da GT sobre o aposto.

Quadro 5: Contínuo do desgarramento nas construções apositivas

Quadro 6: Autores e funções textual-discursivas da Linguística Funcional e da Linguística Textual.

Quadro 7: Diversidade de funções textual-discursiva por tipo de paráfrase no corpus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO (e um pouco mais...)	13
1. Situando o tema da pesquisa.....	15
2. Delimitando o objeto de estudo.....	21
3. Questões da pesquisa e hipóteses.....	25
4. Objetivos	25
5. Aspectos metodológicos.....	26
5.1. O <i>corpus</i> da pesquisa e os procedimentos de análise	26
5.2. Caracterizando a aposição, a argumentação e a referenciação.....	30
5.3. Organização dos capítulos.....	33
CAPÍTULO I	35
1. Processos de combinação de orações: um panorama.....	35
1.1. O que se enxerga na tradição.....	35
1.2 O olhar da linguística funcional.....	46
CAPÍTULO II	54
2. As construções apositivas.....	54
2.1.A aposição sob a perspectiva tradicional.....	54
2.2. A aposição sob a perspectiva funcionalista.....	60
2.3 Sobre referência e referenciação.....	72
2.3.1. Sobre correferência nas construções apositivas.....	74
CAPÍTULO III	77
3. Mapeamento das estruturas apositivas introduzidas pelos conectores <i>ou seja</i> e <i>quer dizer</i>	77
3.1 A estrutura das construções apositivas com <i>ou seja</i> e <i>quer dizer</i>	79

3.1.1 Estruturas com <i>ou seja</i>	81
3.1.2 Estruturas com <i>quer dizer</i>	85
3.2 Sobre como se comporta o <i>desgarramento</i>	88
3.2.1 Aspectos gerais.....	88
3.2.2 A relação pesado/leve.....	89
3.2.3 Aspectos sintáticos das construções apositivas.....	100
3.3 Algumas considerações sobre as estruturas desgarradas.....	109
CAPÍTULO IV	113
4. Características semânticas da aposição e suas funções textual-discursivas.....	113
4.1. As relações semânticas das construções apositivas.....	114
4.2. A paráfrase: da oralidade à escrita.....	116
4.2.1. A paráfrase como função textual-discursiva	119
4.3. A paráfrase e a relação de peso das unidades apositivas.....	126
4.4. A relação função sintática/tipo de paráfrase.....	128
4.5. Especificando as funções textual-discursivas	133
4.6. Sobre a parentetização como uma característica da aposição.....	141
4.7. As descontinuidades temáticas e as construções apositivas.....	145
4.8. Um fecho para o capítulo.....	147
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO (e um pouco mais...)

Esta tese é resultado de pesquisa que toma como objeto a **aposição**, contemplando seus aspectos sintático-semânticos e discursivo-pragmáticos. Ela ancora-se em pressupostos da linguística funcionalista, mas recorre, quando necessário, a suportes da chamada linguística de texto.

O estudo da língua é simultâneo ao estudo da situação comunicativa, e os enunciados se relacionam às funções que desempenham na comunicação interpessoal. Esse é o princípio básico dos estudos de base funcionalista. Segundo Furtado da Cunha (2009), os funcionalistas se preocupam com a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas, pois partem do princípio de que a língua não é um conhecimento autônomo, independente do comportamento social; ao contrário, reflete uma adaptação, feita pelo usuário, às diferentes situações em que se realiza. O modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se, conforme a citada autora (op. cit.), por dois pressupostos fundamentais: (i) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; e (ii) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Logo, as pesquisas baseadas nesse paradigma trabalham com dados reais de interação comunicativa, sem se deter em análise de frases dissociadas do contexto efetivo de interação. Considerando essa relação com a situação comunicativa, Halliday (1973) assegura que uma abordagem funcional deve investigar uma língua procurando descobrir com que propósito ela é usada, a sua natureza em termos funcionais, observando se essa língua está sendo determinada pela função a que serve.

Numa abordagem funcionalista, a língua é tida como uma estrutura maleável, uma vez que está sujeita às pressões de uso e se constitui de um código não inteiramente arbitrário. A codificação morfossintática é, em grande parte, resultado do uso da língua. A estrutura linguística é concebida como o resultado de fenômenos não-linguísticos, especialmente, de processos cognitivos. A gramática, por sua vez, passa a representar o conjunto de regularidades decorrentes de pressões cognitivas e, sobretudo, de pressões de uso. As pressões cognitivas constituem uma das causas de a gramática apresentar um aspecto mais regular, pois ela é também uma consequência do modo como os humanos interpretam o mundo e organizam mentalmente as informações decorrentes dessa

interpretação. Nesse sentido, a gramática está num contínuo fazer-se, mas nunca se estabiliza (HOPPER, 1987).

Assim como fazem os funcionalistas, perceber que existem motivações externas à gramática significa, a priori, admitir que o componente pragmático deve ser visto no sentido de se considerar que o falante tem uma intenção ao produzir um texto, seja oral ou escrito, e, ao fazê-lo, não cria suas próprias regras, mas se utiliza daquilo que a língua dispõe para atingir com êxito seus objetivos comunicativos. Segundo Silva (2005, p. 50), o funcionalismo permite aferir “a pulsão das pressões externas que agem sobre o discurso. Sob tal perspectiva, a análise funcionalista perscruta a língua como um complexo de relações estruturais e conteudísticas”.

Em assim sendo, a gramática funcional apresenta algumas características que a identificam; uma delas, por exemplo, é a noção de “função” que, na visão de Halliday (1973), refere-se ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a algum tipo de demanda, que são muitos e variados.

Feita essa breve contextualização da teoria que dá sustentação a esta tese, trazemos uma afirmação de Neves, para quem uma abordagem funcionalista procura explicar “regularidades observadas no uso da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (NEVES, 2004, p. 22). Logo, este trabalho se enquadra nesse paradigma, visto que, ao optarmos pelo estudo da **aposição**, pressupomos a existência de uma regularidade no seu uso. Além disso, comumente, postula-se que a construção sintática é ‘reajustada’ por força da função pragmático-discursiva; isto é, por força das pressões de uso. Desse modo, o falante é levado a fazer uso de construção apositiva, “pelo fato de a ‘posição’ funcionar como um mecanismo estreitamente relacionado à organização da informação no discurso” (NOGUEIRA, 1999, p. 11).

Salientamos, ainda, que nos baseamos nos pressupostos teóricos do funcionalismo de Halliday (1973; 1985), para quem as construções apositivas constituem um caso em que há relação entre elementos de igual estatuto e, segundo a relação lógico-semântica, é uma expansão por elaboração, quando um elemento expande o outro, reformulando-o, especificando-o em mais detalhes ou exemplificando.

Além disso, baseamo-nos no referencial analítico desenvolvido por Nogueira (1999), Dias (2005; 2006) e Decat (1999; 2011), as quais também se reportam a Halliday

(1985) em suas análises. Especificamente em relação ao estatuto da aposição como um dos elementos de organização discursiva, serão também contemplados os postulados de Jubran (1997) sobre as funções textuais e interativas dos parênteses; e quanto ao estudo dos marcadores da coesão/coerência discursiva e dos encadeadores de tipo discursivo que são responsáveis pela estruturação de enunciados em texto, consideramos as propostas de Vilela e Koch (2001), Marcushi (1989); Gorski *et al.*(2004) e Freitag (2007).

Para uma melhor compreensão do fenômeno sob investigação, abordamos, no tópico a seguir, dois conceitos-chave desta tese, situando-os na tradição gramatical e na literatura linguística.

1. Situando o tema da pesquisa: a aposição e os conectores/marcadores discursivos

O tratamento da “aposição” pela tradição gramatical não tem sido suficientemente esclarecedor. Há falta de consenso entre os gramáticos no que se refere à conceituação, à identificação e, principalmente, à diferenciação do aposto instanciado linguisticamente como sintagma simples ou sintagma oracional, o que tem causado insatisfação naqueles que demonstram interesse em pesquisar ou mesmo em estudar esse tema.

Na gramática tradicional, o aposto, em nível de sintagma simples, é apresentado na seção *Termos Acessórios da oração*, o que leva muitos a considerá-lo como um termo que veicula uma informação secundária, quase sempre dispensável ao entendimento do enunciado; a ele, portanto, pouca atenção é dada. Os gramáticos, geralmente, mantêm-se superficiais no reconhecimento do caráter explicativo do aposto e na sua classificação como um termo acessório que se instancia como adjunto adnominal, predicativo ou até como adjunto circunstancial. Para Macambira (1978):

A distinção entre aposto, adjunto adnominal e predicativo é puramente gramatical, conceitualmente os três se equivalem: a) O tropeiro de cargas Tiradentes foi o protomártir da independência; b) O protomártir da Independência foi Tiradentes, o tropeiro de cargas.

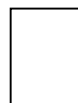
Tiradentes, tropeiro e protomártir se acham distribuídos ora como fundamental, ora como aposto, ora como predicativo, inteiramente ao capricho do escritor. O adjunto adnominal *de cargas* pode facilmente converter-se em predicativo, do sujeito ou do objeto. (MACAMBIRA, 1978, p. 341).

Bechara (1999, p. 457), quando apresenta os valores secundários do aposto explicativo, descreve o do tipo “circunstancial”. Segundo o autor, esse tipo expressa “comparação, tempo, causa, etc., precedido ou não de palavra que marca esta relação a mais, já que o aposto explicativo acrescenta um dado a mais acerca do fundamental”. E completa: “Este tipo de aposto pode ser introduzido por *quando*: D. João de Castro, *quando vice-rei da Índia*, empenhou os cabelos da barba [Epifânio Dias]”.

No ensino de língua portuguesa, comumente, o estudo do aposto é feito em tempo bastante exíguo, em aulas destinadas à análise sintática, limitando-se à identificação e à classificação, conforme uma tipologia que, geralmente, opta por uma heterogeneidade de critérios, os quais acabam por mesclar aspectos sintáticos e semânticos em sua definição. Assim, esse termo, conforme Bechara (1988), é apresentado como tendo a função de melhor explicar, ou servir de equivalente, resumir, ou identificar outro termo. Já em nível oracional, a aposição é vista apenas como uma oração subordinada substantiva apositiva, caracterizada por seus aspectos formais (apresentando-se após dois-pontos e, raramente, entre vírgulas). Além disso, a tradição gramatical só considera como “apositivas” as orações que se apresentam sem conector discursivo. Isso pode ser ratificado mediante uma breve consulta a gramáticas, livros didáticos, apostilas e compêndios destinados ao ensino de língua portuguesa nas diversas instituições brasileiras de ensino.

Por outro lado, na literatura linguística, não há um consenso entre os estudiosos no que se refere aos limites conceituais de uma construção apositiva. Comumente, o termo *aposição* tem sido aplicado à justaposição de duas ou mais expressões. As investigações a respeito do estatuto sintático da aposição, dos critérios de identificação e classificação têm gerado divergências entre aqueles que buscam enquadrar a “aposição” em um dos tipos de relação – a coordenação, a parataxe, ou a subordinação –, o que resulta em restrição ou expansão no conjunto de construções consideradas apositivas.

Lago (1991), por exemplo, considera apositiva apenas as construções cujos elementos estão em unidades separadas; isso, no discurso oral, indicado por sua inclusão em unidades tonais diferentes; e na escrita, pelo emprego de um sinal de pontuação. Já no que diz respeito à aposição clausular, Rodriguez (1989, p. 234) admite haver aposição entre cláusulas, se entre elas estiverem explícitos indicadores do tipo *isto é* e *quer dizer*.



Para Gonçalves *et al.* (2007, p.104), as construções apositivas são constituídas de unidade base ou matriz (A) e unidade apositiva (B) e podem ser divididas em dois grandes grupos: as construções, cuja unidade apositiva se apresenta introduzida por conector zero (O) e aquelas cuja unidade apositiva se apresenta introduzida por conectores discursivos do tipo: *quer dizer, ou seja, isto é, vale dizer e por exemplo*.

Da mesma forma, há discussões em torno da relação de correferência estabelecida pelas construções apositivas. Alguns estudiosos, tais como Taboada (1978), Rodriguez (1989) e Lago (1991), dentre outros, chegam a ver a correferência como um critério inerente à aposição. Já na visão de Meyer (1992), a correferencialidade não é um critério decisivo para a aposição, porque, conforme o autor (*op. cit.*), em alguns enunciados apositivos, a correferência pode ser duvidosa ou até não existir.

Para Matheus (1981), o termo aposição tem sido empregado para denominar uma variedade de construções que não podem ser agrupadas segundo um critério único. Na visão do autor (*op. cit.*), a aposição é um claro exemplo de uma categoria que não apresenta fronteiras bem definidas em termos de condições necessárias e suficientes. Meyer (1992), opondo-se a essa análise de Matheus (*op. cit.*), define a aposição como uma relação gramatical particular evidenciada em construções que apresentam características sintáticas, semânticas e pragmáticas. Nogueira (1999) e Dias (2005a, 2005b), cujos trabalhos se voltam para a investigação das características sintáticas, semânticas e discursivas das construções apositivas em situações reais de comunicação, deixam de lado o estudo da língua em termos de categorias discretas absolutas, adotando uma categorização por protótipos.

Tratando das cláusulas apositivas, Decat (2011) lida com a noção de desgarramento, enquadrando-as no grupo das que representam opções organizacionais do discurso, as quais são, conseqüentemente, independentes. Em sua análise, a autora atribui às cláusulas apositivas *desgarradas* um caráter parentético e de adendo, o que as torna fortes “candidatas ao desgarramento” (DECAT, 2011, p. 72). Sobre o caráter parentético das unidades apositivas, Kehdi (1982) aponta para o fato de que comumente a unidade apositiva se pospõe à unidade anterior, o que faz com que ela adquira características de unidades parentéticas. Esse fato, portanto, coincide com as construções apositivas aqui estudadas, cujas funções são de explicitar, reformular, especificar em mais detalhes; clarificar a informação anterior.

Passando à abordagem dos *conectores discursivos*, é importante frisar que, embora haja consenso entre linguistas em perceber os marcadores como marcas da oralidade, com funções discursivas bem definidas no momento da interação, ainda são poucos os estudos direcionados à análise desses marcadores na modalidade escrita; sobretudo, sua função em um determinado gênero textual.

Expressões como *isto é, ou seja, quer dizer, digamos, a bem dizer*, que, segundo Vilela e Koch (2001, p. 274), são formas verbais que perderam a ligação com o seu paradigma normal para fazerem parte de outro paradigma, o dos conectores; essas marcas da continuação do discurso, usadas como conectores textuais, são classificadas pela tradição gramatical como “palavras denotativas”, expressão que engloba as palavras que não se enquadram nas dez classes gramaticais estabelecidas. Como as gramáticas normalmente se voltam ao estudo da língua escrita, e essas expressões estão mais presentes na linguagem oral, talvez seja esse o motivo da pouca atenção destinada a elas.

Para Cunha e Cintra (2001), a classificação dessas expressões é difícil, o que os leva a sugerir que sejam consideradas locução ou palavras denotadoras de exclusão, de realce, de retificação, entre outros matizes de significação. Já Bechara (1999) afirma que a Nomenclatura Gramatical coloca esses itens à parte, sem incluí-los na classe dos advérbios, entendendo que eles constituem um grupo heterogêneo.

Fiorin e Savioli (1995) tratam dessas partículas ao discorrerem sobre a coesão textual. Por elementos coesivos consideram todos os termos ou expressões que estabelecem ligação, desta sucedendo a criação de relações entre as partes dos segmentos discursivos. Para os autores, cada um dos elementos de coesão, além de ligar partes do discurso, estabelece certos tipos de relação semântica: causa, finalidade, conclusão, etc. Assim, ao listarem algumas das relações que certos elementos estabelecem, citam as construções *Isto é, quer dizer, ou seja*, entre outras, como introdutores de esclarecimentos, retificações ou desenvolvimento do que foi dito anteriormente.

Da mesma forma, Vilela e Koch (2001, p. 272) citam as partículas *além disso, então, mais ainda, ou seja*, etc., ao estudarem os conectores de coesão/coerência discursiva, conceituando-as como “expressões que balizam o discurso, orientam na interpretação, salientando, retomando, explicando determinados conteúdos ou apelando para a atenção do interlocutor para que o contato não se perca. [...]” Esses elementos que, segundo os autores, já há muito são objeto de estudo da investigação linguística,

alimentam-se dos advérbios ou locuções adverbiais, de conjunções, de adjetivos, de verbos de combinações várias. São elementos necessários, na comunicação, para a indicação do sentido da conexão. Além disso, os autores se referem, em especial, às formas verbais usadas como conectores textuais: *ou seja, digamos, quer dizer, a bem dizer, isto é*, etc. Para Vilela e Koch (op. cit. p 274), esses itens representam o esforço de adequação e de garantia da continuidade discursiva, explicação ou correção.

Os citados autores (op. cit.) tratam das *relações discursivas ou argumentativas* e asseguram que os encadeadores do tipo discursivo são responsáveis pela estruturação de enunciados em texto, podendo ocorrer entre orações de um mesmo período, entre dois ou mais períodos, como também entre parágrafos. E, ao introduzirem um enunciado, determinam-lhe a orientação argumentativa; razão pela qual esses conectores são também denominados de *operadores argumentativos*; e as relações que estabelecem são denominadas relações pragmáticas, retóricas ou argumentativas.

A busca de melhor compreender o que venham a ser conectores discursivos tem levado linguistas a realizar pesquisas, principalmente a partir de *corpus* de língua oral, a fim de demonstrarem como estes elementos operam no momento da comunicação. Na literatura, há uma proliferação de rótulos para esses itens: marcas, partículas, rodeios, denotativos, expletivos, marcadores discursivos, marcadores conversacionais, conectores discursivos, operadores argumentativos, articuladores textuais. Essas são algumas das denominações que recobrem expressões que atuam tanto no plano textual, estabelecendo coesão entre partes do texto, como também no plano interpessoal, mantendo a interação e auxiliando no planejamento da fala. (MARCUSHI, 1989; GORSKI *et al.* 2004)

Distanciando-se um pouco do plano puramente textual, Martelotta (2004), ao estudar uma série de partículas que passam(ram) pelo processo de gramaticalização, estabelece uma divisão entre dois grupos de palavras: o dos operadores argumentativos e o dos conectores discursivos. O primeiro seguindo a trajetória de advérbios a operadores argumentativos; e o segundo a trajetória seguida pelos verbos que passam a funcionar como conectores discursivos.

Operadores argumentativos são elementos que, conforme Martelotta (2004), voltam-se para a organização textual, apresentando maior regularidade em seus usos, sendo, na grande maioria dos casos, identificados como advérbios, que vão passando sucessivamente a apresentar novas funções de caráter gramatical. Essas novas funções

ora se identificam como anáforas ora como catáforas, ou ainda se apresentam ligando partes do discurso, voltando-se para a organização do texto. O autor exemplifica os usos dos advérbios *apenas e mal*, que tendem a ocupar posições mais fixas, seja como conjunção temporal (ex. *apenas/mal cheguem em casa, começou a chover*) seja como prefixo (no caso específico de *mal cheiroso*), assumindo função prototipicamente gramatical.

Quanto aos *marcadores discursivos*, a partir de uma análise dos itens *né e tá*, entre outras construções, Martelotta (2004) caracteriza-os como elementos utilizados primariamente para organizar as informações no momento da produção do discurso, ou seja, mais voltadas à adaptação dos discursos, e apenas subsidiariamente para organizar as relações do texto. Em seu estudo, o autor constata a tendência de os itens lexicais em foco perderem seu valor referencial original para assumirem funções pragmático-discursivas, sendo, portanto, mais subjetivos e de difícil caracterização estrutural.

Gorski et al. (2003) e Gonçalves et al. (2007, p. 103), também se dedicando ao estudo de gramaticalização, analisam os marcadores discursivos. As primeiras delimitam dois grupos funcionais: o do *chamadores de atenção do ouvinte*, exemplificados pelos itens *olha e veja*, formas verbais que perdem o seu valor pleno e passam a marcador de tópico discursivo; e o dos *reformuladores* como *ou seja, isto é, quer dizer, vale dizer*. Já Gonçalves et al. (2007, p. 103), ao tratarem do processo de *gramaticalização de construções*, se referem ao *quer dizer*, afirmando que, enquanto conector discursivo, esse elemento manifesta a ideia base de *significa* com extensões de significados, especialmente, a paráfrase e a avaliação conclusiva, quer em construções apositivas em fronteiras de constituintes, quer como redirecionadores de tópico conversacional em entrevistas. Por fim, Freitag (2007) defende que os marcadores - a exemplo de *quer dizer, ou seja, certo?, sabe?* – desempenham funções na articulação discursiva, havendo indícios do reconhecimento do seu valor linguístico, pelo uso em textos escritos da mídia, daí não deverem ser tomados como *vícios de Linguagem*.

Considerando esse conjunto de reflexões e posicionamentos sobre os elementos em estudo, assumimos, nesta tese, a plausibilidade de nos referirmos ao *ou seja* e ao *quer dizer* como *conectores* ou como *marcadores discursivos* indistintamente.

Tomada esta decisão, propomo-nos, neste estudo, a aprofundar esse tema, no sentido de apresentar as funções textual-discursivas que são exercidas pelas unidades

introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*¹, usados em textos opinativos de periódicos semanais da esfera jornalística (*VEJA*, *ISTOÉ* e *ÉPOCA*). Freitag (2007, p. 22), no artigo já citado, assegura que “marcadores discursivos não são proibidos pelo manual de redação do jornal; podem ser usados desde que haja relevância jornalística (o que quer que isto seja)”. Nesse sentido, esperamos que os resultados obtidos nesta pesquisa possam confirmar a relevância dos conectores/marcadores *ou seja* e *quer dizer* nas unidades apositivas do *corpus* em estudo.

2. Delimitando o objeto de estudo

O aposto, nesta pesquisa, é considerado um termo que apresenta relevância no texto, visto que o falante dele faz uso, ativando diversas funções textual-discursivas em situações reais de comunicação. Diante das lacunas apontadas anteriormente em relação à abordagem da aposição bem como dos conectores discursivos, consideramos válido um estudo voltado para a análise de marcadores em textos de opinião da esfera jornalística, expostos em periódicos semanais – já que estes atendem às normas da escrita padrão –, de modo a observar convergências e divergências no uso dos conectores de base verbal, no caso, o *ou seja* e o *quer dizer*, e que funções textual-discursivas são introduzidas por eles em unidades apositivas.

Considerando que os dados atestam o emprego desses marcadores em construções apositivas, devemos explicitar tais noções: os conectores *ou seja* e *quer dizer* são expressões que migram de um paradigma para outro, no caso, dos verbos para o dos conectores e as construções apositivas correspondem àquelas constituídas de unidade A (base ou matriz) e unidade (B) apositiva; sendo esta do grupo das construções cuja unidade é introduzida por conector discursivo (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 104).

Diferentemente de Dias (2006), que investiga somente as unidades apositivas constituídas por *oração* ou *orações*, nesta pesquisa, focalizamos a análise das construções apositivas que apresentam unidades, ora sob forma de *nome* ou *frase nominal* (frase sem a presença de verbo, conforme a tradição gramatical); ora sob forma de *cláusula(s)*.

¹A princípio, a intenção era de incluir na pesquisa, também, o conector *isto é*; entretanto, o baixo índice de produtividade desse elemento, que não permitiria generalizações sobre sua funcionalidade, foi determinante para que nos restringíssemos apenas ao *ou seja* e ao *quer dizer*, estes bem mais recorrentes no *corpus*.

Portanto, o nosso objeto de estudo abriga posições tanto em nível de sintagma simples (ou nominal) quanto em nível de sintagma oracional (clausular).

Antes de apresentarmos as questões de pesquisa, visualizemos algumas das ocorrências de unidades apositivas², retiradas do *corpus* em estudo, sejam elas representadas por sintagma simples, sejam por sintagma clausular³.

- (1) O estudo da Universidade de Cornell produziu duas melhorias importantes. Uma seria criar um microchip favorável a que se quebrasse o código da visão, **ou seja, interpretasse características da luz que entrasse na retina e transformasse essas informações em pulsos elétricos que seriam lidos pelo cérebro.** (ISTOÉ, Ago., 2012)
- (2) Houve uma época em que o bom ou ruim tinha inspiração política. Durante o governo militar, no Brasil, entre artistas, ser a favor era péssimo. Contra, dava um atestado de qualidade. Antes, a divisão entre esquerda e direita definia o que era bom. Hoje o preconceito é a partir do meio. **Ou seja, o preconceito é fruto da falta de profundidade intelectual. A pessoa valoriza o que os outros valorizam, para não ser tachado de ignorante.** (ÉPOCA, Set, 2012)
- (3) A possibilidade de ocorrência de um crime hediondo no “BBB”, porém, muda as coisas de figura e pode colocar em risco a sua própria existência, segundo nota oficial do Ministério das comunicações. Também a polícia civil do Rio de Janeiro e o Ministério público Federal e Estadual querem saber o que realmente ocorreu. Ou seja: o “BBB” que em seu início era uma caricatura de um programa antropológico, no qual se observa o comportamento e a tolerância entre si de pessoas que não se conheciam, transformou-se em caso de polícia – chegou ao limite da lei. (ISTOÉ, Jan., 2012)
- (4) Tramita na Câmara desde de junho um projeto de João Campos (PSDB-GO) que pretende definir o conceito de organização terrorista e especificar as punições para o terrorismo à brasileira. Como o Brasil é o país da impunidade, até terrorista teria vida mansa por aqui. O projeto impõe pena de quatro a dez anos de prisão a quem praticar terrorismo–

² Destacamos em negrito a unidade apositiva e sublinhamos elementos base da unidade matriz da construção apositiva.

³O termo *cláusula*, aqui, está sendo usado para toda estrutura provida de verbo, sendo o número de cláusulas correspondente ao número de núcleos verbais (verbo ou locução verbal); ou seja, cada núcleo verbal corresponde a uma ocorrência clausular.

ou seja, o terrorista de primeira viagem cumprirá na cadeia dois quintos da pena e sairá sob regime semiaberto. (VEJA, Jan., 2012)

- (5) Sob os critérios do melhor aproveitamento nutricional, a dupla café com leite também não passa no teste. **Quer dizer, trata-se de um hábito enraigado no cotidiano do brasileiro.** (ISTOÉ, Mar., 2012)
- (6) Em 1994, Carlos Velloso participou do julgamento de Fernando Collor por corrupção passiva. Votou pela condenação, enquanto a maioria do Tribunal decidiu absolver o ex-presidente. Foi um dos votos vencidos pela condenação. A maioria avaliou que não havia prova cabal contra ele. A composição do STF hoje é mais garantista - **quer dizer, mais empenhada no combate à impunidade.** (ÉPOCA, Julho, 2012)
- (7) É a gente sempre pode melhorar, desde que não seja apenas para ser como os outros querem que sejamos. **Quer dizer, é bom ser bonito, natural, tímido ou extrovertido (desde que educado nos dois casos), até mesmo ser meio esquisito, fechado, contemplativo. Tudo é positivo se é natural, exceto grosseria, cinismo, hostilidade.** (VEJA, Nov., 2012)
- (8) Em seu magistral livro sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, a filósofa Hannah Arendt cunhou a expressão “banalidade do mal”. **Quer dizer, o mal é ainda mais perigoso do que supomos, porque pode apresentar-se sob a aparência de algo corriqueiro, comum.** (VEJA, Set., 2012)

Observemos que todas as ocorrências acima correspondem a construções apositivas, constituídas por duas unidades: a unidade A (matriz) e a unidade B (apositiva – em negrito); sendo esta introduzida pelo conector *ou seja* ou *quer dizer*. Em todas as ocorrências, a unidade apositiva, no caso, a unidade B, encontra-se *desgarrada* da unidade A, e esse desgarramento é visualmente assinalado por um sinal de pontuação. Ainda no que se refere à forma de materialização linguística, as ocorrências demonstram que, no *corpus* em análise, essas construções apresentam diferentes formatos: ora separadas por ponto, ora por travessão, e ora por vírgula. Quanto ao elemento base da unidade A, ora este se apresenta em forma de sintagma nominal, como em (6) e (8); ora se apresenta constituído por uma cláusula apenas, como em (1) e (2) e (5); ora por um conjunto de cláusulas, como em (3), (4) e (7). O mesmo formato pode ocorrer com a

unidade B (apositiva): ora formada por sintagma nominal, ora por cláusula, ora por um conjunto de cláusulas.⁴

Em se tratando das funções semântico-discursivas, uma característica comum apontada por Gorski *et al.* (S/D) quanto às ocorrências de marcadores de base verbal é a propriedade de *reformulação*, representada pelo *ou seja*, da qual elas extraem duas macrofunções: a primeira é de *ratificação*, agregando-se a esta as funções de *retomador*, *explicativo*, *conclusivo* e *esclarecedor* (de caráter mais textual); a segunda é de *retificação*, equivalente a “aliás”, da qual o falante faz uso para retificar uma informação julgada equivocada ou muito asseverativa; esta recobrindo as funções de *atenuador*, *retificador de conteúdo e de forma* (de caráter mais pragmático). Observando as ocorrências extraídas do nosso *corpus*, é possível perceber que a propriedade de reformulação é inerente aos conectores *ou seja* e *quer dizer*, como introdutores de unidades apositivas; no entanto, o primeiro, comumente, extrai dessa propriedade a função de *ratificação*; enquanto o segundo, a de *retificação*.

3. Questões de pesquisa e hipóteses

Nesta pesquisa, buscamos respostas para as seguintes questões:

- a) Com que frequência os conectores de base verbal *quer dizer* e *ou seja* aparecem nos gêneros opinativos dos periódicos semanais *VEJA*, *ÉPOCA* e *ISTOÉ*?
- b) Os contextos estruturais em que se inserem esses elementos são semelhantes, melhor dizendo, quais as formas de materialização linguística de cada um desses marcadores?

⁴Pelo fato de as unidades apositivas se constituírem de uma argumentação por parte do locutor, as funções exercidas por elas são, portanto, de caráter argumentativo/discursivo. Assim, no Capítulo III, são visualizados, através de tabelas, os diferentes formatos das construções apositivas, acompanhados dos respectivos resultados; e, no capítulo IV, será apresentada uma análise, na qual serão exibidas subfunções exercidas pelas unidades apositivas, destacando-se as de maior recorrência no *corpus*.

- c) Que funções textual-discursivas desempenham as unidades (nominais ou oracionais) que são introduzidas por *ou seja* e *quer dizer* nos textos em análise?

Para as questões apresentadas nos pontos a e b, sugerimos a seguinte hipótese:

- a/b) O conector discursivo *ou seja*, em comparação ao *quer dizer*, seria mais recorrente na modalidade escrita, mas ambos aparecem sob diversas formas de materialização linguística, sendo muito comum seus usos em construções apositivas;

Em relação à questão proposta em c, supomos que:

- c) As construções com *ou seja* e *quer dizer*, no *corpus*, além de estarem associadas a algum tipo de relação semântica mantida entre as unidades matriz e apositiva, desempenham funções textual-discursivas semelhantes no que se refere à atividade de reformulação.

4. Objetivos

Pelo exposto, no que diz respeito às construções apositivas e aos marcadores discursivos, é notório haver uma necessidade de que se estude o tema apresentado com base no enunciado, numa abordagem funcional e pragmática que considere o texto num nível discursivo. Nessa perspectiva, perseguimos o seguinte objetivo geral:

- Descrever e analisar os usos dos conectores *ou seja* e *quer dizer*, presentes em estruturas apositivas, especialmente as chamadas *desgarradas*, atentando para as construções em que ocorrem nos textos opinativos da esfera jornalística expostos em periódicos semanais, de modo a desvelar seu contexto estrutural e sua contribuição para a organização do fluxo informacional no texto.

Esse objetivo geral se desdobra em outros tantos, mais específicos, quais sejam:

- Identificar as diversas formas de materialização linguística das unidades introduzidas pelos conectores *ou seja* e *quer dizer* no *corpus*,

de modo a apontar regularidades de uso dessas unidades bem como as particularidades no uso de cada conector;

- Traçar um contínuo do grau de desgarramento das construções introduzidas pelos conectores, atentando para as marcas que assinalam os níveis de independência dessas construções;
- Investigar se há, e quais as relações semânticas estabelecidas pelas construções com *ou seja* e *quer dizer*, de forma a indicar a mais recorrente; e
- Identificar quais as funções textuais e discursivas exercidas pelas unidades encabeçadas pelos conectores *ou seja* e *quer dizer* no *corpus* em análise.

5. Aspectos metodológicos

5.1 O *corpus* da pesquisa e os procedimentos de análise

Conforme já anunciado, nesta pesquisa, tomando como base a visão de linguagem como instrumento de interação, focalizamos o uso dos conectores *ou seja* e *quer dizer* em construções apositivas, na modalidade escrita da língua portuguesa.

A tabela 1 apresenta os dados relativos ao número geral de periódicos consultados, além do total de textos considerados na análise:

PERIÓDICOS	Número de Periódicos	Número de textos
VEJA	19	64
ISTOÉ	26	34
ÉPOCA	23	28
TOTAL	68	126

Tabela 1: Composição do *corpus* da pesquisa.

A seguir, a tabela 2, que dá conta da distribuição, no *corpus*, dos dois conectores alvo de nosso interesse:

Conectores	Número de ocorrências	%
OU SEJA	109	80
QUER DIZER	27	20
Total	136	100

Tabela 2: Quantificação das ocorrências de *ou seja* e *quer dizer* no *corpus*.

Conforme tabela 1, podemos perceber que o número de periódicos não é o mesmo para as três revistas. No entanto, como o trabalho não apresenta preocupações comparativas em relação aos veículos, entendemos que esse fator não é relevante. A tabela 3, a seguir, apresenta um panorama dos dados e sua distribuição pelos periódicos:

Periódicos	Ocorrências de: OU SEJA / QUER DIZER	Total
VEJA	62/06	68
ISTOÉ	31/08	39
ÉPOCA	16/13	29

Tabela 3: Frequência de uso dos conectores por periódico.

Os textos opinativos que compõem o *corpus* não se limitam apenas a *Artigo de opinião*, mas recobrem textos⁵, como *Artigos Científicos; Questionamentos sobre Saúde, Arte, Medicina, Emprego, Economia; Críticas; Conversas cotidianas; e Frases (situadas e/ou eternas)*, nos quais as construções apositivas são usadas como portadoras de estratégias de argumentação e referenciação. Essas estratégias se caracterizam, respectivamente, pela *persuasão* e pela *equivalência* entre as unidades da construção, quando no ato da reelaboração do elemento base, constitui-se a unidade apositiva.

A pesquisa tem caráter descritivo-interpretativo. Os dados colhidos foram analisados quantitativa e qualitativamente. Para a análise quantitativa, demonstramos os contingentes numéricos por meio de quadros e tabelas. Para a análise qualitativa,

ilustramos as reflexões com dados para, assim, traçarmos o perfil sintático, semântico e discursivo das construções apositivas introduzidas pelos referidos conectores.

No primeiro momento, fizemos um levantamento dos itens *ou seja* e *quer dizer*, foco da pesquisa; no segundo, ilustramos as diversas formas de materialização linguística apresentadas por esses conectores nas construções em que se encontram; e, no terceiro momento, analisamos as diversas funções textual-discursivas assumidas pelas unidades encabeçadas por esses conectores.

A escolha dos textos opinativos dos periódicos semanais *VEJA*, *ÉPOCA* e *ISTOÉ* se justifica pelo fato de eles apresentarem o ponto de vista do autor, buscando ao convencimento do leitor em relação ao conteúdo da mensagem apresentada ou, no mínimo, a compreender essa mensagem. Assim, os textos coletados caracterizam-se pelas estratégias da argumentação e da referenciação. Além disso, esses periódicos são de grande circulação em todo o País. Dessa forma, é possível entender por que a argumentação perpassa todo um veículo, no caso da pesquisa, a revista, ocorrendo, em seções diversas, como por exemplo: *Comportamento*, *Brasil*, *Medicina & Bem-estar*, *Cinema*, *Tecnologia*, *Exposição*, *Última Palavra* (da *ISTOÉ*); *Tempo*; *Ideias*; *Opinião*, *Vida* (da *ÉPOCA*); *Leitor*, *Negócios*, *Economia*, *Brasil*, *Especial*, *Internacional*, *Cinema/Música/Livros*, *Memória*, *Carta ao Leitor*, *Medicina*, *Panorama*, *Opinião* (da *VEJA*).

⁵ O termo texto aqui será considerado, segundo Costa Val (1993, p. 34) como “unidade linguística comunicativa básica, uma ocorrência linguística escrita de qualquer extensão.”

Constatada, no primeiro momento, a presença de *ou seja* e *quer dizer* no *corpus* em análise, passamos à verificação dos contextos estruturais em que se apresentam os conectores, para indicar os diversos formatos de materialização linguística. Assim, há estruturas introduzidas pelos conectores em estudo que se apresentam após diferentes sinais de pontuação (ponto, vírgula, travessão), revelando a produtividade desses introdutores de construções apositivas nos textos opinativos. O terceiro momento é marcado pelo nosso interesse em investigar com que função textual-discursiva o produtor de texto introduz esses conectores em unidades de construções apositivas.

A análise do *corpus* foi feita, inicialmente, por meio da leitura dos textos opinativos, no intuito de identificar as construções apositivas introduzidas pelos citados conectores. Assim, diante da diversidade de estruturas em que se encontravam,

realizamos o mapeamento das ocorrências (indicação dos formatos). E pela própria natureza da aposição, de caráter elaborador, esclarecedor, explicativo, verificamos que todas as unidades apositivas, no caso, as unidades B das construções apositivas do *corpus*, caracterizavam-se como *desgarradas* da unidade base ou matriz, sendo esse desgarramento marcado por algum sinal de pontuação (ponto; ponto e vírgula; travessão), constituindo, assim, uma informação à parte, como um enunciado independente, nos termos de Decat (2011).

A seguir, são especificados os parâmetros que tratam das propriedades formais e sintáticas como também das funções textuais e discursivas das construções apositivas, introduzidas pelos conectores *ou seja* e *quer dizer*:

- Identificação da forma de materialização linguística do elemento base da unidade matriz da construção apositiva: se sintagma nominal e/ou cláusula(s).
- Indicação da função sintática desse elemento base: sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal e outras.
- Caracterização da segunda unidade da construção apositiva em *desgarrada* ou não, considerando como parâmetro a pontuação: ponto, ponto-e-vírgula, vírgula.
- No parâmetro “função textual-discursiva, identificação das funções textuais e discursivas, desempenhadas pelas unidades apositivas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*.”

Considerando a regularidade com que aparecem nos textos, os dados contribuem na análise qualitativa dessas construções.

5.2. Caracterizando a aposição, a argumentação e a referenciação

Conforme afirmado anteriormente, a Linguística Funcional é o suporte teórico desta pesquisa. Mas, para se constatar o estatuto da aposição como um dos elementos de organização do discurso que desempenha diferentes funções textual-discursivas, postulados de outras vertentes teóricas dão base à pesquisa, a exemplo da Linguística Textual, daí a referência a Jubran (1997), Koch *et. al.* (1990) e Koch (1993; 2004; 2005; 2006).

Antecipando o que retomaremos no Capítulo II, lembramos, mais uma vez, que as construções apositivas aqui focalizadas constituem-se como estruturas *desgarradas*, nos termos de Decat (2011, p. 16), as quais se apresentam como unidades de informação à parte, tratando-se, “em termos funcionalistas, de uma estrutura que existe formalmente por si só, como um enunciado independente.” Conforme a autora (op. cit), o desgarramento dessas estruturas se dá em decorrência da necessidade de destacar informações em função da argumentação. Isso se explica, talvez, pelo fato de, segundo Anscombre e Ducrot (1994), a língua ser essencialmente argumentativa – do léxico ao texto. Também, ratificando esse pensamento, Koch (1993) defende que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. Assim, segundo os referidos autores, para indicar a orientação argumentativa dada pela intenção do locutor, no momento de interação, a língua dispõe dos operadores argumentativos, através dos quais essa orientação interpretativa é indicada.

Atentemos para o fato de que o termo *operador argumentativo*, em sentido amplo, estende-se a *operador argumentativo*, em sentido restrito – este tomado como partícula da língua que, aplicada a um enunciado, indicará o topo e a força com que será atualizado – e também a *conector argumentativo*, partícula da língua que articula duas porções textuais, e ainda a *conector discursivo* (no caso desta pesquisa, o *ou seja* e o *quer dizer* – ambos de base verbal) – elemento lexical que estabelece conexão entre duas unidades textuais (uma unidade base ou matriz e uma unidade apositiva). Assim a estratégia da argumentação materializa-se, no *corpus*, por construções apositivas, cujas unidades são articuladas pelos conectores discursivos referidos, que indicam a orientação argumentativa, presente na unidade apositiva da construção.

A argumentação, conforme Perelman (1970), caracteriza-se como persuasão; o ato de persuadir, por sua vez, objetiva atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es) por meio de argumentos plausíveis. Logo, a estratégia da argumentação mostra-se produtiva nos gêneros opinativos, visto que estes constituem o lugar em que o(s) locutor(es), através da persuasão, defende(m) pontos de vista diversos. Portanto, se argumentar é uma forma de persuadir/convencer o outro sobre determinado ponto de vista, relacionar esse tema ao da referência está ligado à ideia de escolha dos termos mais adequados para que esse convencimento seja realizado.

Pelo fato de a aposição ser de caráter esclarecedor e explicativo, a estratégia da argumentação não deve se restringir apenas aos gêneros opinativos. Isso quer dizer que, dependendo não só do suporte linguístico, como também do domínio discursivo em que um gênero se insere, é possível que estruturas apositivas como as desta pesquisa ocorram em outros gêneros. Para isso, basta que no momento de produção e organização do texto, o autor procure convencer o leitor sobre seu ponto de vista acerca do tema que está sendo desenvolvido. Assim, se os gêneros textuais possuem “características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica” (MARCUSCHI, 2002, p. 23), acreditamos que, nos textos opinativos, como os do *corpus* selecionado, a estratégia de argumentação tem um papel relevante no cumprimento da função sociocomunicativa determinada pelo próprio gênero. Em assim sendo, passamos a entender por que a argumentação perpassa todo um veículo, no caso da nossa pesquisa, a revista, ocorrendo em seções diversas, representantes de domínios discursivos mais amplos.

Tratando-se, especificamente, das construções apositivas desta pesquisa e relacionando-as com o sistema lógico-semântico de Halliday (1985), partimos do princípio de que a aposição encontra-se na unidade de expansão por elaboração, pois se trata de uma construção que retoma o sentido da unidade anterior para especificar, clarear ou adicionar um atributo ou comentário. A função, então, não é a de acrescentar uma informação nova, mas de fornecer um novo ponto de vista sobre a relação anterior. Dessa forma, a unidade apositiva constitui-se de uma argumentação por parte do locutor (produtor do texto), que vê em comum o que é elaborado nessa unidade, introduzida pelo conector discursivo (*ou seja* e/ou *quer dizer*), e o que é expresso no elemento base da unidade matriz.

Isso nos leva a considerar que, entre as unidades das construções do *corpus* em análise, há a *relação semântica de referência*, considerada do ponto de vista do locutor; ou seja, de quem produz o texto. Portanto, a estratégia da argumentação está intrinsecamente relacionada à estratégia de *referenciação*, que diz respeito a um processo realizado no discurso, no qual os objetos-de-mundo são reelaborados conforme a intenção de quem produz a mensagem. Consequentemente, esses objetos-de-mundo tornam-se objetos-de-discurso, demonstrando não haver relação direta entre as palavras e as coisas do mundo.

Dessa forma, há entre as unidades da construção uma relação de equivalência, de aproximação de sentidos. A própria construção apositiva demonstra a ideia de equivalência entre as duas unidades, representadas, no caso do nosso *corpus*, por sintagma nominal, cláusulas e/ou períodos; o que tem como consequência a unidade apositiva ser uma forma sutil de conduzir a um ponto de vista. Assim, as construções apositivas passam a ser recursos auxiliares dessa aproximação e, também, recursos auxiliares às funções cognitivas e argumentativas, visto que, por meio delas, o produtor do texto pode empacotar a mensagem com o ponto de vista mais apropriado ao seu propósito na comunicação. Essa aproximação, na maioria das vezes, é feita por quem recebe a mensagem; e algumas vezes não; o que faz com que a aposição passe a ser a garantia de que a mensagem constitua um conhecimento partilhado com o leitor. Se este já tem esse conhecimento, ao ler a aposição, concordará com a visão exposta; se não tem esse conhecimento, passará a partilhar da informação contida na mensagem que lhe foi repassada.

Como, nos gêneros opinativos do *corpus* em análise, a aposição mantém certa regularidade, podemos considerá-la uma ferramenta que auxilia no cumprimento dos objetivos pretendidos pelo produtor do texto, agindo, portanto, como um guia didático que conduz o leitor aos efeitos de sentido pretendidos por esse produtor e, conseqüentemente, a um direcionamento interpretativo. Assim, a *aposição* torna-se uma ferramenta que auxilia na argumentação e, sobretudo, conforme os postulados da Linguística Funcional, torna-se um instrumento da língua para os propósitos comunicativos de quem produz a mensagem.

6. Organização dos capítulos

Além deste “Capítulo” introdutório e das considerações finais, esta tese se constitui de outros quatro capítulos, a saber:

Processos de combinação de orações: um panorama é o título do Capítulo I, que está dividido em duas seções: na primeira, discutimos os processos de articulação oracional, coordenação/subordinação, predominando a visão de autores identificados com a abordagem tradicional como Bueno (1968), Cunha e Cintra (1985), Melo (1978), Rocha Lima (1983), Luft (1989), Kury (1991), por exemplo. Na segunda, emergem definições mais consistentes para termos como *parataxe* e *hipotaxe*, dadas por autores como

Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Hopper e Traugott (1993), Givon (1990), Castilho (2010), Gryner (1995), Neves (2011), Decat (2011), os quais têm demonstrado interesse em investigar os processos sintáticos de articulação de orações. Nesse sentido, são numerosos os questionamentos e revisões formulados, na tentativa de pautarem propriedades em que possam distinguir exaustivamente as noções de coordenação e subordinação. Assim, a abordagem dos autores da segunda seção parece estar melhor acomodada à visão funcionalista da linguagem.

As construções apositivas é o título do Capítulo II, no qual abordamos o tratamento dado à *aposição* nas perspectivas tradicional e funcionalista. Na primeira, contemplamos tanto a forma nominal (chamada simplesmente de *aposto*), como a forma sentencial (a chamada *oração apositiva*); já na segunda, apresentamos definições e critérios de análise da aposição sob a perspectiva da Linguística Funcional, englobando aspectos relativos à estrutura e ao funcionamento dessas construções. Por fim, procuramos mostrar, no âmbito mais elevado do termo “aposição”, que o aposto assume papel relevante no processo da interação linguística, sendo, portanto, inconsistente o tratamento a ele dado na primeira perspectiva, por considerá-lo um termo acessório. Além disso, acrescentamos uma breve incursão aos estudos que contemplam a referenciação/correferenciação, fenômenos inerentes à aposição. Para o tema abordado, contemplamos a visão de autores da tradição como Cunha e Cintra (1985), Bechara (1988; 1999), Rocha Lima (1883), Luft (1989), dentre outros. Na perspectiva funcionalista, trazemos o olhar de Meyer (1992), Nogueira (1999), Dias (2004; 2005; 2006), Decat (2011), Quirk et al (1985), Gonçalves et al (2007), Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Castilho (2010), Gryner (1995), Neves (2011), Decat (2011), dentre outros.

Mapeamento das estruturas apositivas introduzidas pelos conectores *ou seja* e *quer dizer* constitui o Capítulo III. O nosso interesse neste capítulo se volta para a observação da estrutura que envolve as construções codificadoras das relações apositivas encabeçadas pelos conectores de base verbal *ou seja* e *quer dizer* para traçarmos um panorama de sua distribuição, de acordo com o desenho estrutural que assumem. Assim, o Capítulo apresenta diferentes formas de materialização linguística de construções apositivas introduzidas por esses conectores. Observamos que os sinais de pontuação (vírgula, ponto e ponto-e-vírgula) são determinantes para a caracterização dos diversos formatos dessas construções - tanto por meio de sintagma nominal, como também de

cláusulas. O tratamento dos dados, por ser de natureza quantitativa e qualitativa, permite-nos observar qual a função sintática mais recorrente do elemento base da construção apositiva e a projetar o grau de desgarramento das estruturas analisadas.

O Capítulo IV, intitulado **Características semânticas da aposição e suas funções textual-discursivas**, tem como foco principal a abordagem de tais funções observadas nas unidades apositivas encabeçadas pelos conectores já referidos. Pelo próprio caráter da aposição, de reelaboração e de esclarecimento, essas unidades apositivas têm demonstrado comportamento de adendo, de parênteses. Assim, além da função genérica de *reformulação*, inerente a esses conectores, serão também especificadas funções parentéticas, assumidas pelas unidades apositivas, decorrentes do comportamento por elas apresentado.

Após essa longa, mas, a nosso ver, necessária, introdução, **quer dizer**, esse quase-capítulo, convidamos-lhes à leitura da tese, **ou seja**, a conhecer o resultado do extenuante esforço que fizemos no propósito de darmos uma contribuição descritivo-analítica sobre o fenômeno da aposição.

CAPÍTULO I

1. Processos de combinação de orações: um panorama

Este capítulo aborda pontos conteudísticos diversos, daí sua divisão em duas seções: na primeira, discutimos os processos de articulação oracional, coordenação/subordinação, predominando a visão de autores identificados com a abordagem tradicional; na segunda, emergem definições mais consistentes para termos como *parataxe* e *hipotaxe*, que parecem melhor acomodados à visão funcionalista da linguagem.

Nesse sentido, o principal objetivo para o qual se volta o conteúdo aqui alçado consiste em discutir o tratamento dado ao processo de combinação de orações (coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe) pela tradição gramatical como também pelos linguistas adeptos da teoria funcionalista, em suas diferentes vertentes, especialmente, no que se refere ao caráter de (in)dependência sintática e/ou semântica das cláusulas (ou orações).

A opção por essa revisão de literatura que abrange os estudos sobre o chamado *período composto* debita-se ao fato de a aposição, tema da presente pesquisa, se materializar tanto como forma nominal que não constitui oração por si mesma, como pela forma clausular (oracional); a última caracterizando tanto o período simples como o período composto. No transcorrer da exposição, decidimos transcrever alguns exemplos utilizados pelos autores para ilustrar com maior clareza os conceitos reproduzidos.

1.1. O que se enxerga na tradição

Na Gramática Tradicional (doravante GT), a classificação de orações é feita partindo da noção de (in)dependência. Apoiados nessa noção, os gramáticos caracterizam de forma dicotômica os processos de coordenação e subordinação. Esse ponto de vista está presente na exposição de alguns autores, como Bueno (1968), Cunha e Cintra (1985), Melo (1978), Rocha Lima (1983), Luft (1989), Kury (1991), por exemplo. Assim, na classificação de orações, comumente, os autores utilizam critérios que mesclam sintaxe e semântica, deixando, muitas vezes, de explicitar qual desses componentes é determinante na análise.

Na sequência, passamos a mencionar esses autores, tentando recuperar, aqui, a essência do tratamento que eles destinam ao assunto em foco: o período composto.

Ao tratar dos processos sintáticos de coordenação e subordinação, Bueno (1968) relaciona subordinação a pensamento. Para o autor (p. 411), em um período composto, a oração principal “[...] encerra o pensamento integral do período, do qual decorrem os demais”. No que concerne à coordenação, define como oração coordenada aquela de sentido próprio, que não necessita de nenhuma outra para que seja entendida; na sua visão (op. cit.), isso não acontece com as subordinadas, que necessitam da principal para que possam constituir sentido completo.

Na visão de Melo (1978), o período composto apresenta três processos sintáticos: *coordenação*, *subordinação* e *correlação*. Tais processos podem ser constituídos por: a) orações independentes; b) uma oração principal com termos desdobrados em orações subordinadas; c) uma oração principal acompanhada de várias orações subordinadas de mesma função; d) orações interdependentes (correlatas); e) um período misto (formado pelos três processos citados).

O autor (1978, p.147) define a oração coordenada como aquela “que está posta ao lado de outra, de igual natureza e igual função”. Apesar de considerar sem importância maior a distinção das orações coordenadas em *sindéticas* e *assindéticas*, feita pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), aceita tal distinção, classificando-as conforme sejam ou não encabeçadas por conjunção: “Ouvi a história, *mas não gostei*” (sindética); “Cheguei, *vi, venci*” (assindética). Já a oração subordinada, Melo (1978, p.149) define como “aquela que exerce em outra uma função ou subfunção”; sendo, pois, parte de outra oração, a exemplo de “Estêvão ainda ficou algum tempo encostado à cerca, na esperança *de que ela olhasse*.” Este autor (1978) chama a atenção para o erro que se comete em considerar uma oração coordenada como o contrário de uma oração subordinada, noção que ele refuta, afirmando tratarem-se de perspectivas diferentes: “Não é o contrário: *é outra coisa*” (p. 148), afirma.

Quanto à *correlação*, Melo (1978) a considera como um terceiro processo sintático, mais complexo do que os dois citados acima, no qual existe, de certa forma, interdependência e dá-se uma intensificação exigida por um dos termos. Tal intensificação pode ser de um dos membros da frase, ou da frase como um todo. Assim, o autor (p.52-3) classifica a correlação, apresentando exemplos, em: a) *consecutiva*: “...

abraçou-me com tal ímpeto, *que não pude evitá-lo*”; b) *comparativa*: “Josélia é mais prendada *que Nair [é prendada]*”; c) *equiparativa*: “*Não só* de pão vive o homem, *mas* de toda palavra que sai da boca de Deus”; e d) *alternativa*. “No mesmo dia em que cruzavam as fronteiras do império os cristãos faziam alguma correria *ou destruíam alguma povoação*”.

Conforme exposto acima, Bueno (1968), quando trata de orações, relaciona subordinação a pensamento; já Rocha Lima (1983), estabelece a relação entre pensamento e coordenação; entretanto, quando trata da subordinação entre orações, utiliza-se de critérios formais. Senão, vejamos:

A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes – eis o que constitui o período composto por coordenação [...]. No período composto por subordinação, há uma oração principal que traz presa a si como *dependente*, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal. (ROCHA LIMA, 1983, p. 230-232).

Na *Moderna Gramática Brasileira*, Luft (1989) dedica uma seção ao estudo do *período*. Quando trata do período composto, o autor o define como “dois processos de estruturação sintática: dois elementos lado a lado/um elemento anexo a outro, dependente dele. Parataxe/hipotaxe – numa nomenclatura de origem grega” (p.46). Ainda conforme Luft (p.45), o período composto pode se apresentar de duas maneiras, de acordo com a natureza das orações que o compõem: a) estruturado somente com orações independentes, como no exemplo “Abro o livro e começo a ler”; e b) estruturado apenas com oração principal e oração(es) dependente(s), como no exemplo “Conheço o livro que o professor citou”; o que resulta na oposição: *coordenação/subordinação*, classificação predominantemente feita pelos gramáticos tradicionais quando do estudo do período composto.

Esse autor (1989) também faz alusão ao período misto: *composto por coordenação e subordinação*, ou seja, período em que há, lado a lado, orações independentes, caracterizadas como principal e subordinada(s). Além disso, ele apresenta a coordenação de orações, a qual ocorre quando quaisquer orações de idêntico valor, quer sejam independentes, quer sejam principais, quer sejam subordinadas, aparecem, num

período, ligadas por meio de uma conjunção coordenativa ou por simples pausa (justaposição).

Cunha e Cintra (1985; p. 46-7) criticam alguns gramáticos pelo fato de eles apresentarem a *correlação* e a *justaposição* como dois outros processos, totalizando quatro processos de estruturação sintática distintos, sendo as **orações correlatas**: a) *aditivas* (não só... mas também); b) *comparativas* (tal... tal/mais/menos... (do) que); c) consecutivas (tanto/tão/tal... que); e as **orações justapostas**: a) *intercalada*; b) *apositiva*; c) *objetiva direta*; d) *adverbial*.

Na visão de Luft (1989), é inegável a existência tanto da *correlação* como da *justaposição*; todavia, tanto esta como aquela se estabelecem como tipos especiais de conexão dentro da coordenação e da subordinação, não havendo razão, portanto, para classificá-las como processos distintos de composição do período. No seu entendimento, essas estruturas podem ser situadas no par opositivo coordenação/subordinação; sendo a aditiva do tipo citado uma coordenada enfática, e as demais – com exceção da *intercalada* – devidamente consideradas *subordinadas*; inclusive, com as mesmas denominações, pela NGB.

Para classificar orações, Luft (1989) o faz conforme a NGB: a) a *absoluta* sendo aquela que não se liga à outra, formando o período simples; b) a *principal*, aquela na qual se insere uma subordinada; c) as *coordenadas*, orações que apresentam igual função, ligadas por conjunções coordenativas, ou por justaposição (*assíndeton*); d) as *subordinadas*, aquelas que aparecem regidas por outra (a *principal*). Quanto ao termo *independentes*, o autor o vê como necessário para as “coordenadas propriamente ditas”, visto que as coordenadas podem aparecer ora como *independentes*: “[Os alunos leem] [e] [escrevem]]]”. “[Leia], [escreva], [reflita]]]”; ora como *principais*: [[[**Eu sabia** [que ela vinha]], **mas [não esperava** [que fosse hoje]]]”; ora como *subordinadas desenvolvidas*: “Maria disse [[que lê] e [(que) não entende]]]”; ora como *subordinadas reduzidas*: “[Feitos os temas] e [estudadas as lições]], você pode brincar” (Grifos do autor). Em assim sendo, afirma o autor (1989):

Fica claro que o termo ‘coordenada’ nada diz da natureza da oração, mas apenas a qualifica quanto ao conectivo, ao processo de ligação sintática. [...] todas as orações podem coordenar-se a outras da mesma natureza (aliás, coordenação é isto mesmo: ligação de estruturas isomorfas – palavras, sintagmas, orações, períodos). (LUFT, 1989, p.47-8).

Kury (1991), assim como Bueno (1968), Rocha Lima (1983) e Luft (1989), classifica as orações do período composto em *independentes*, *principais* e *subordinadas*. As orações independentes são consideradas por ele como *coordenadas*, que se estabelecem por: 1) justaposição (= posição lado a lado), sem qualquer conectivo; separadas, na escrita, por vírgula, ponto-e-vírgula ou dois pontos; caso em que são ditas *assindéticas*; 2) Com o auxílio de “conjunções coordenativas”; caso em que são ditas *sindéticas*; classificando-se da mesma forma que tais conjunções. Já as *subordinadas* constituem-se como aquelas que necessitam de outra oração dita *principal*, da qual se tornam dependentes.

Na visão de Kury (1991), a *correlação*, diferentemente do que pensa Melo (1978), não deve ser considerada um terceiro processo, posto que se insere na coordenação. Assim, as orações *correlatas* (um termo em cada oração) são *coordenadas sindéticas aditivas*, como no exemplo apresentado pelo autor: “Quincas Borba *não só* estava louco, *mas* sabia que estava louco” (p. 66). Além disso, Kury (1991, p. 70) faz alusão às *orações interferentes*, também chamadas *intercaladas*, do tipo apresentado no exemplo: “Um dia - *que linda manhã fazia!* – resolvemos um grande problema”. Nas palavras do autor:

São, na verdade, orações independentes (ou mesmo, a rigor, períodos), visto que nenhuma função sintática exerce na frase a que se justapõem. Representam como um comentário subjetivo, uma ressalva, um desabafo do autor, de valor antes expressivo, estilístico, do que sintático, gramatical [...]. O mais simples será considerar essas orações interferentes como períodos à parte, intercalados ou justapostos, que se analisarão lado a lado com aquele em que se inserem (KURY, 1991, p. 70).

Assim como os autores citados anteriormente, Azeredo (2000) apresenta os processos de subordinação e coordenação para o estudo de orações. Quando se refere às

conexões sintáticas no interior do período (qualquer marca formal: preposições, conjunções, pronomes, etc.), o autor divide essas conexões em três tipos fundamentais: *justaposição*, *subordinação* e *coordenação*; a primeira conexão se dando, quando dois ou mais constituintes se unem sem a presença de qualquer marca formal. Quando se refere à classificação de orações, seu pensamento se apresenta fiel à visão tradicional: as coordenadas sem conectivo denominam-se assindéticas; e as coordenadas com conectivo, sindéticas. Quanto às subordinadas, estas são distribuídas em três subclasses: subordinadas substantivas, subordinadas adjetivas e subordinadas adverbiais. No que concerne à *correlação*, assim como Kury (1991), mas diferentemente de Melo (1978), Azeredo (op. cit. p. 156) não a considera como outro processo, afirmando: “A correlação é um expediente retórico, de rendimento enfático no discurso, e não um processo sintático distinto da coordenação e da subordinação”.

Cunha e Cintra (1985, p. 578), ao tratarem do período e sua construção, definem as orações coordenadas, mediante o exemplo: *As horas passam, os homens caem, a poesia fica*, afirmando que:

[...] as três orações são da mesma natureza, pois:

- a) são autônomas, INDEPENDENTES, isto é, cada uma tem sentido próprio:
- b) não funcionam como TERMOS de outra oração, nem a eles se referem: apenas, uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra

Até aqui, resenhamos a visão de gramáticos filiados à tradição gramatical, pelo menos, como se evidencia nas obras referenciadas. O panorama traçado revela muito mais convergências entre os autores do que divergências.

Para dar maior abrangência à revisão, passamos a pontuar a visão de autores mais influenciados pela pesquisa linguística, nas suas diversas vertentes, como Perini (1995), Bechara (1999) e Matos (2003), que ampliam a abordagem desses processos, apresentando pontos específicos do comportamento das orações.

Perini (1995) dedica uma seção ao estudo da *oração complexa*. O autor utiliza um critério formal/sintático para conceituar subordinação e coordenação. Para o primeiro processo, toma o exemplo “(1) *Titia disse que nós desarrumamos a casa*”, adotando uma análise derivada da transitividade do verbo *dizer* que tem como constituinte a oração “*que nós desarrumamos a casa*”, a qual está inserida em um dos

termos da outra oração. Conforme o autor (p. 130), “[...] Em casos como esse, em que uma oração faz parte de um termo de outra, falamos de subordinação.”

Quando se refere à oração principal, Perini (1995, p.132) afirma ser inconveniente a prática usualmente seguida na análise sintática tradicional que considera como oração principal o segmento “Titia disse”, o que contradiz a definição de “subordinada”, visto que primeiramente se deve observar que “**um termo de uma oração é parte dela**” (grifo do autor); e, no caso, o que é chamado de oração principal “não seria uma oração, mas apenas um pedaço de oração (amputada do OD)”. Assim, o autor concebe que, no exemplo supracitado, por oração principal se deve entender toda a oração *Titia disse que nós desarrumamos a casa*; sendo *nós desarrumamos a casa* a subordinada; assim, o elemento *que* funciona como um dos recursos que a língua possui para encaixar uma oração dentro de um SN, “[...] propriedade comum a todas as línguas, de desenvolverem termos da oração como novas orações – um aspecto da recursividade”. (PERINI, 1995, p.132-3).

Para o citado autor (1995, p. 130), tomando-se as orações “*Titia fez a salada e mamãe fritou os pastéis*”, “não se pode dizer que alguma delas esteja dentro da outra, no sentido de que faz parte de um de seus termos.” Nesse caso, considera que as orações são sintaticamente equivalentes; a sentença é composta por coordenação e as duas orações são, portanto, coordenadas. Isso o leva a entender que “a subordinação é um dos dois processos principais de montagens de orações complexas [...] e a coordenação é, pois, o segundo dos processos principais de orações complexas” (p. 130). Na sua visão (p. 131), a GT está longe de dar conta de todos os fatos que envolvem essa dicotomia, uma vez que as análises dos autores consistem apenas em diferenciar duas maneiras básicas de inserir constituintes em outros constituintes nos dois processos.

Ainda segundo o autor (op. cit., p. 138), o critério apresentado para definir subordinação por si só bastaria para distinguir subordinadas de principais em muitos casos. Todavia, reconhecendo que o estudo de língua não se contenta com isso, ele apresenta as marcas morfológicas e sintáticas que caracterizam as orações subordinadas em todos os casos, embora afirme que essas marcas “nem sempre sejam propriamente parte da subordinação”: a) conjunções (subordinativas); b) relativos; c) marca de interrogativa direta; d) desinência do modo subjuntivo; e) desinência de gerúndio e de infinitivo.

Bechara (1999), por sua vez, dedica um capítulo de sua gramática ao tratamento da *oração complexa* e dos *grupos oracionais*, que têm correspondência com as noções de

subordinação/coordenação. Mas, antes disso, tenta distinguir os processos de *hipotaxe* e *parataxe*:

A hipotaxe [...] consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores. É o caso de uma oração passar a funcionar como “membro” de outra oração, particularidade muito conhecida em gramática. [...]. Consiste a parataxe na propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível [...]. Portanto, o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a unidade resultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinadas. (BECHARA, 1999, p. 48-9).

Tratando de *orações complexas* e *grupos oracionais*, Bechara (1999) relaciona, de um lado, *orações complexas* à subordinação e, do outro, *grupos oracionais* à coordenação. O autor defende que as orações complexas podem ser de *transposição*: a) *substantiva*, aquelas que aparecem inseridas na oração complexa, exercendo funções próprias do substantivo, como no exemplo: “Convém *que tu estudes*” (função de sujeito); b) *adjetiva ou de relativo*, aquelas que transpostas por pronome relativo exercem função de adjunto adnominal, conforme o exemplo: “O aluno *que estuda* vence na vida.”; c) *adverbial*, aquelas que exercem função de natureza do advérbio; dividindo-se em dois grupos: *as subordinadas adverbiais propriamente ditas* (1º grupo), cuja função é própria de advérbio, como no exemplo: “Os convidados saíram *sem que fossem notados*”; e *as subordinadas comparativas e consecutivas* (2º grupo), aquelas que mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente, como nos respectivos exemplos: “Janete estuda mais *que trabalha*”/ “Janete é tão aplicada aos estudos *que não lhe sobra tempo* para o trabalho.”

Quanto aos grupos oracionais, para o referido autor, estes são integrados por orações sintaticamente independentes entre si e que se podem combinar, formando grupos oracionais ou períodos compostos, como em “O caçador chegou à cidade e procurou um hotel” ou, em separado, como “O caçador chegou à cidade”/ “Procurou um hotel”.

Ainda tratando da subordinação, Bechara (1988, p. 217) afirma nem sempre ser a oração dita principal aquela de sentido principal, “mas aquela determinada pela relação sintática da oração dentro do período”. No exemplo: *O caçador percebeu que a noite*

chegou, ele apresenta a conjunção *que* como marca de uma oração ser dependente de outra. O autor comenta o fato de esse *que* (marca de subordinação) não ter por finalidade, na oração complexa, unir duas orações, conforme fazem as conjunções coordenativas; mas funcionar como um “transpositor”, na medida em que leva uma oração independente a funcionar como membro de outra oração.

Na relação de independência entre orações, Bechara (1988, p. 224) assinala as orações *coordenadas* e as orações *intercaladas*; estas aparecendo como elemento adicional de esclarecimento do falante, denotando *citação, advertência, opinião, desejo etc.*, como no exemplo, a seguir, em que a oração intercalada traduz um desejo do falante: “O teu primo – *raios o partam* – pôs-me de cabelos brancos”; e aquelas, que comumente aparecem ligadas por conjunções coordenativas, marcando o tipo de relação semântica que o falante manifesta, conforme o exemplo: “O dia está agradável, *por isso devemos aproveitá-lo*” (Relação de conclusão).

Uma análise detalhada dos processos de coordenação e subordinação é realizada por Matos (2003). A autora postula que tanto um quanto outro processo têm a propriedade de formar unidades complexas; todavia, se diferenciam sintaticamente por outros aspectos. Conforme a autora (op. cit., p. 551), a coordenação “caracteriza-se por combinar constituintes do mesmo nível categorial – núcleos ou constituintes plenamente expandidos, i. é., sintagmas ou frases – que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas”.

Matos (2003, p. 552) relaciona três propriedades que diferenciam coordenação de subordinação: em primeiro lugar, a subordinação opera com unidades oracionais frásicas, ao passo que a coordenação opera com todos os tipos de categorias sintáticas; em segundo lugar, a oração subordinada desempenha na oração subordinante uma função sintática (sujeito, complemento direto, complemento preposicionado ou adjunto) e uma função temática (tema, adjunto de fim, de causa, de tempo, etc.); em terceiro lugar, na subordinação, há mais mobilidade dos constituintes oracionais do que na coordenação. Para explicar essa terceira propriedade, a autora (2003, p. 552-3) apresenta dois exemplos como forma de destacar o contraste quanto ao deslocamento de constituintes.

- (a) Ele só confessou *que detestava cozinhar à Maria*.

(b) *Que detestava cozinhar*, ele só confessou à Maria.

(a) Não só o desastre foi aparatoso, *como não houve sobreviventes*.

(b) *Como não houve sobreviventes*, não só o desastre foi aparatoso.

No segundo exemplo, ilustrativo de coordenação, as frases coordenadas não podem ser facilmente deslocadas.

Matos (2003, p. 554) afirma, ainda, que a GT caracteriza a mobilidade dos constituintes como uma propriedade da coordenação, o que, no entanto, só é possível por haver uma manipulação que consiste em não considerar como parte integrante dos termos coordenados os conectores coordenativos que os introduzem, como no exemplo abaixo:

(a) *O João vai ao cinema* mas a Maria vai ao concerto.

(b) A Maria vai ao concerto *mas o João vai ao cinema*.

A autora justifica que quando os termos coordenados não são simétricos quanto ao sentido, como em *Senti uma vertigem e desmaiei*, nem independentes um do outro quanto à forma, como em *O João vai ao cinema mas a Maria não*, essas manipulações tornam-se impossíveis, ou por produzirem resultados pragmaticamente anômalos ou por determinarem construções mal formadas, como em *Mas a Maria não, o João vai ao cinema*. Segundo a autora, não é fácil diferenciar o processo de coordenação do de subordinação, pois há construções que estão na fronteira entre um e outro. Muitas coordenações estabelecem nexos entre os elementos coordenados que, quanto ao sentido, aproximam-se da relação entre subordinante e subordinada. Assim, Matos (op. cit., p. 556) postula que as frases a seguir são equivalentes: (a) *Não comes a sopa e não te levo ao cinema*. / (b) *Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema*. No seu entendimento, apesar do valor semântico de subordinação, a frase (a) *Não comes a sopa e não te levo ao cinema* comporta-se formalmente como coordenação. Em primeiro lugar, nenhum dos seus membros exibe a mobilidade característica das estruturas subordinadas correspondentes, como mostram os contrastes entre as frases:

- Mas a criança tem frio, está um dia quente. (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 555)
- A criança tem frio embora esteja um dia quente. (MIRA MATEUS *et al.*, 2003, p. 555).

Em segundo lugar, os membros coordenados podem ocorrer com autonomia em fragmentos distintos, como no exemplo: **A:** *Não como a sopa!* / **B:** *E eu não te levo ao*

cinema!, sem serem necessariamente interpretados como envolvendo o concurso de dois locutores distintos (A e B) para a realização de numa frase complexa, formada por coordenação como no exemplo **A**: *A Maria não come a sopa...* **B**: *E a mãe não a leva ao cinema.*

Já numa estrutura de subordinação, somente o segundo segmento é possível, visto que as subordinadas não podem repartir-se em fragmentos autônomos. Dessa maneira, enquanto as frases do exemplo **A**: *Se Maria não come a sopa.../ B*: *A mãe não a leva ao cinema!*, paralelas as do exemplo, **A**: *A Maria não come a sopa...* **B**: *E a mãe não a leva ao cinema*, são possíveis, o exemplo **A**: *Se não como a sopa! /B*: *Eu não te levo ao cinema!*, correlato de **A**: *Não como a sopa! / B*: *E eu não te levo ao cinema!* é marginal. (MATOS, 2003, p. 556).

Matos (2003, p. 557) ainda diferencia a **aposição** da *coordenação*, definindo aquela “como um processo que consiste em justapor sintagmas e frases, materializando-se a conexão entre essas unidades através da utilização de pausas e de uma entoação específica”. São exemplos apresentados pela autora:

- (a) O João, um amigo nosso, participou nessa expedição à Amazônia.
- (b) A coroa sueca, disseram no telejornal, foi desvalorizada.
- (c) O cometa Hale-Bopp, que tem propiciado um magnífico espetáculo, continuará visível.

Conforme Matos (op. cit.), em qualquer um dos exemplos citados (a, b, c), o aposto não pode ser substituído por um sintagma coordenado. Por outro lado, os exemplos a seguir mostram que, embora a presença da conjunção copulativa seja facultativa, a *aposição* é compatível com a *coordenação*.

- (d) A Inglaterra, e talvez também a França, interveio no conflito armado nessa altura.
- (e) A Inglaterra, talvez também a França, interveio no conflito armado nessa altura.

Como podemos observar, a análise de Matos sobre os processos de *coordenação* e *subordinação* se baseia, sobretudo, no critério formal. Quanto à *aposição*, a autora afirma não poder ser esta “reduzida a um caso de *coordenação* na medida em que pode incluir processos de formação de unidades sintáticas complexas distintas da *coordenação* e ser, inclusivamente, compatível com estes”. (MATOS, 2003, p. 557).

Diante do exposto, é visível a diferença da abordagem dos primeiros gramáticos citados em relação aos últimos. No primeiro bloco, estão os que opõem os mecanismos

de coordenação e subordinação com base na noção de (in)dependência, acionando, aleatoriamente, tanto critérios sintáticos como semânticos. Assim, as orações coordenadas são consideradas independentes; enquanto as subordinadas, dependentes, visto que estas só têm sentido ao lado de uma oração dita “principal”, na qual desempenham uma função sintática, completando-lhe o sentido.

No que concerne à divisão das orações no período composto por subordinação, é notável a dificuldade apresentada durante o processo de ensino-aprendizagem, especialmente, quanto à identificação da oração principal, já que, seguindo o modelo de segmentação tradicional, torna-se custoso perceber, como afirma Perini (1995, p. 132), que **“um termo de uma oração é parte dela”**; o que torna conflituosa a abordagem apresentada pela gramática tradicional.

Por isso, concordamos com Carvalho (2004) quando afirma que as abordagens que examinam os processos de coordenação e subordinação fundadas apenas na noção de in(dependência) não resolvem o problema de distinção entre um e outro. Isso é fato, especialmente, no que diz respeito a dados de língua em uso na modalidade oral, visto que os gramáticos, normalmente, citam exemplos criados por eles próprios, ou representativos da modalidade literária, como alguns aqui já apresentados.

No contexto dessa discussão sobre coordenação e subordinação, é instigante pensarmos no comportamento dos conectores e das construções por eles introduzidas, no que diz respeito ao fenômeno da aposição. Esse tema será retomado e desenvolvido adiante, quando analisarmos a relação entre as unidades que compõem as estruturas apositivas coletadas no *corpus* da presente pesquisa.

Na seção, a seguir, tratamos da visão funcionalista sobre os períodos complexos, tentando apreender as bases que dão sustentação a essa perspectiva de análise, a qual norteará o estudo dos dados coletados na presente pesquisa.

1.2. O olhar da linguística funcional

Nas análises de linguistas de orientação funcionalista a respeito dos processos de articulação de orações, há o consenso de que todas as línguas humanas possuem recursos para combinar orações simples e formar orações complexas. Assim, representantes dessa abordagem, como Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988),

Hopper e Traugott (1993), Givon (1990), Castilho (2010), Gryner (1995), Neves (2011), Decat (2011), dentre outros, têm demonstrado interesse em investigar os processos sintáticos de articulação de orações; nesse sentido, são numerosos os questionamentos e revisões que eles formulam, na tentativa de pautarem propriedades em que possam distinguir exaustivamente as noções de coordenação e subordinação.

Halliday (1985) analisa as sentenças complexas a partir de dois eixos: o tático e o lógico-semântico. O eixo tático inclui a parataxe e a hipotaxe e diz respeito às relações de interdependência entre todos os complexos, sejam palavras, grupos, sintagmas ou orações. Enquanto a *parataxe* compreende uma relação de continuidade entre elementos - um iniciando e outro continuando a sequência (relação entre elementos de igual estatuto) -, a *hipotaxe* compreende uma relação de dominação entre um elemento dependente e um dominante (relação entre elementos de diferentes estatutos). No que se refere às sentenças complexas, a *parataxe* engloba coordenação, citação (os casos de discursos diretos e indiretos livres) e a aposição; já a *hipotaxe* engloba cláusulas relativas não-restritivas, cláusulas de fala reportada (o chamado discurso indireto) e cláusulas interligadas por relações circunstanciais. Dessa forma, tanto na parataxe como na hipotaxe, figuram dois tipos de orações: (a) as *primárias*, que correspondem à primeira de uma construção paratática e a dominante em uma construção hipotática; e (b) as *secundárias*, correspondentes àquelas que ocorrem depois das primárias em uma construção paratática e a(s) dependente (s) em uma construção hipotática.

Halliday (1985) não inclui nesse eixo as relações de encaixamento (*embedding*), aquelas em que uma oração funciona como constituinte da estrutura de um sintagma que, por sua vez, é constituinte da frase. O autor diferencia, de um lado, encaixamento, e o que ele denomina de “relações táticas” de parataxe e hipotaxe, de outro. Essas relações se diferenciam do “encaixamento” pelo fato de elas serem relações entre cláusulas ou entre elementos de outra ordem.

O eixo lógico-semântico refere-se às relações semântico-funcionais que se verificam entre cláusulas que integram frases complexas. Halliday (1985) agrupa essas relações em dois tipos fundamentais: a *expansão* e a *projeção*. A *expansão* de uma oração primária pela secundária pode se realizar da seguinte forma: a) por *elaboração*, quando uma oração elabora o significado de outra, reformulando-o, especificando-o, comentando-o ou apresentando exemplos; constituindo, portanto, uma paráfrase, um

comentário ou uma justificativa, por exemplo; b) por *extensão*, quando uma oração amplia o significado de outra, acrescentando algo novo a ela, ou seja, exprimindo uma adição, uma exceção ou uma alternativa; c) ou por *realce*, quando uma oração realça o significado de outra, fornecendo algum traço circunstancial de lugar, tempo, causa, condição, finalidade, etc. Já a *projeção* se realiza quando uma oração se projeta por meio de outra que a apresenta como uma locução, uma ideia, ou um fato. Para Halliday (1985), *projeção* consiste na relação lógico-semântica que se dá entre orações com função não de uma representação direta da experiência (não-linguística), mas sim a representação de uma representação (linguística).

Matthiessen e Thompson (1988) propõem que a combinação de orações reflete a organização retórica do discurso, ou seja, relações retóricas que se processam nos textos, em geral, como as de causa, condição, concessão, etc. Essas relações seriam, basicamente, de dois tipos: as de núcleo-satélite (aquelas através das quais certas porções textuais realizam os objetivos centrais do falante/escritor e as outras, os objetivos complementares); e as de listagem (aquelas em que não se verifica uma relação de subordinação entre as partes textuais). Conforme Carvalho (2004, p. 9), “essa distinção entre as relações de listagem e as de núcleo-satélite corresponde, respectivamente, à distinção gramatical entre *parataxe* e *hipotaxe*.”

Givon (1990) propõe um *continuum* na ordem que integra orações: um de seus postulados é o de que nenhuma oração é completamente independente de seu contexto oracional imediato, e de que há uma relação icônica entre a integração das orações e a integração dos eventos. No aspecto semântico, podem ser determinadas, entre uma oração e seu contexto imediato, as noções retóricas de temporalidade, condicionalidade, causalidade, concessão, propósito, razão, etc. No aspecto lógico, determinam-se as noções de junção, disjunção, paráfrase, tautologia e contradição.

A noção de *continuum* também é defendida por Hopper e Traugott (1993). Para esses autores, é possível observar uma gradação que vai da subordinação (dependência e encaixamento) à parataxe (não-dependência e não-encaixamento), passando pela hipotaxe (dependência, mas não-encaixamento). Assim, os autores compreendem que as orações complexas tendem a uma gramaticalização, com três etapas graduais: na parataxe, ocorre uma independência relativa (na qual o vínculo depende da relação de sentido); na hipotaxe, uma interdependência entre núcleo e margem; e, na subordinação,

uma dependência completa entre núcleo e margem. Por conseguinte, encaixamento da margem em um constituinte do núcleo. Observemos como os autores (op. cit., p.170) distribuem os processos de combinação de orações ao longo desse *continuum*.

Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento
- dependência		+ dependência		+ dependência

Quadro 1: Da parataxe à subordinação. (Fonte: Hopper e Traugott: 1993, p. 170).

Para Gryner (1995, p. 69), a maneira como os rótulos parataxe/hipotaxe e coordenação/subordinação foram propostos pela doutrina tradicional “não reflete adequadamente a sistematicidade do conjunto de combinações encontradas, em parte devido à imprecisão, em parte à circularidade de suas definições”. E acrescenta: “na prática, as cláusulas são classificadas automaticamente como coordenadas ou subordinadas, aplicando-se, sem maiores questionamentos, a taxonomia proposta pela tradição gramatical” (GRYNER, 1995, p. 69).

Ao se referir às sentenças complexas, Castilho (2010, p. 339) descreve-as como “duas ou mais sentenças que funcionam como constituintes de uma mesma unidade sintática, estruturada por coordenação, subordinação ou correlação.” O autor diz preferir o termo *sentença complexa* ao que a GT denomina *período*, visto que, no seu entendimento, tudo que ocorre num período ocorre também numa sentença; o período não sendo, portanto, uma unidade sintática diferente. Além disso, o autor faz uma crítica ao emprego da designação “sentença principal”, pois entende que a ideia principal nem sempre é expressa pelo que se chama “proposição principal”. Para Castilho (2010, p. 345), a escolha do termo se justificou inicialmente por “razão sintática: a principal encabeça a coordenada e a subordinada. Mas logo se instalou uma interpretação semântica desse vocábulo, considerando-se que essa sentença veicula a informação principal da proposição”. Mas ele adverte que, nas substantivas, a informação mais relevante está na subordinada.

Segundo Neves (2011), as propostas da corrente funcionalista põem em questão a divisão entre subordinação e coordenação, especialmente quando tratam das frases compostas e complexas. Para a autora, os linguistas dessa corrente não se contentam com a visão tradicional que relaciona o conceito de coordenação à independência sintática e o

de subordinação que se resolve na proposição de uma oração principal com um (ou mais de um) de seus termos em forma oracional. Com base na proposta de Halliday (1985), de cruzamento de um eixo tático (de interdependência) com um eixo semântico-funcional (de relação entre processos), ela mostra a importância de se adotar uma abordagem sistêmica dos processos possíveis de vinculação de sentenças:

Se por exemplo, uma coordenação é no eixo tático, uma **parataxe** (uma continuação), tanto quanto a aposição, entretanto no eixo lógico-semântico é possível distinguir entre o caráter de extensão, que tem a coordenação, e o caráter de **elaboração**, que tem a aposição. Essas duas relações, por outro lado, se distinguem de uma articulação causal, ou de uma articulação condicional, por exemplo, em ambos os eixos: trata-se agora, no eixo tático, de uma **hipotaxe** (uma **dominação**), e, no eixo semântico-funcional, de um lado de **realce**, ou **encarecimento** (nem extensão nem **elaboração**). (Grifos da autora) (NEVES, 2011, p. 229).

Decat (2011) também critica as definições de coordenação e subordinação presas a indicadores formais, como fazem gramáticos tradicionais, pois considera que essas definições nem sempre são suficientes para descrever períodos compostos da modalidade falada da língua.

As diversas pesquisas que se preocupam com a língua em sua manifestação oral têm mostrado, através da evidência dos dados, que a caracterização de cláusulas coordenadas e subordinadas em termos de dependência não é assim tão fácil. Faz-se necessário verificar que tipo de dependência está sendo considerado para essas definições: dependência de forma? de sentido? dependência pragmática? Além disso, não constitui novidade a existência, seja na língua oral, seja na língua escrita, de conexões implícitas e conexões explícitas. (DECAT, 2011, p. 24)

Na visão de Decat (2011), o parâmetro formal ainda é o mais utilizado na caracterização da dependência de uma cláusula a outra. Além disso, ela chama atenção para a dificuldade em se esclarecer as “falsas coordenações”, ou de cláusulas subordinadas sem matriz, ou mesmo o estatuto das cláusulas quanto à noção de dependência. Essa percepção do problema remete a Thompson (1984) e a Haiman & Thompson (1984), que sugerem o abandono do termo *subordinação* e sua substituição por parâmetros que melhor apresentem a relação no nível do discurso.

Assim, dentro de uma abordagem discursivo-funcional, Decat (2011) discute a (in)dependência de sentenças a partir do parâmetro *idea unit* (unidade informacional), postulado por Chafe (1980). Baseando-se nesse parâmetro, ela revisa a classificação das orações subordinadas, seguindo autores como Lyons (1968), Halliday e Hasan (1976), Van Valin (1984), Lakoff (1984) Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), subdividindo essas orações em dois grupos: a) estruturas de **encaixamento** (subordinadas substantivas e adjetivas restritivas da GT), compreendendo as cláusulas dependentes que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical e b) estruturas de **hipotaxe** (as adverbiais e as adjetivas explicativas), compreendendo as cláusulas que representam opções organizacionais para o usuário da língua, constituindo, elas mesmas, unidades de informação à parte. “Se mesmo uma cláusula adverbial estiver em constituição com um item lexical de outra cláusula, ela não será, provavelmente, uma unidade de informação à parte”. (DECAT, 2011, p. 30). Isso ocorre, na visão da autora, porque essa cláusula adverbial deverá encontrar-se estruturalmente encaixada em outra.

Dentro do quadro da linguística funcional, a abordagem dos processos sintáticos de combinação de orações evidencia que ainda há muitos questionamentos em torno do assunto, especialmente, no que concerne à taxonomia apresentada para as sentenças complexas pela tradição gramatical, baseada nas dicotomias coordenação/subordinação e/ou parataxe/hipotaxe e os critérios subjacentes. A literatura pertinente tem considerado os postulados do funcionalismo linguístico como contribuições relevantes nas pesquisas sobre o assunto. Nota-se que, mesmo em suas diferentes vertentes, essa corrente apresenta postulados teóricos relativamente convergentes sobre a descrição dos processos de orações.

Autores como Givon (1990) e Decat (2011), dentre outros, consideram insuficiente a noção de (in)dependência (formal ou semântica) para se estabelecer a diferença entre sentenças coordenadas e subordinadas. Essa constatação sinaliza para a pertinência de que se realizem novos estudos que foquem a temática, visando a uma descrição mais coerente dos fenômenos linguísticos que caracterizam a combinação de orações. Os Quadros 2 e 3, a seguir, apresentam, respectivamente, a distribuição das orações, conforme os processos de combinação oracional sob o olhar da tradição e o da linguística funcional.

Visão tradicional:

Orações coordenadas	Orações subordinadas
• <i>Assindéticas</i> (sem conectivo) • <i>Sindéticas</i> (aditivas; adversativas; explicativas; conclusivas e alternativas)	• <i>Substantivas</i> (subjativas; objetivas diretas; objetivas indiretas; predicativas; completivas nominais; apositivas) • <i>Adjetivas</i> (restritivas; explicativas) • <i>Adverbiais</i> (causais; temporais; consecutivas; comparativas; concessivas; conformativas; condicionais; proporcionais; finais)

Quadro 2: Subclassificação das orações, conforme os processos de coordenação e subordinação.

Visão linguística

Cláusulas complexas		
PARATAXE	HIPOTAXE	ENCAIXAMENTO
• Coordenação • Justaposição • Aposição	• Orações adverbiais • Orações adjetivas não restritivas/Apositivas	• Orações completivas • Orações apositivas • Orações adjetivas restritivas

Quadro 3: Distribuição das orações nos três processos de articulação oracional.

O Quadro 2 retrata o pensamento comum a gramáticos como Silveira Bueno (1968), Cunha e Cintra (1985), Melo (1978), Rocha Lima (1983), Luft (1989), Kury (1991), dentre outros, no que se refere ao processo de combinação de orações. Conforme já ressaltado, esses gramáticos dividem as orações do período composto em dois processos: *coordenação* e *subordinação*; sendo, no primeiro processo, as orações consideradas independentes, classificadas em *assindéticas* (aquelas que se apresentam sem conjunção, separadas por pausa: vírgula ou ponto-e-vírgula); ou *sindéticas* (aquelas que apresentam conectivo); sendo classificadas, portanto, conforme as conjunções coordenativas que as encabeçam: aditivas, adversativas, explicativas, conclusivas e

alternativas. No segundo processo, esses autores são unânimes em classificar as orações em três tipos: substantivas, adjetivas e adverbiais.

O Quadro 3 apresenta a visão de linguistas funcionalistas que têm se voltado para o estudo de processos de combinação de orações como, Halliday e Hasan (1976), Halliday (1985), Matthiessen e Thompson (1988), Decat (2011). Na visão desses autores, o processo de combinação de orações vai além do que os gramáticos tradicionais denominam de *período composto*. Para eles, as orações do período composto constituem *cláusulas complexas*, correspondendo à parataxe (coordenação, justaposição e aposição); à hipotaxe (orações adverbiais e orações adjetivas não-restritivas (explicativas/apositivas); e ao *encaixamento* (orações completivas, orações apositivas e orações adjetivas restritivas). Observe-se que a hipotaxe e o encaixamento correspondem ao que a gramática tradicional denomina de *subordinação*; e à parataxe correspondem não só a *coordenação*, mas também a justaposição e a aposição; a última se fazendo presente em todos os tipos de cláusulas complexas.

Feito esse panorama sobre a maneira como as frases complexas têm sido percebidas e analisadas pelos estudiosos das diversas correntes teóricas, veremos adiante, no capítulo de exposição dos dados, como a aposição se manifesta nas amostras do *corpus*. No que diz respeito às ocorrências nos enunciados analisados, esperamos identificar, seja em períodos simples seja em compostos, as idiossincrasias que caracterizam o fenômeno ora abordado, cuja revisão teórica será levada a cabo no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2. As construções apositivas

Neste capítulo, procuramos condensar o tratamento destinado à *aposição* nas perspectivas tradicional e funcionalista. Em relação à primeira, contemplamos tanto a forma nominal (chamada simplesmente de *aposto*), como a forma sentencial (a chamada *oração apositiva*); na segunda abordagem, apresentamos definições e critérios de análise da aposição sob a perspectiva da linguística funcional, englobando aspectos relativos à estrutura e ao funcionamento dessas construções. Por fim, acrescentamos uma breve incursão sobre os estudos que contemplam a referenciação/correferenciação, fenômenos inerentes à aposição.

2.1 A aposição sob a perspectiva tradicional

Remonta à antiguidade, aproximadamente, a partir do século XVI, época em que surgiu o termo *aposição* nas Gramáticas Latinas, a observação desse fenômeno linguístico. Conforme Nogueira (1999), desde a retórica latina, a noção designada como *adjuncta*, *apposita* ou *sequentia*, já era atestada, embora tal noção apenas tenha sido fixada como definição daquilo que denomina propriedades sintáticas da palavra ou da proposição na passagem entre os séculos XIX e XX.

Assim, de forma paulatina, a aposição começa a ganhar espaço gramatical dentro da categoria do *nome* nas gramáticas latinas. No processo evolutivo, o que era analisado como aposto em latim passou a ser visto como um substantivo atributivo, que concordava em gênero e número com o seu antecedente nas diversas línguas românicas. Já em língua portuguesa, inicialmente, a aposição era considerada como um *adjunto atributivo*, função presente em gramáticas, como a de Góis (1960), que antecederam a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Atualmente, essa função, geralmente, é vista como *adjunto adnominal*.

O estudo da referida função na GT apresenta algumas inconsistências. Isso se estende, também, aos livros didáticos e materiais destinados ao ensino de língua portuguesa nas instituições de ensino fundamental e médio das escolas brasileiras.

Normalmente a aposição é associada às orações subordinadas substantivas, sendo caracterizada por influência da função que exerce na frase, no caso, de aposto. São consideradas orações apositivas somente aquelas que se apresentam sem conector discursivo.

No que diz respeito ao *aposto* não-oracional, diversas gramáticas o abordam no capítulo que trata dos *Termos Acessórios da Oração*, fato que, talvez, o leve a ser considerado dispensável para completude da informação, podendo, conforme a maioria dos compêndios gramaticais vinculados à tradição, ser omitido da mensagem. Nesse contexto, o aposto é definido como um termo de valor nominal, mas que pode se apresentar sob forma de oração, desempenhando função que seria própria de um nome. Para uma amostra panorâmica da visão tradicional acerca do aposto, vejamos o quadro a seguir:

GRAMÁTICOS	DEFINIÇÕES
Torres (1959)	“A palavra, expressão ou oração que se anexa a um substantivo, especificando-o ou cognominando-o.” (p. 211)
Brandão (1963)	O aposto compreende o substantivo só ou acompanhado de modificadores, que, posto imediatamente junto de outro, explica-o, particularizando o conceito, indicando-lhe uma caracterização; o substantivo determinado pelo aposto é denominado <i>fundamental</i> ; e o conjunto fundamental de <i>aposição</i> . Diversos são os tipos de aposto: atributivo; explicativo ou exegético; circunstancial; enumerativo e o aposto de frase.
Almeida (1969)	“Palavra ou frase que explica um ou vários termos expressos na oração.” (p. 394). Ele também considera o aposto como um tipo de adjunto adnominal, podendo ser formado de títulos profissionais ou hierárquicos, caso em que antecede o termo fundamental. Por essa razão, não há pausa entre o aposto e o termo a que ele se refere. Ocorrendo a inversão dos termos, existe algum sinal de pontuação. Além disso, uma oração inteira pode representar o termo fundamental.
Melo (1970)	Elemento de “referência nominal”, também denominado <i>predicativo adjunto</i> , e identificado como <i>aposto circunstancial</i> ; esse tipo de aposto pode exprimir circunstâncias diversas: causa, modo ou situação, tempo, comparação e concessão.

Rocha Lima (1979)	Termo de valor nominal, representado por um substantivo (ou pronome), que normalmente aparece acompanhado de outro termo de valor nominal (o <i>fundamental</i>), para particularizar ou esclarecer. Tanto o fundamental como o aposto indicam sempre o mesmo ser.
Cunha e Cintra (1985)	“Termo de caráter nominal que se junta a um substantivo, a um pronome, ou a um equivalente destes, a título de explicação ou de apreciação.” (p.151-2). Classifica-se em: explicativo, especificativo, atributivo, oracional, enumerativo.
Barros (1985)	“Substantivo ou frase de valor substantivo que se torna constituinte de outro substantivo ou pronome substantivo.” (p.311). O aposto explica, aclara, acelera o sentido do termo fundamental; que pode ser representado por uma oração denominada <i>apositiva</i> ; que é frequentemente introduzido pelas explicativas <i>isto é, a saber, por exemplo</i> e <i>como</i> (preposição) e que pode ter como <i>fundamental</i> toda uma frase, caso em que o substantivo explicado é tomado no conjunto de seus constituintes sintagmáticos.
Kury (1991)	“Uma ideia fundamental contida num termo de valor substantivo, em qualquer função sintática, pode ser continuada, explicada (inclusive por comparação), desenvolvida ou resumida num termo acessório, seu equivalente ou adjunto, também necessariamente substantivo, APOSTO”. (p.57). Conforme seu valor na oração, classifica-se o aposto em: explicativo; enumerativo; resumidor ou recapitulativo; comparativo.
Bechara (1999)	Substantivo - ou expressão equivalente - modificador de um núcleo nominal (ou pronominal ou palavra de natureza substantiva), denominado de termo fundamental. Tal modificação acontece sem que seja necessário outro instrumento gramatical marcante desta função adnominal. Sob o aspecto semântico, a aposição ⁵ pode ser denominada específica ou especificativa e explicativa.

Quadro 4: Definições da GT sobre o aposto.

A reunião de definições acima organizada atesta as limitações já apontadas. No entanto, algumas considerações complementares ampliam essa compreensão do aposto e merecem ser apontadas. Bechara (1988, p.214), por exemplo, atenta para o fato de diversos autores não considerarem como aposto expressões encabeçadas por preposição

⁵O autor não diferencia os termos aposição/aposto.

do tipo *praça da República, cidade de Lisboa*, mas sim como adjunto adnominal. O autor afirma: “ambas as análises são aceitáveis, mas nos inclinamos para a aposição”. Ele menciona também o **aposto em referência a uma oração inteira** quando a referência não é “apenas a um termo de uma oração, mas ao conjunto de ideias expressas numa oração inteira”: *Ele falou em altas vozes, sinal do seu descontentamento*. Quando trata do **aposto circunstancial**, o autor o define como termo que exprime circunstância de tempo, hipótese, causa, comparação e “vem imediatamente preso ao nome a que pertence ou por meio de uma preposição ou expressão de valor adverbial.”, como nos exemplos: *Em moço gostava de andar a cavalo. Como colega contei-lhe toda a verdade. Quando presidente, nunca fugiu aos debates*. (BECHARA, 1988, p. 215)

No que diz respeito aos tipos de aposto, Bechara (1999, p. 456-7), referindo-se ao aposto especificativo e ao explicativo, defende que a distinção entre eles acontece pelo fato de, no primeiro, o substantivo que funciona como aposto ser aplicado diretamente ao nome, sem que haja pausa (representada na escrita por vírgula, travessão ou parêntese) entre o termo *fundamental* e o aposto, como em *O rio Amazonas*; já no explicativo, o aposto serve apenas para explicar o termo fundamental, além de este ser separado daquele através de pausa, como em *Pedro II, imperador do Brasil*.

Sobre esses dois tipos de aposto, Brandão (1963) afirma que ambos podem ser precedidos das expressões *isto é, a saber, convém saber etc.* Conforme o autor (op. cit.), embora existam casos em que o aposto apareça antes do termo fundamental, a sua posição normal é depois dele. Também, Barros (1985, p. 312) observa que o aposto pode anteceder o termo *fundamental*, como em: *Homem de rara inteligência, Eduardo não vacilou nas respostas*.

A pontuação é um aspecto que nos interessa diretamente na análise que pretendemos realizar porque a consideramos uma marca estrutural relevante para a compreensão da função apositiva. Vários autores fazem referência a esse tópico, reconhecendo sua relação com a função apositiva. Torres (1959, p. 211) entende que a vírgula é geralmente usada para separar o termo fundamental do aposto. Para Melo (1978), além da vírgula, o aposto pode aparecer seguindo os dois pontos; caso em que é denominado de *aposto enumerativo* como no exemplo por ele apresentado (p. 139): “*Para um homem se ver a si mesmo, são necessárias três cousas: olhos, espelho e luz*” (Vieira, *Sermões*, I, 1679, col.18). Kury (2003) tem essa mesma opinião. Barros (1985) se refere

ao uso dos dois-pontos. Segundo Rocha Lima (1979), com exceção dos casos de designação, a pausa entre o aposto e o fundamental geralmente é marcada por vírgula. Já para Barros (1985, p.312): “No caso da oração apositiva, a separação ocorre por dois pontos”.

Conforme podemos perceber, a análise dos autores elencados acima insiste na referência aos recursos da pontuação como fator relevante para identificar o aposto. Isso é consequência do fato de a tradição realizar sua abordagem guiando-se quase que exclusivamente por preocupações com a língua escrita. Nossa análise, também, levará em conta essa característica, focando na descrição dos diversos usos identificados no *corpus*, mas sem descartar a relação que há entre a pontuação e as pausas na língua oral.

Perini (1995, p. 120-1) aponta os defeitos da tradição gramatical e, cobrando a elaboração de gramáticas mais adequadas, salienta a necessidade de revisão do conceito de *aposto*, conforme citação a seguir:

(...) *os parentéticos*: elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita são sempre separados por vírgula. Os parentéticos ainda não foram estudados com o cuidado que sem dúvida merecem; mas já se pode vislumbrar o suficiente para sugerir que sua análise pode vir a ser importante para uma melhor compreensão de certos termos de comportamento algo obscuro, como o “aposto” da gramática tradicional. Não é necessário, portanto, especificar uma função separada para o “aposto” da gramática tradicional: trata-se simplesmente de um caso especial de parentético - **o caso em que o elemento repetido é um SN**. (Grifo nosso) [...], o parentético tem a estrutura de uma oração independente, isto é, não apresenta nenhuma das marcas habituais de subordinação [...]. Também não apresentam as marcas de coordenação [...] parecem antes formados de duas orações independentes, simplesmente justapostas.

Essa afirmação de Perini (op. cit.) revela sua compreensão de uma possível equivalência entre o aposto nominal e o oracional, especialmente, se eles forem da categoria parentética, a qual rejeitaria as noções tanto de coordenação quanto de subordinação.

Câmara Júnior (1997, p. 57-8) aponta uma relação de equivalência do aposto com o termo ao qual se refere. O autor considera a aposição não apenas uma sequência, mas uma sequência centrípeta, “que gira em torno de um ser como seu centro.” Logo, há

um sintagma nominal (SN) sobre o qual o locutor do texto estabelece uma relação de equivalência.

Dias & Santos Filho (2004) tecem críticas à visão da GT, defendendo que a aposição não deve ser entendida como uma função puramente sintática, ou seja, uma cláusula encaixada completiva, ou como uma oração substantiva apositiva. Para os autores, a aposição é uma *construção apositiva*, que, do ponto de vista formal, pode ser constituída de uma ou várias orações de características variadas: encaixadas, paratáticas, hipotáticas, como também, por um conjunto de combinação de cláusulas.

Na visão de Dias (2006), essas orações são *construções apositivas*, pelo fato de elas apresentarem peculiaridades, sendo ou não introduzidas por conectores discursivos (*ou seja, isto é, vale dizer, quer dizer e por exemplo*), numa gradação, partindo daquela mais prototípica àquela com menos traços de prototipicidade. Do mesmo modo, Nogueira (1999, 2006) utiliza a denominação *construção apositiva*, entendendo a aposição como um mecanismo funcional.

Conforme o exposto, é perceptível que a GT não esclarece de maneira satisfatória o conceito de aposto. Observando alguns dos conceitos apresentados pelos gramáticos, é notável o tímido tratamento da identificação e da diferenciação do aposto instanciado linguisticamente como sintagma simples ou oracional. Isso ocorre pelo fato de haver uma tendência de os gramáticos abordarem o processo apositivo, apoiando-se mais no nível sentencial ao defini-lo, desconsiderando o cotexto de que participa.

Notamos, também, outra divergência entre os gramáticos, com relação à estrutura coordenada ou subordinada do aposto. O fato é que alguns deles, como é o caso de Kury (1973), postulam que tanto o aposto como o seu *fundamental* (termo a que se refere) partilham a mesma função sintática (tornando possível suprimir um dos termos da construção, sem a ela causar prejuízo); é isso o que institui à construção apositiva uma caracterização como pertencente à coordenação. Já outros, como Melo (1978), admitem ser o aposto representado por um adjunto adnominal e, assim considerado, ele representa um processo de subordinação de um substantivo sem conectivo.

A despeito das inconsistências, é importante observar que, nas definições apresentadas, ocorre uma unanimidade entre os gramáticos no seu reconhecimento como termo de valor nominal, de caráter explicativo, que se classifica como elemento acessório

da oração. Além disso, também há consenso entre os autores no que se refere à pausa na oralidade que, na escrita, é representada por vírgula ou dois-pontos.

2.2 A aposição sob a perspectiva funcionalista

Nesta seção, apresentamos o fenômeno da aposição sob o ponto de vista da linguística funcionalista, resumando importantes trabalhos que descrevem sua estrutura e discutem seu funcionamento.

A melhor definição de aposição, segundo Meyer (1992), é considerá-la como uma relação gramatical que se realiza por construções que possuem características sintáticas, semânticas e pragmáticas específicas. Segundo o autor, a maior parte das aposições apresenta-se constituída por Sintagmas Nominais (SNs), podendo também realizar-se por aposição não-nominal sintagmática (Sintagma Preposicional, Sintagma Adverbial, Sintagma adjetival – Sprep; SAdv; SAdj, respectivamente), oracional, sentencial, ou ainda por diferentes classes de palavras. Quanto ao aspecto sintático, na aposição, as unidades A (base) e B (apositiva) apresentam uma relação de gradação: da aposição mais prototípica até a que está na fronteira entre a aposição propriamente dita e a relação de coordenação.

Para Meyer (1992), a aposição justaposta é a mais frequente. Sua ocorrência pode se apresentar simples, em que a unidade inicial está em aposição com uma única segunda unidade, ou se apresentar dupla e tripla, em que a primeira unidade está em aposição com uma ou mais aposições subsequentes. Logo, de maneira hierárquica, a aposição constitui uma relação binária, em que a segunda unidade está em aposição com a unidade que imediatamente a antecede.

No processo de identificação das construções apositivas, Meyer (op. cit.) propõe critérios que diferenciam a aposição *central* da aposição *periférica*. Tais critérios mostram como duas unidades são estruturalmente dependentes (subordinadas) ou independentes (coordenadas). Para o autor, a aposição central é aquela que se caracteriza por unidades que são sintaticamente independentes entre si, devendo, portanto, atender aos seguintes critérios sintáticos: (i) a primeira unidade, base ou matriz (A) pode ser suprimida; (ii) a segunda unidade apositiva (B) pode ser opcionalmente apagada; (iii) as duas unidades, base ou matriz (A) e apositiva (B), podem ser permutadas.

Já a aposição periférica se caracteriza por unidades que se apresentam estruturalmente dependentes entre si, o que pode fazer com que a construção apositiva não atenda a todos os critérios mencionados acima, apresentando apenas um ou dois desses critérios. Quando se refere à similaridade entre aposição e coordenação, Meyer (1992) observa que, pelo fato de haver dificuldade em se diferenciar aposição de coordenação assindética, ocorre ambiguidade, principalmente, quando os três critérios sintáticos mencionados estão presentes em tais estruturas.

Quirk *et al.* (1985) agrupam sob o mesmo rótulo as várias construções consideradas apositivas pela gramática tradicional, dizendo serem elas aposições *plenas* ou aposições *parciais*. Para a aposição plena, adotam os seguintes critérios: a) cada um dos apositivos pode ser separadamente omitido sem afetar a aceitabilidade da sentença resultante; b) cada apositivo exerce a mesma função nas sentenças resultantes; c) pode-se assumir que não há nenhuma diferença entre a sentença original e qualquer uma das sentenças resultantes, em termos de referência extralinguística. Para os autores (*op. cit.*), a equivalência é condição necessária para a aposição ser considerada plena. Já as construções apositivas que não apresentam alguns desses critérios são consideradas aposições parciais.

De acordo com Nogueira (1999), os critérios determinados por Quirk *et al.* e Meyer fundam-se na semelhança, observada pelos autores, entre aposição e coordenação. Para a autora, caso seja considerada a independência estrutural, atestada na possibilidade de suprimir ou de permutar os elementos de determinadas construções, aposição e coordenação serão vistas como semelhantes. Esses critérios parecem ser atestados nas aposições centrais, não apenas por haver identidade estrutural entre as unidades em aposição, mas, sobretudo, pelo traço de equivalência semântica existente entre elas, visto que uma das unidades sendo suprimida a outra unidade poderá substituí-la.

Para Matthews (1981, p. 223), o termo *aposição* comumente é utilizado para designar uma diversidade de construções que não podem ser agrupadas conforme um critério único. Assim, ele discute os limites da aposição, indicando problemas de fronteira entre construções consideradas apositivas e alguns processos constantes em sua tipologia. Para o autor, quando se trata de condições imprescindíveis e suficientes, a aposição é um claro exemplo de uma categoria que não apresenta fronteiras bem definidas. Assim, ele a considera como um subtipo de justaposição, já que esta, na sua visão, é uma das relações mais primitivas, relativamente, indiferenciada a outros processos sintáticos.

Baseando-se numa categorização inspirada na semelhança de família, Matthews (1981) sugere haver um uso paradigmático da aposição, além de outros usos que a ele se relacionam através de diversas formas de semelhanças; para o autor (op. cit.), não pode ser naturalmente determinado onde desaparecem essas semelhanças. Meyer (1992) opõe-se a essa análise de Matthews, defendendo que a aposição constitui uma relação gramatical particular, presente em construções semânticas, sintáticas e pragmáticas.

Alguns estudiosos, como Burton-Roberts (1987) e Lago (1991), limitam bastante o conceito de construções apositivas, quando exigem que a correferência⁶ e a identidade funcional estejam entre os termos em aposição. Já outros, a exemplo de Matthews (1981), Quirk *et al.* (1985), Meyer (1987, 1989, 1992), Nogueira (1999), analisando diferentes tipos de construções, asseguram haver um caráter gradual na aposição, na perspectiva de que algumas são semântica e sintaticamente mais típicas do que outras. No âmbito da linguística funcional, é comum a ideia de que as diferenças entre os tipos de relações sintáticas inter-oracionais são graduais.

Para Lehmann (1988), essas relações podem ser encontradas em um contínuo desde a não-dependência à máxima integração. O autor considera a aposição como uma relação de não-dependência, diferenciada da relação de um atributo com seu substantivo nuclear. Hopper e Traugott (1993, p.181) acreditam haver graus crescentes de integração nas relações entre orações (parataxe > coordenação > hipotaxe > subordinação). Para os autores, a aposição é vista como uma relação de hipotaxe em que, mesmo não se falando em integração, é notória uma interdependência entre os termos que a constituem.

No que se refere à categorização sintática mantida nos termos em aposição, Hockett (1958) identifica a aposição com a coordenação; enquanto Carone (1988) a identifica com a subordinação. Para Nogueira (1999), o termo aposição tem sido aplicado à justaposição de duas ou mais orações. A autora (Op.cit.), observando as divergências

⁶A correferencialidade é vista como a relação entre dois ou mais termos de uma oração que referem a mesma entidade de mundo. Para o entendimento da correferência, é preciso considerar sua relação com a anáfora, fenômeno que se define como a retomada de ideia introduzida por uma entidade mencionada anteriormente. Na anáfora, ocorre um processo de evocação da entidade cuja expressão é chamada de antecedente. Assim, também, configura-se a correferência. Os conceitos de correferência e anáfora, portanto, são semelhantes. Entretanto, não são exatamente iguais, uma vez que as expressões correferentes são anafóricas, mas nem sempre uma expressão anafórica é correferente. A análise da correferência requer o uso de conhecimento dos variados níveis de processamento linguístico, que envolvem a sintaxe das frases, o contexto, a semântica e, até mesmo, conhecimento de mundo. (Ver, adiante, seção sobre *referenciação*).

conceituais de aposição entre alguns estudiosos, assegura que, mesmo havendo possíveis semelhanças entre aposição e coordenação, a aposição canônica diferencia-se da coordenação pela condição semântica de equivalência entre os termos apostos. Já no que se refere à subordinação, para a autora, não parece adequado dizer que na aposição há uma relação de subordinação, visto que, tipicamente, os termos em aposição apresentam a mesma capacidade de configuração sintática. E referindo-se aos processos de coordenação de subordinação, acrescenta:

[...] Se esses são dois tipos fundamentais de relações que a linguística estrutural costuma identificar nas construções endocêntricas, e a aposição é uma construção endocêntrica, alguns linguistas como Burton-Roberts (1994, p. 185) preferem concluir que a aposição não é uma genuína relação sintática. [...]. Para alguns estudiosos, no entanto, a aposição não pode ser elucidada de acordo com os pressupostos de uma teoria clássica. (NOGUEIRA, 1999, p.48-49)

Ao investigar a aposição, Nogueira (1999) utiliza-se da proposta de Givon (1995), assumindo uma abordagem de protótipos. Assim, assume que a natureza centrípeta parece ser o traço comum nas diferentes construções apositivas. Citando Neves (1984), reafirma a diferença entre aposição e coordenação: a aposição tem no segundo segmento uma retomada do primeiro; já a coordenação é marcada pela condição de exterioridade sintática.

Dias (2004), ao investigar as unidades apositivas constituídas por oração ou orações, observa que, formalmente, a unidade apositiva complexa pode realizar-se por orações paratáticas, hipotáticas ou por encaixadas. Essas orações, conjuntamente, passam a constituir uma única função apositiva. Os resultados da pesquisa realizada por Dias (op. cit.) atestam que a unidade apositiva mantém uma relação de correferencialidade ora com um sintagma nominal preposicionado ou adverbial da unidade base ou matriz (A), ora com toda a informação de oração ou orações anteriores que têm função catafórica. Uma menor parte de seus dados também apresenta unidades apositivas encabeçadas por conectores discursivos, *ou seja, quer dizer, isto é, vale dizer e por exemplo*; caso em que a unidade apositiva, seguindo o padrão mais formal, realiza-se como paratática, hipotática ou encaixamento, diferindo-se apenas dos casos em que a aposição se realiza como unidade desgarrada, conforme propõe Decat (2001).

Dias (2005) distingue aposição central de aposição periférica, afirmando existir uma aposição prototípica, outras que se distanciam do protótipo até chegar à relação de coordenação. Além disso, a autora atenta para fato de que aposição e coordenação semanticamente são unidades distintas, visto que na aposição há relação sinonímica e correferencialidade, papéis não presentes na coordenação. Para a autora, uma construção apositiva é realizada como unidade base ou matriz (A) e unidade apositiva (B) numa relação de correferencialidade do ponto de vista do locutor. No exemplo abaixo, retirado dos seus dados, a autora aplica a proposta de Meyer (1992), que lhe serve de base:

- (a) Me incentivou muito, **me deu muita moral mesmo**, então, eu fiz uma partida excepcional. Tanto que não saí mais. (PEUL/RJ) (Grifo da autora)

Considerando os critérios propostos por Meyer (1992), Dias (2006) chama a atenção para o fato de, no exemplo (a), as unidades estarem numa relação sinonímica, o que, segundo a autora, não acontece nos casos de coordenação. A primeira unidade da aposição - *Me incentivou muito* - pode ser suprimida sem causar alteração alguma no enunciado; a segunda unidade da aposição - *me deu muita moral mesmo* - também pode ser apagada sem gerar nenhuma alteração no enunciado; as duas unidades A (base ou matriz) e (B) apositiva podem ser permutadas, havendo, pois, traço de equivalência sinonímica entre as unidades, ou seja, uma pode substituir a outra suprimida, sem que nada altere na construção apositiva. Para a autora, o exemplo revela o que Meyer considera aposição central, visto que atende aos critérios propostos por ele para caracterizar uma construção prototípica.

Comumente, a aposição é vista como uma relação semântica que possui duas unidades correferenciais. Apesar de a correferência já ter sido considerada como o principal critério pela literatura linguística, Meyer (1992) não a considera o único tipo de relação semântica entre essas unidades, acreditando ser ela um critério limitador para se conceituar aposição. Para o autor (op. cit.), a aposição acontece tanto através de uma relação referencial como não-referencial. A relação referencial se dá entre as duas unidades da construção apositiva quando existe relação de correferencialidade, uma relação parte/todo ou ainda quando a unidade matriz (A) se refere cataforicamente em direção à unidade apositiva (B); enquanto a relação não-referencial acontece quando, nas duas unidades da construção apositiva, há relação de sinonímia, atribuição ou hiperonímia.

A ausência de correferência ocorre quando a segunda unidade em aposição não refere, apenas descreve a primeira unidade, caso em que Meyer (1992) considera haver uma relação de atribuição. Isso não impede a construção de ser considerada apositiva, pois tanto na visão de Meyer (op. cit.) quanto na de Nogueira (1999), as construções atributivas se portam mais como aposições do que como orações relativas reduzidas, visto que nas atributivas existe a possibilidade de permuta e de supressão de itens, sem afetar a aceitabilidade da construção. Além disso, para que fossem excluídas as atributivas da classe da aposição, seria necessário apresentar análises diversas para tipos de sentenças bem similares.

Para Meyer (1992), além da correferência e da atribuição, a aposição pode apresentar outras relações semânticas (de parte/todo, de catáfora, de sinonímia, de hiponímia), além das classes semânticas (de identificação, de particularização, de paráfrase e de autocorreção). Segundo o autor, já que há várias relações semânticas nas construções apositivas, existe também a possibilidade de se identificar um gradiente semântico na aposição, que se constrói do mais apositivo em direção ao menos apositivo.

Nogueira (1999), em sua análise, identifica essas mesmas relações e classes semânticas, acrescidas de outros valores semântico-discursivos: ressalva, avaliação (conclusiva), ratificação, especificação, paráfrase (explicação), focalização, contraste, reformulação, entre outros. Observemos o exemplo a seguir, retirado de dados da língua escrita, apresentado por Dias (2006, p.1534-1546):

- (b) A ação militar pode ter sido necessária, para desencorajar ataques de outros grupos aos Estados Unidos, mas não é solução. A única via possível de contenção do ultraradicalismo islâmico não é a força das armas, mas a de governos legítimos, muçulmanos – um conceito importante no nacionalismo islâmico é **“ocidentoxicação”, a contaminação da cultura muçulmana por valores ocidentais -, moderados e capazes de implementar projetos efetivos de desenvolvimento, sem romper com os padrões islâmicos.** (Grifo da autora) (VEJA, 17/10/2001).

No exemplo (b), conforme Dias (2005), tem-se uma relação de correferência entre a unidade apositiva (B) e o sintagma nominal da unidade base ou matriz (A). A unidade apositiva (B) explica o sintagma “ocidentoxicação”, havendo, pois, uma relação sinonímica entre esse sintagma nominal e sua unidade apositiva. Apesar de tal relação, a ordem das unidades é irreversível e a unidade B não existe sem a unidade A. Logo, a autora concorda que, nesse exemplo, há uma aposição menos central, ou seja, periférica, nos termos de Meyer.

Investigando os diferentes sistemas de conexão entre as unidades da construção apositiva, Dias (2006) observa que a unidade base ou matriz (A), sobre a qual recai a aposição, pode ser formada por um sintagma, por uma cláusula ou por uma sequência de cláusulas; além disso, a autora observa também que as duas unidades da aposição - base ou matriz (A) e apositiva (B) - podem ser adjungidas pela ausência de conexão, ou pela presença de conector discursivo. Na visão de Dias (op. cit.), quando ocorre a presença do conector discursivo, a segunda unidade apositiva B, comumente é formada por períodos longos; no entanto, será formada por uma única cláusula quando o locutor pretender sobrepor uma conclusão e/ou uma avaliação. Ainda em relação a seus dados, a autora observa haver certa “assimetria”: seus resultados revelam que, à medida que o elemento base na unidade matriz apresenta *mais peso*⁷, a unidade apositiva será *mais leve*. Logo, quando a unidade matriz (A) é constituída por apenas um sintagma, sobre o qual recai a aposição, esta será expressa, na unidade apositiva (B) por um conjunto de cláusulas. Caso o elemento base da unidade matriz (A) seja formado por uma única cláusula, a unidade apositiva (B) poderá também ser formada por uma única cláusula; caso em que pode haver ambiguidade sintática (por existirem estruturas na fronteira entre parataxe e aposição), ou realizar-se em períodos longos, sendo, portanto, *mais pesada*; e, caso o elemento base da unidade matriz seja formado por cláusulas, a unidade apositiva (B) será constituída por uma única cláusula, sendo, portanto *mais leve*.

Assim, nos termos de Dias (2005), à medida que o elemento base da unidade matriz fica *mais pesado*, a unidade apositiva fica *mais leve* e, à proporção que a unidade base é constituída por um sintagma ou uma cláusula, a sua respectiva unidade apositiva apresenta-se mais longa e, por conseguinte, *mais pesada*. Dias (2006) apresenta um exemplo retirado do seu *corpus*, para ilustrar a possível ambiguidade estrutural presente em uma construção apositiva em relação à semelhança entre aposição e coordenação.

- (c) L1 dizem que tá muito abandonado aquele troço
L2 abandonado... é um absurdo... porque... não tem vias de acesso... pra lá atualmente é uma barbaridade... é quase que você... fazer uma viagem... que você ... como é que você vai chegar estrada de ferro... ruim...
Doc (...)
L2 vou de carro... **vou de Kombi** (NURC-D2-REC-05)

⁷ O termo *Peso* é usado para caracterizar o volume de estrutura utilizada, ou seja, refere-se ao material linguístico propriamente dito.

No exemplo (c), a autora afirma haver uma relação de hiponímia. A unidade apositiva (B), ao indicar o tipo de carro, tem a função semântica de especificação. Mesmo que, na visão da autora, seja reconhecida a diferença estabelecida na estrutura através da relação sinonímica, nos termos de Meyer (1992), essa é uma estrutura ambígua, visto que se assemelha à parataxe. Dias (2006) apresenta ainda exemplos nos quais, em sua visão, a unidade apositiva é mais *leve* (exemplo d), ou mais *pesada* (exemplo e).

- (d) De uma amostra de cinquenta projetos, cujos clientes foram consultados, 46 haviam dado bons resultados. Em marcado contraste com a tradição universitária de criar tecnologia “de prateleira” ou pesquisa aplicada que ninguém aplica”, o Senai atende predominantemente a indústria, com projetos em que em 81% dos casos há engenheiros ou técnicos da empresa interessada compartilhando o trabalho – além de professores universitários.**Ou seja, o Senai virou gente grande na P&D brasileira.** (VEJA, 127/10/2001)
- (e) Ah, de Cordovil para o trabalho? (ruído) de Cordovil (ruído) para o trabalho, eu gasto, simplesmente trezentos cruzeiros, por dia, de passagem, para vim de Cordovil até aqui. Porque tem que fazer uma baldeação. **Eu tenho que vim – pego ônibus na Brasil, venho até a central, não é? Da central, pego o metrô, venho até Botafogo, pego o quatrocentos e nove, venho até o ponto final, o resto, subo uns seiscentos metros a pé.** (PEUL/RJ. Dav)

No exemplo (d), a unidade base ou matriz (A) é constituída por várias cláusulas, as quais apresentam o desempenho do SENAI em relação ao modo como ele atende a indústria; havendo, portanto, a introdução de uma conclusão desse desempenho por meio da unidade apositiva (B), em negrito, constituída por uma única cláusula; sendo, portanto, mais *leve*. Já no exemplo (e), a unidade base ou matriz (A) possui como elemento principal o sintagma *baldeação*, o qual é detalhado na unidade apositiva (B), formada por várias cláusulas, constituindo, assim, um período longo e *pesado*.

No capítulo seguinte a este, quando da análise dos dados por nós coletados, também realizaremos essa aferição do peso, seguindo os critérios elaborados por Dias. De antemão, cogitamos a probabilidade de que a categoria peso tenha a ver com o princípio funcionalista da marcação, especialmente, porque relaciona complexidade estrutural aos contextos de uso.

Conforme Gonçalves *et al* (2007), as construções apositivas apresentam-se divididas em dois grupos: de um lado, temos as que apresentam uma unidade apositiva (B) introduzida por conector (0); do outro lado, as que apresentam a unidade apositiva (B) introduzida por conector discursivo, tais como *quer dizer, ou seja, isto é, vale dizer e*

por exemplo. Para os autores, as unidades apositivas introduzidas por conectores discursivos de base verbal comumente apresentam função semântica de paráfrase e a função textual discursiva de avaliação (ou avaliação conclusiva); já as introduzidas pelo conector com finalidade argumentativa comumente estabelecem uma relação todo-parte com a unidade base ou matriz (A); é o caso do conector *por exemplo*. Na visão de Meyer (1992), Nogueira (1999, 2005) e Dias (2005), as unidades apositivas introduzidas por conector (0) também apresentam a paráfrase como a mais recorrente, seguida da identificação e da particularização, com predomínio de relação catafórica entre a unidade base ou matriz e aposição. Gonçalves et. al. (2007, p. 104-5) apresentam os seguintes exemplos:

- (f) **RDO = tá ... tudo bem ... < o que a gente fala é o seguinte>é ... quando há uma fraude, uma fraude com cartões, o primeiro, o primeiro passo nosso é pesquisa que terminal que foi, onde que foi, essas coisas todas, certo? Então, nós identificamos que foi no Santa Cruz Shopping, naquele banco vinte e quatro horas do Santa Cruz Shopping (PROCON/JF).**
- (g) Mais importante seria a construção de centros ortopédicos e geriátricos de qualidade internacional, o que nos traria ainda mais divisas. É aqui, caro leitor, vem o ponto crucial. Esses investimentos levam tempo para ser feitos. E, uma vez construído, um hospital cardiológico ou ortopédico lava no mínimo dez anos para ganhar reputação internacional. **Ou seja, já estamos atrasados e podemos perder também esse barco, porque nunca pensamos nos jogos do futuro, somente nos erros do passado** (Revista VEJA. 30. Mar. 2003).

No exemplo (f), a unidade apositiva (B) não é introduzida por conector discursivo. O reclamado, funcionário do banco, faz uso de todas as orações da unidade apositiva (B), em negrito, para esclarecer, detalhar o elemento base “o seguinte” da unidade (A), com o qual mantém uma relação catafórica. E no exemplo (g), a unidade apositiva, no caso a unidade (B) em negrito, é introduzida pelo conector discursivo *ou seja*, elaborando o significado, tornando mais clara a informação já transmitida na unidade base ou matriz (A).

Na visão de Gonçalves *et al.* (2007), trata-se de uma construção apositiva em que, na unidade B, tem-se uma conclusão avaliativa, visto que o jornalista faz um julgamento acerca de centros ortopédicos e geriátricos, avaliando e concluindo que estamos atrasados em relação ao presente e ao futuro, por pensarmos apenas nos desacertos do passado. Além disso, os autores observam que as unidades apositivas introduzidas por conectores

discursivos de base verbal, por serem formadas comumente por poucas ou por uma oração, são *mais leves* do que as introduzidas por conector (0); estas, por serem geralmente constituídas de várias orações, tornam-se mais *pesadas*.

Gonçalves *et al.* (2007), investigando as construções apositivas, introduzidas pelos conectores discursivos *quer dizer*, *ou seja*, *isto é*, *vale dizer* e *por exemplo*, selecionam o conector *quer dizer* para o seu trabalho, cujo objetivo é mostrar o processo de gramaticalização em curso que ocorre no português do Brasil, especialmente em língua oral; porque, segundo os autores, essas construções são muito raras na língua escrita.

Com base nos dados de seu trabalho, Gonçalves *et al.* (2007, p.107) traçam o percurso de gramaticalização de *quer dizer*, resumindo-o em três estágios: o primeiro, corrente desde o início da história do português, mas ainda coexistindo com as construções em mudança na atualidade, caso em que acontece a modalização do verbo *dizer*, pelo verbo *querer*, ambos sintática e semanticamente independentes, conforme os exemplos (h) e (i) apresentados pelos autores. O primeiro pertence ao século XII e foi retirado de uma cantiga popular medieval, e o segundo pertence ao século XX, e foi retirado de uma elocução formal do projeto NURC. Nos dois exemplos, a seguir, conforme os autores, o verbo volitivo (*querer*) atua modalizando o verbo *dicendi* (*dizer*); ambos guardando seu caráter verbal:

- (h) Dizede, minha senhora, porque chorades, e eu vos porrei i alguu~ conselho, ca já mais serei leda em mentre vos fordes triste. E a donzela non lhe *quer dizer* porque chorava (português histórico).
- (i) Não é bem isso, vamos ver (interferência de aluno) certo, (es)tá certo Maria, tu quer(es) dizer alguma coisa? (...) a minha pergunta (...) mas, não, não fala em interpretação, vamos ficar com translação, resumo, é ela, a Maria já (ininteligível) não é Maria? (NURC/SP).

O segundo estágio ocorre como expressão já cristalizada, tendo acepção de *significa*, caso que tanto no verbo *querer* como no verbo *dizer* não há mais autonomia sintático-semântica. É o que ocorre no exemplo (j), a seguir, conforme atestam Gonçalves *et al.* (2007, p.108), em que ambos os verbos passam a ter um sentido único, o de *significa*.

- (j) então não dá para eles chegar a desfilar à vontade e se acabar porque eu acho que ali o negócio também e ficar aquelas moça muito nua e não dizendo (no pé) não quer dizer nada eu prefiro mais ver a cabrocha no chão e dizendo no pé (riso) (“eu”) sou mais de (fala rindo) ver (PEUL/RJ/Amostra 00).

O terceiro estágio decorre do fato do termo *quer dizer* abdicar de suas propriedades categoriais originais, não mais guardando seu caráter verbal, assumindo diferentes funções pragmáticas. Assim, *quer dizer* modifica seu estatuto de proposicional para textual, passando a fazer parte das categorias textual-discursivas na língua. Conforme Gonçalves *et al.* (2007, p.111), é o que ocorre no exemplo (I), a seguir, em que o conector *quer dizer* introduz uma unidade apositiva; havendo uma relação de sinonímia textual, fato bem comum nos enunciados apositivos prototípicos, uma vez que não é esperado apenas em enunciados conectados com *quer dizer*.

- (I) Dav: (falando da filha) já esta comendo bastante, toma sopa com legume, essas coisa toda. Suco de laranja, ele queria que desse com um mês, com dez dias eu passei a dar. *Quer dizer*, com dez dias ela (x) comecei a dar suco de laranja lima, porque ela tinha muita prisão de ventre (PEUL/RJ/Amostra 00).

Pelo exposto até aqui, percebemos que há certa convergência entre as abordagens funcionalistas que descrevem e analisam o fenômeno em tela. Alguns aspectos que são ressaltados nas diversas análises e que marcam especificidades do comportamento da aposição poderiam ser creditados a um ou outro fator privilegiado na análise.

Nesse sentido, é importante observar que Halliday (1985) traz a noção de interferência lógico-semântica para explicar o funcionamento da aposição. Segundo o autor, na construção apositiva, que é constituída por duas unidades, base ou matriz (A) e apositiva (B), há uma relação entre essas duas unidades, sendo que a unidade B expande a unidade A, elaborando o significado de A, caracterizando um termo nomeado anteriormente. Assim, relacionando com o sistema lógico-semântico de Halliday (1985), a aposição se encontra na cláusula de expansão por elaboração, uma vez que se trata de uma construção que retoma o sentido da cláusula anterior para especificar, clarear ou adicionar um atributo ou comentário. Portanto, a função da aposição não consiste em acrescentar uma nova informação, mas de apresentar um novo ponto de vista sobre a relação anterior.

Decat (2011) apresenta a aposição através de estruturas denominadas *desgarradas*, discutindo a forma de materialização linguística que as orações (adjetivas) explicativas/apositivas vêm apresentando no Português do Brasil (PB) e no Português Europeu (PE). Conforme a autora (op. cit.), trata-se de estruturas consideradas como subordinadas e dependentes pela GT. Para análise dessas estruturas, a autora valeu-se da

noção de “unidade informacional”, que se caracteriza como “jatos” de linguagem, materializados por estruturas que constituem um único bloco de informação.

O tratamento dado por Decat (2011) às estruturas *desgarradas* contribui não apenas para o entendimento do mecanismo de articulação de orações em geral, mas também para o fenômeno da aposição, em especial, das construções apositivas introduzidas por conectores de base verbal (*ou seja, quer dizer, isto é*), foco de investigação da presente pesquisa⁸.

Percebemos, então, nas diversas análises da aposição, a tentativa de se postular uma estrutura constituinte para todos os tipos de aposição. Todavia, a análise desse fenômeno linguístico exige cuidado, visto que, não raro, surgem dificuldades no sentido de se considerar a aposição como uma relação nem sempre fácil de ser distinguida de outras relações, tal qual a coordenação. Isso tem levado pesquisadores a adotar os critérios propostos por Meyer (1992), distinguindo as construções que são mais apositivas (aposição central) das que são menos apositivas (aposição periférica).

Realizada essa sumarização dos estudos sobre o fenômeno investigado nesta pesquisa, abrimos espaço, na sequência, para uma breve revisão da literatura sobre a referenciação, fenômeno que, como vimos, encontra-se intimamente ligado à aposição, sendo relevante para o entendimento das configurações semânticas e das relações estabelecidas nos domínios da textualidade.

2.3 Sobre referência e referenciação

O tema “referência/referenciação” encontra pouso nas reflexões que abordam a relação entre linguagem e realidade. As discussões referentes às palavras e como elas representam o referente, há muito acontecem entre os estudiosos da Linguística Moderna. Desde a Antiguidade, essa relação é questionada e discutida. A gramática de Port-Royal, originária do Século XVII, já é sustentada por uma teoria da referência, na qual a base da linguagem são os signos, sendo essa teoria gramatical utilizada por muitos pesquisadores nos estudos referentes à linguagem. Desde Platão, os gregos defendiam o princípio de que a linguagem é representação do pensamento; o que baseia a gramática de Port-Royal, como também, as categorias que constituem a gramática geral das línguas ou as gramáticas particulares.

⁸ Por se tratar de foco mais específico desta pesquisa, o fenômeno do desgarramento será oportunamente retomado e discutido com maior aprofundamento.

Cardoso (2003, p. 01), em *A questão da referência*, explicita a ligação entre referência e linguagem. Na visão da autora, *referência* é “a relação entre a linguagem (um dizer) e uma exterioridade (um não dizer); relação essa necessária para que a língua possa ter o seu valor e não se encerre em si própria”. Mondada e Dubois (2003), por considerarem que não existe representação direta entre as palavras e as coisas do mundo, propõem a substituição do termo *referência* por *referenciação*.

Ao tratar de referência, Koch (2004; 2005) sugere que o mundo real é um produto de nossa percepção cultural e da forma como convivemos com a própria realidade. A autora defende a ideia de que a “discursivização ou textualização do mundo por meio da linguagem não consiste em um simples processo de elaboração de informações, mas em um processo de (re)construção do próprio real.” (KOCH, 2005, p. 33). Essa concepção leva a autora a defender que a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a utilizam, sendo os objetos-de-discursos produzidos, desenvolvidos, delimitados e transformados *no e pelo discurso*. Isso quer dizer que a *referenciação* constitui uma atividade discursiva e opera um deslizamento em relação à referência, constituindo-se nesse processo de (re)construção do real por meio de objetos-de-discurso no texto. Portanto, sob esse olhar, pode-se considerar a *referência* como um sistema pronto e preexistente, e a *referenciação* como um sistema que é construído. Nas palavras de Koch,

[...] as formas de referenciação constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. [...], consiste não simplesmente em localizar um segmento lingüístico no texto (um antecedente) ou um objeto específico no mundo, mas sim algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva. (KOCH, 2005, p. 34-5)

Givon (1984), quando trata das línguas naturais, já alude ao fato de que as relações referenciais não são definidas em termos de mundo real, mas em termos de algum universo do discurso, permitindo assim que se faça referência a entidades do mundo real. Ainda, no que se refere às línguas naturais, convém também lembrar que Dik (1997, p 129) aponta para o fato de que, quando se menciona que os termos das predicções “se referem a entidades de algum mundo”, não significa que esse mundo seja real, mas sim um mundo mental.

De acordo com Neves (2011, p.75), “referenciação envolve interação e, consequentemente intenção”. Assim, na composição dos enunciados, os falantes instituem os objetos-de-discurso, que são entidades oriundas de uma construção mental e não de um mundo real. Para Neves (op. cit.), ao se introduzir um referente no discurso, e reapresentá-lo em outros pontos do enunciado, esse referente, além de implicar *referenciação*, implica *correferência*. Passamos a lidar, nesse ponto, com outro fenômeno, associado à referência mas constituído a partir de um tipo de dependência que os distingue entre si.

Os estudos sobre referência na linguagem devem a Lyons (1977), a noção de que há uma relação entre uma expressão linguística e o que ela significa em ocasiões particulares do discurso. Esse modo de entender o fenômeno leva à compreensão de que a expressão linguística tem seu referente, mas, de fato, é o falante que faz referência, já que é ele o usuário da expressão referencial. Assim, quem investiga qual é o referente de uma expressão linguística está investigando a que o falante se refere quando usa essa expressão.

Quando tratam de *referenciação*, Apothéloz e Reicle-Béguelin (1995) atentam para o fato de que, numa visão funcionalista, a montagem da rede referencial no texto, não se restringe apenas à construção e à identificação de objetos da realidade - tampouco à permutação de uma forma referencial por outra, sugestão que comumente se apresenta. Trata-se, sim, da própria constituição do texto como uma rede na qual se introduzem referentes como objetos-de-discurso. Além disso, trata-se, também, da forma pela qual esses referentes são mantidos, segundo estratégias que dependem da formulação textual.

Pelo exposto, percebemos como a referenciação tem sido teoricamente marcada pela busca de um conceito que desconsidere fronteiras entre o pertencimento ao mundo real, ou aos mundos possíveis, e aquilo que repousa no universo do próprio discurso.

A próxima seção trata de um tópico intimamente relacionado à referenciação e que apresenta forte vínculo com os fios teóricos desta pesquisa: a correferência.

2.3.1 Sobre correferência nas construções apositivas

Tradicionalmente, a aposição é considerada como uma relação semântica que possui duas unidades correferenciais. Nogueira (1999) observa que, apesar da correferência ser considerada por muitos estudiosos, dentre eles Rodriguez (1989), como um fator definidor da aposição, ela não está presente em muitas estruturas analisadas como pertencentes a essa classe. Para a autora, o fato de vários estudos limitarem-se ao nível da oração, a concepção de *correferência* “assenta-se nos pressupostos de uma semântica extensional, que se caracteriza por assumir a existência de uma correspondência direta entre as palavras e as coisas.” (NOGUEIRA, 1999, p. 81).

Certamente, é relevante assinalar que assumimos como influência teórica para a análise dos nossos dados o pensamento de Dias (2006, p. 560), que, ao investigar a aposição entre oração, orações ou períodos, menciona que o fenômeno apresenta uma “correferencialidade do ponto de vista do locutor”.

Meyer (1992), conforme mencionado no capítulo anterior, considera que a relação semântica entre as unidades envolvidas na aposição acontece tanto através de uma relação referencial como de uma relação não-referencial. Dentro de uma visão geral, a relação *referencial* ocorre quando há correferência entre as unidades em aposição; isto é, quando a primeira unidade da aposição se refere cataforicamente em direção à segunda unidade; já a *não-referencial* se dá quando a segunda unidade em aposição não refere, mas descreve a primeira. Nesse caso, o autor considera haver uma relação de atribuição, a qual não impede a conceituação de tal enunciado como apositivo. Na visão de Meyer, a correferencialidade é um critério muito limitador para conceituar a aposição porque, em alguns enunciados apositivos, a correferência pode ser duvidosa ou até mesmo não ser verificada de forma alguma.

Levando em conta a visão de autores como Koch (2004/2005), Neves (2011), Apothéloz e Reicle-Béguelin (1995), Lyons (1977) e Dias (2006), principalmente, estamos considerando, para análise dos nossos dados, a correferência como um ponto em comum na conexão entre as unidades A (base ou matriz) e B (apositiva).

Importa ressaltar que os dados apontam para construções apositivas cujas unidades, A (base ou matriz) e B (positiva), são formadas por sintagmas nominais (nomes, ou frases sem a presença de verbo), cláusula(s) ou período(s). Tal ponto de vista faz com que não vejamos a correferência *stricto sensu*, mas a estejamos considerando a partir da percepção do locutor/falante, conforme Dias (2006), anteriormente já mencionada.

Na condição de usuário da língua, é o falante/escritor quem relaciona expressões linguísticas com referentes, materializados em diferentes formas, por observar um ponto em comum entre as unidades da construção apositiva, tal como se pode observar nas ocorrências, a seguir, retiradas dos nossos dados e aqui expostas a título de ilustração:

- (9) Há anos a ciência pesquisa formas de acabar com o excesso de peso que tanto prejudica a saúde e a silhueta. Já se procurou por soluções em dietas, remédios. Agora, grande parte da atenção dos pesquisadores se encontra em uma arma existente dentro do ser humano e que até hoje não vinha sendo explorada: a gordura marrom. **Ou seja, é uma gordura do bem. Uma gordura que emagrece.** (ISTOÉ, ago. 2012)
- (10) Ora bolas, não me amole com esse papo de emprego”. Era essa a palavra de ordem de Tim Maia, que balançava a pança e ondulava o ritmo. [...] Naqueles tempos, elogiar a malandragem era politicamente correto. **Quer dizer, era revolucionário.** (ÉPOCA, set. 2012)

Na ocorrência (9), a correferência é realizada por meio da re-elaboração do SN *a gordura marrom*, elemento base da unidade A (base ou matriz), que passa a ser definida pelo falante por meio da unidade B (apositiva), constituída por duas cláusulas: [...]. *Ou seja, é uma gordura do bem. Uma gordura que emagrece.* Em (10), verificamos que as duas unidades da construção, A e B, correferem-se por meio de períodos, quando o falante, através da reformulação *Quer dizer, era revolucionário*, vê um ponto em comum entre *Ser revolucionário e ser politicamente corretíssimo*, e acrescenta numa unidade B informações esclarecedoras sobre o que estamos chamando de unidade A.

Essas duas ocorrências do *corpus* ilustram a variabilidade estrutural com que se constitui a aposição. Nessas ocorrências, independente da forma assumida, verificamos a ativação da correferência em ambos os casos.

No tratamento que dispensa às apositivas, Dias (2006) também observa que, ao se considerar a correferência do ponto de vista do locutor/falante, pode-se visualizar, em relação ao peso, se há ou não certa “assimetria” entre as unidades da construção. Nessa perspectiva, a autora considera que, na constituição de uma unidade apositiva (A ou B), quanto mais cláusulas e quanto mais períodos longos houver em uma dessas unidades, mais essa unidade torna-se *pesada*. Assim, analisando unidades apositivas que se realizam por oração, orações ou períodos, em conexão com unidade A (base ou matriz), constituída de sintagmas, orações ou períodos, os dados da autora alcançam o seguinte

resultado: quanto mais *peso* tem o elemento base da unidade matriz, mais *leve* será a unidade apositiva; e vice-versa.

Em relação ao presente trabalho, conforme já afirmado, nossa análise verificará como o fator peso comporta-se nos dados do *corpus*, cotejando, no universo pesquisado, sua relação com a correferência estabelecida entre as unidades da aposição.

O capítulo, a seguir, apresenta uma análise de estruturas apositivas iniciadas por *ou seja* e *quer dizer* em ocorrências de estruturas desgarradas, tentando contemplar sua materialização linguística, como também, as relações semânticas estabelecidas por essa construção na linguagem escrita de textos argumentativos das revistas *ÉPOCA*, *ISTO É* e *VEJA* do ano de 2012.

CAPÍTULO III

3.Mapeamento das estruturas apositivas introduzidas pelos conectores *ou seja* e *quer dizer*:

Este trabalho, conforme já esclarecido, analisa estruturas apositivas acionadas por conectores discursivos resultantes da gramaticalização de verbos, especificamente, os conectores *ou seja* e *quer dizer*. É provável que a escolha do usuário da língua por um determinado conector tenha influência direta do gênero textual acionado. Nos textos de teor argumentativo, como os selecionados para a presente análise, esses exemplares funcionam bem porque parecem exercer um papel pragmático, indicativo da interferência do falante sobre a informação expressa.

Em Traugott (1995), encontramos referências a essa funcionalidade específica dos marcadores discursivos que os acomodam numa dimensão modalizadora na relação do usuário com aquilo que é expresso. Nesse tipo de situação, o conector discursivo constituído a partir da gramaticalização do verbo ativa uma implicitude da voz do jornalista.

Neste Capítulo, nossa preocupação maior consiste em observarmos a estrutura que envolve as construções codificadoras das relações apositivas encabeçadas pelos citados conectores para traçarmos um panorama de sua distribuição, de acordo com o desenho estrutural que assumem.

Os conectores discursivos de origem verbal presentes no *corpus* são: *ou seja*, *quer dizer* e *isto é*. Devido ao baixo índice de frequência deste último, que seria impeditivo de generalizações sobre seu comportamento, restringimos o estudo aos dois primeiros. Assim sendo, apresentamos a descrição dos aspectos estruturais presentes nos usos dos conectores discursivos *ou seja* e *quer dizer*, atuantes na construção de estruturas apositivas presentes em textos argumentativos, veiculados nos periódicos *ÉPOCA*, *ISTOÉ* e *VEJA* do ano de 2012.

A pretensão mais pontual para o presente Capítulo, portanto, consiste na busca de respostas para questionamentos específicos, mas que se intercomunicam com as questões gerais da pesquisa, já anteriormente apontadas. Dessa maneira, movemo-nos, nesta parte da tese, em busca de respostas para indagações, tais como: i) que diferentes

formas de materialização linguística essas construções apresentam no *corpus*? e ii) como se estabelecem as relações sintáticas, determinantes do peso e condutoras das variações estruturais presentes nas construções apositivas do tipo desgarradas?

Conforme comentado anteriormente, na GT, a aposição oracional é concebida como sendo realizável por uma oração subordinada de natureza substantiva, caracterizada em termos estruturais pela presença de um sinal de pontuação, os *dois pontos*. Seu estudo, desse modo, fica limitado, na referida abordagem, ao propósito de identificação a partir de características mais formais que funcionais.

Desta feita, entretanto, partindo de um enfoque influenciado pela pesquisa linguística de cunho funcionalista, outras perspectivas são contempladas, ampliando o escopo de funcionamento da aposição. Meyer (1992), por exemplo, observa que o referido fenômeno também pode ser constituído por sintagmas nominais, ou, ainda, é passível de realização com estrutura não-nominal. Já Dias (2006), analisando os diferentes sistemas de conexão entre as unidades A e B da construção apositiva, observa que o elemento base da unidade matriz, sobre a qual recai a aposição, pode se materializar através de um SN, de uma cláusula ou de um conjunto de cláusulas.

Por oportuno, adiantamos, em consequência do embasamento teórico e da prévia consulta ao estado da arte sobre a investigação do tema, que os dados desta pesquisa são observados, fundamentalmente, a partir do entendimento dos seguintes aspectos gerais envolvidos nas construções apositivas:

- 1) do ponto de vista sintático, vinculam-se, predominantemente, por parataxe, caracterizando-se pela relação entre unidades de *status* igual: um iniciador e um continuador;
- 2) a segunda unidade, (B), introduzida pelos conectores *ou seja* ou *quer dizer*, trata-se de uma estrutura *desgarrada* (DECAT, 2011), que, em bases funcionalistas, é uma estrutura que existe por si só, como um enunciado independente;
- 3) do ponto de vista semântico, são estruturas que, nos termos de Halliday (1985), enquadram-se no tipo de relação lógico-semântica de expansão

porelaboração, no qual a unidade apositiva (B) expande a unidade matriz (A), elaborando o seu significado, promovendo maior caracterização de um termo anteriormente nomeado, buscando clarear a informação para o ouvinte. A *elaboração* pode referir-se à primeira unidade como um todo ou somente a uma parte dela.

É importante reafirmar que nossa intervenção em relação aos dados coletados parte desse aparato conceptual que conduziu pesquisas funcionalistas sobre a aposição. Essa postura, provavelmente, nos distancia da abordagem tradicional, a qual lança sobre o tema em foco um tratamento pouco esclarecedor.

Para a descrição pretendida, este capítulo está dividido em três seções: a primeira mapeia a forma de materialização linguística das construções apositivas que ocorrem com *ou seja* e com *quer dizer*; a segunda seção especifica as características dessas construções, as quais funcionam como exemplares do tipo chamado *estruturas desgarradas*; enquanto a terceira esboça um contínuo de gradação do desgarramento que ocorre com os dados analisados.

3.1 A estrutura das construções apositivas com *ou seja* e *quer dizer*

Conforme já explicitamos, a apropriação que fazemos do termo *construção* faz alusão a duas unidades, uma matriz (A), e outra apositiva (B), podendo ambas as unidades serem formadas tanto por cláusulas como por sintagmas nominais (SNs). Uma vez definidas as características inerentes ao fenômeno da aposição, o que nos permite identificar sua realização no *corpus* pesquisado, nossa tarefa imediata consiste em identificar e quantificar as ocorrências das construções apositivas nas quais flagramos a presença dos conectores discursivos já mencionados.

Partimos, portanto, de uma posição consensual sobre a gramaticalização desses termos como conectores, mas não podemos deixar de anotar a possibilidade de uso em sua função original, a saber, o valor semântico de verbo pleno para o *seja* e de verbo principal ou serial para o *quer (dizer)*. A ocorrência desses elementos com tais funções não foi alvo de nossa preocupação, no sentido de identificá-la, tampouco quantificá-la no *corpus*, mas é importante frisar que, em relação ao *quer dizer*, podemos indicar sua

produtividade como mais saliente, uma vez que aparece em contextos vários, como esses que, a seguir, realçamos:

- (11) A educação moderna exagerou no culto à autoestima – e produz adultos que se comportam como crianças. Como enfrentar esse problema?
[...] Aos 24 anos (Roberto Meirelles), foi promovido e assumiu o cargo que almejava. [...] Sete meses depois, assinou sua carta de demissão. Seus antigos colegas de trabalho riram ao ouvir que ele estava deixando a agência para “fazer algo em que acreditava”. Seus pais não compreenderam o que ele **queria dizer** com “curadoria de conhecimento”, expressão que usou para definir seu empreendimento. (ÉPOCA, jul., 2012)
- (12) Outro problema frequente em vídeos amadores é o áudio. Vale a pena comprar um microfone externo, para o barulho de fundo não inferior. “Acho importante investir primeiro no equipamento de som, para que as pessoas entendam o que você **quer dizer**”, diz Erik Gustavo, criador do canal Marcelinho Lendo Contos Eróticos, sucesso na internet. [...] (ÉPOCA, jul., 2012)

Isto posto, recuperemos a quantificação das ocorrências gerais dos dois conectores atuando em construções apositivas, no *corpus* da presente pesquisa: 80% de *ou seja*; e 20%, de *quer dizer*, dados indicadores de que o *ou seja* tem uma produtividade mais acentuada em comparação com o *quer dizer*, numa proporção de 4 por 1. Os dados também confirmam que, além de bastante produtivos, os conectores em estudo se apresentam em estruturas as mais variadas. A princípio, vejamos ocorrências que podem dar uma amostra de situações contextuais em que eles são acionados para realizar a conexão entre segmentos que compõem a construção apositiva:

- (13) Até alguns anos atrás, as novidades mais bem-vindas na segurança automotiva eram os freios ABS e os airbags. Agora, a tendência é apostarem em dispositivos “de para-choque”, **ou seja, aqueles que evitam colisões, geralmente pela redução automática da velocidade.** (ISTOÉ, jul., 2012)
- (14) Há anos a ciência pesquisa formas de acabar com o excesso de peso que tanto prejudica a saúde e a silhueta. Já se procurou por soluções em dietas, remédios. Agora, grande parte da atenção dos pesquisadores se encontra em uma arma existente dentro do ser humano e que até hoje não vinha sendo explorada: a gordura marrom. **Ou seja, é uma gordura do bem. Uma gordura que emagrece.** (ISTOÉ, ago., 2012)

(15) O melhor ainda é a gente tentar uma acomodação à inglesa – **quer dizer, empregando o velho sistema inglês de compromisso.** (ÉPOCA, jun., 2012)

(16) O cuiabano assiste de camarote ao surgimento da Arena Multiuso Pantanal, o primeiro estádio brasileiro a conquistar o certificado ambiental. **(Isso) quer dizer que os gases poluentes gerados na construção serão neutralizados por meio da compra de créditos de carbono.** (ISTOÉ, jul., 2012)

Essa sequência de dados ilustra duas das possibilidades efetivamente realizadas de posições estruturais diversas dos dois conectores na ordenação das construções. Nos exemplos (13) e (15), eles se inserem na continuidade do período, considerando a convenção tradicional defensora de que apenas determinados sinais de pontuação delimitam a abrangência dessa categoria. Assim, teríamos como identificadores da fronteira do período: o ponto final e demais sinais a ele equivalentes: o ponto de interrogação, o ponto de exclamação e as reticências. Evidentemente, a simples ocorrência desses sinais não garante a constituição do período, uma vez que esse deve ser constituído por orações. Assim, é obrigatória a presença de verbos na sequência informacional para que uma determinada estrutura seja considerada período. Nos outros exemplos, (14) e (16), temos a abertura de um novo período.

Na sequência, continuamos com a exposição dos dados, levando em consideração o delineamento estrutural das construções alvo do nosso interesse investigativo.

3.1.1 Estruturas com *ou seja*

Conforme Nogueira (1999, p 171), “[...] pode-se dizer que a forma linguística da expressão *ou seja* subdetermina que o segmento por ela introduzido seja visto como uma reformulação, uma formulação alternativa para o segmento anterior.” Podemos, então, afirmar, com a autora, que o *ou seja* é um típico introdutor de construções apositivas.

São diversos os enquadres estruturais de constituição das construções apositivas introduzidas pelo conector *ou seja*; mas, para não superpovoar essa parte da exposição com dados específicos de cada formato estrutural, vamos, por enquanto, citar as quatro construções mais recorrentes no *corpus* desta pesquisa, deixando para, em situações

oportunas, recuperar os demais exemplares. Exibimos, a seguir, as estruturas que representam maior produtividade: formato (1), com 39 (trinta e nove) ocorrências, formato (2), 10 (dez), formato (3), 09 (nove) e formato (4), 08 (oito) ocorrências.

FORMATO 1 : Cláusulas. Ou seja: /, cláusulas

- (17) Em agosto[...], entrará no ar o famoso horário eleitoral “gratuito”.
Que não é gratuito coisa nenhuma. Muita gente paga por ele, a
começar de nós mesmo. Você paga – e não paga pouco. **Ou seja: o**
Fisco deixa de arrecadar tributos. O Estado paga a encomenda.
Indiretamente, é a sociedade quem paga a conta. (ÉPOCA, jul.,
2012)

Ocorre uma sequência de cláusulas, na unidade base, distribuídas em três períodos, portanto, encerradas por *ponto final*. O conector *ou seja* abre a cláusula seguinte, que é continuada por outras cláusulas, todas compondo a unidade apositiva B. Esse é o formato mais recorrente dentre os usos registrados no *corpus* para o *ou seja*.

FORMATO 2 : Cláusula. Ou seja: /, cláusulas

- (18) Esse militante(Tiririca) aparece em primeiro lugar nas intenções de
voto para o segundo turno. **Ou seja: o eleitor paulista está**
entediado de novo. Está ameaçando botar um pouco de
palhaçada na política para ver o que acontece. (ÉPOCA, out.,
2012)

A unidade base é formada por uma cláusula que se encerra com ponto final. A unidade B é introduzida pelo *ou seja*, seguido de *dois pontos* – também há ocorrências no *corpus* com *vírgula* em vez de *dois pontos* -, na sequência, aparecem outras cláusulas. Esse formato ocupa o segundo lugar em produtividade no *corpus* no que se refere aos usos do *ou seja*.

FORMATO 3 : Cláusulas. Ou seja: /, cláusula

- (19) Os europeus querem viver do Estado. **Ou seja: querem viver à custa dos impostos pagos pelo trabalho alheio.** (ÉPOCA, out., 2012)

A unidade A é composta por uma cláusula. A unidade apositiva, B, é introduzida pelo conector *ou seja*, seguido de *dois pontos* – em alguns dados do *corpus*, ocorre o uso da *vírgula* -, fechando com uma cláusula. Esse formato ocupa a terceira posição em número de ocorrências desse conector no *corpus*

.

FORMATO 4: Cláusula. Ou seja: /, cláusula

- (20) A geração de alunos que se formaram no 9º ano em 2011 aprendeu quase um ano letivo a menos que a geração avaliada em 2009 (aprendeu). **Ou seja: a escola não consegue sustentar a melhora.** (ÉPOCA, ago., 2012)

A unidade base apresenta três cláusulas que se encerram em *ponto final*. Já a unidade B, abre com o conector *ou seja*, seguido por *dois pontos* – em alguns usos do *corpus* aparece a *vírgula* em vez desse sinal – mais uma última cláusula, fechando a unidade apositiva. Esse formato ocupa a quarta posição em número de frequência de dados no *corpus*.

Para fornecer uma visão ampliada dos tipos estruturais de construções apositivas encabeçadas pelo conector *ou seja* a que podem recorrer os usuários da língua, elencamos, na tabela abaixo, os vários formatos/modelos estruturais das construções apositivas presentes no *corpus* pesquisado. Vejamos sua distribuição, com a indicação da frequência de uso.

Formatos de construções com OU SEJA	FREQUÊNCIA
Cláusulas. Ou seja: /, cláusulas	39
Cláusula. Ou seja: /, cláusulas	10
Cláusulas. Ou seja: /, cláusula	09
Cláusula. Ou seja: /, cláusula	08
Cláusula – ou seja, cláusula	06
SN. Ou seja: /, cláusula	04
SN. Ou seja: /, SN	03
SN. Ou seja, cláusulas	03
Cláusula. Ou seja: /, SN	02
SN – ou seja, SN	02
Cláusulas – ou seja, cláusula	02
Cláusulas – ou seja, cláusulas	02
Cláusulas – ou seja, SN	01
SN – ou seja, cláusulas	01
Cláusula – ou seja, cláusulas	01
Cláusulas. Ou seja, SN	01
SN, ou seja, SN	04
Cláusula, ou seja, cláusulas	03
SN, ou seja, cláusula	03
Cláusulas, ou seja, cláusula	02
Cláusulas, ou seja, SN	02
SN, ou seja, cláusulas	01
TOTAL	109

Tabela 4: Configuração das estruturas introduzidas por *ou seja*.

Conforme distribuição na tabela, visualizamos 22 (vinte e dois) formatos estruturais. É importante frisar que, ao lado das quatro construções mais utilizadas, as outras sequências listadas, embora tenham ocorrido com menor incidência, por vezes, com apenas uma aparição, parecem dar conta dos propósitos que levam os usuários a optarem por construções apositivas nos contextos argumentativos aqui examinados.

De fato, o conector *ou seja* é o mais produtivo do *corpus* e, como podemos verificar na tabela 5, esse conector pode vir precedido de cláusulas ou SNs, sendo seguido de ponto final, vírgula ou travessão, e sucedido por dois pontos ou vírgula, que dão passagem a SNs ou a outras cláusulas.

3.1.2 Estruturas com *quer dizer*

Como conector discursivo, *quer dizer* introduz uma unidade apositiva que, geralmente, parafraseia uma unidade base representada por um sintagma, cláusula ou cláusulas, em que equivale à ideia de *significa*, mas ultrapassa o plano semântico e aciona propriedades textual-discursivas, que serão oportunamente analisadas no próximo Capítulo.

Em relação às ocorrências do referido conector, conforme já apresentado, de um total de 27 (vinte e sete) usos, os contornos estruturais que as construções apresentam são os seguintes: precedidos por cláusula, cláusulas ou SN, e sinais como ponto, vírgula ou travessão, sendo sucedidos por vírgula – ou não –, para fecharem o enunciado com cláusula, cláusulas ou SN.

Repetindo o procedimento utilizado para ilustrar as estruturas do *ou seja*, tomamos a mesma decisão de trazer a esta passagem do texto apenas as ocorrências mais frequentes, entendendo que essa opção não incorrerá em prejuízo à visualização do formato das estruturas, que é o que nos interessa mais diretamente neste ponto. De certo, as demais estruturas serão alçadas ao longo da análise e poderão ser comparadas/confrontadas – se for o caso - com as que ora evidenciamos.

A seguir, apresentamos as estruturas em que aparece o *quer dizer*, na ordem de ocorrência, as quais pontuaram 05 (cinco), novamente 05 (cinco), 04 (quatro) e 03 (três) vezes no *corpus* da pesquisa:

FORMATO 1: Cláusula. Quer dizer, cláusula (s)

- (21) Agora estou terminando de reformar uma casa. **Quer dizer, “terminar” é um verbo otimista em se tratando de reformas.** (ÉPOCA, set., 2012)

A unidade base se organiza a partir de um período formado por uma cláusula; fechando a cláusula, vem o sinal que marca o fim do período, o *ponto final*. A cláusula seguinte é introduzida pelo *quer dizer* e sequenciada por outra cláusula, compondo, assim, a unidade apositiva. Esse é o formato mais produtivo – ao lado do que apresentamos a seguir - em se tratando de usos desse conector no *corpus*.

FORMATO 2: Cláusulas. (Isso) (não) quer dizer (que) cláusula(s)

- (22) Há as (mulheres) que tentaram ao mesmo tempo ser profissional e dar conta dos filhos: mas isso representa uma sobrecarga pesada demais, acaba sempre resultando no mesmo: o sacrifício de uma das tarefas – a família ou a profissão. (Isso) **quer dizer que os atuais problemas femininos não consistem mais em arrebatamentos dos homens este ou aquele direito – que já os estamos adquirindo sem disputa.** (ÉPOCA, jun., 2012)

Há uma sequência de cláusulas que se encerram no ponto final, fechando o período que compõe a unidade base. A cláusula seguinte abre com o *quer dizer que*, continuando sem qualquer sinal de pontuação, sendo seguida por outras cláusulas para a complementação da unidade apositiva. Essa estrutura empata em primeiro lugar com o formato do dado apresentado anteriormente em número de ocorrências no *corpus*.

FORMATO 3: Cláusula(s). / – quer dizer, cláusula

- (23) É preciso encontrar maneiras de obter um crescimento sustentável: capacitar as pessoas, ampliar o acesso à educação e aos serviços de saúde e criar a estrutura para que possam trabalhar. **Quer dizer, retomar as medidas fundamentais para o crescimento de países de economias emergentes.** (VEJA, mai., 2012)

Há uma sequência de cláusulas que encerram o período com ponto final, fechando a unidade base. A unidade apositiva abre com cláusula introduzida pelo *quer dizer*. Essa sequência pode apresentar – e isso ocorre nos dados do *corpus* - *ponto final* ou

travessão assinalando a pausa que precede o conector. É o terceiro lugar em frequência entre os dados do *corpus*.

FORMATO 4: Cláusulas . Quer dizer, cláusula (s)

- (24) Uma das mais maravilhosas descobertas da Física é que, apesar de serem tantos, tão pequenos e de formar compostos de todo o tipo, os átomos são essencialmente vazios. Quer dizer, tecnicamente não são, mas é quase como se fossem. (ÉPOCA, set., 2012)

Após uma sequência de cláusulas, que se encerram com ponto final, estruturando a unidade base, o *quer dizer* introduz a cláusula seguinte, seguido por vírgula, na continuidade da cláusula apositiva. Temos, assim, o quarto lugar em produtividade no *corpus* para os formatos do *quer dizer*. Os outros formatos estruturais com a presença do conector *quer dizer*, totalizando 12 (doze) tipos de construções, estão distribuídos na tabela a seguir, com a indicação da frequência de uso:

Formatos de construções com QUER DIZER FREQUÊNCIA	
Cláusula. Quer dizer, cláusula(s)	05
Cláusulas. (Isso) (não) quer dizer que cláusula(s)	05
Cláusula(s). / – quer dizer, cláusula	04
Cláusulas. Quer dizer , cláusula(s)	03
Cláusula. (Isso) quer dizer que cláusula(s)	02
Cláusula. Isso não quer dizer que cláusula(s)	02
SN. /- Quer dizer, SN	01
SN. Quer dizer, cláusulas	01
SN. (Isso) quer dizer cláusula	01
Cláusulas – quer dizer que cláusulas	01
Cláusulas. Isso não quer dizer que cláusula(s)	01
Cláusula, querendo dizer que cláusula	01
TOTAL	27

Tabela 5: Configuração das estruturas introduzidas por *quer dizer*.

Observar a organização estrutural do cotexto em que se inserem as construções apositivas ganha relevância quando pensamos nas restrições que a abordagem tradicional impõe à classificação do aposto e do seu desdobramento oracional, as orações apositivas. Pela observação feita nos dados do *corpus*, que representam experiências reais de uso da língua em contexto de comunicação, já que os textos circulam pretendendo alcançar um determinado leitor, e este, potencialmente, pratica uma leitura “responsiva”⁹, a aposição se estabelece em limites estruturais muito mais amplos. As ocorrências expostas neste recorte dão bem uma dimensão de como a função desempenhada pelas construções dessa natureza pode se espalhar, partindo de sintagmas, cláusulas, períodos, atingindo, inclusive, sentenças sucessivas que se compõem dessas categorias mencionadas.

Outro aspecto relevante nessa amostra é a constatação de que os usuários podem lançar mão do aparato disponível entre os sinais de pontuação, recorrendo ao ponto final, ao travessão e à vírgula, conforme pretenda imprimir determinadas conotações à elaboração por expansão que é inerente a esses contextos apositivos. Assim, há uma escolha do jornalista por continuar o período ou finalizá-lo, mas isso não representa a conclusão do raciocínio que está sendo desenvolvido, uma vez que ele é retomado na unidade apositiva. Conforme a decisão tomada pelo usuário, portanto, temos um menor ou maior relevo argumentativo acionado pela aposição.

Concluída essa etapa de exposição de dados sobre a organização estrutural predominante nos dados do *corpus* para os dois conectores em estudo, passamos, na sequência, a tratar de uma das especificidades das construções apositivas em estudo, aquelas características que definem sua classificação como *Estruturas Desgarradas*.

3.2 Sobre como se comporta o *desgarramento*

3.2.1 aspectos gerais

Conforme já indicado, a noção de *desgarramento*, nesta pesquisa, baseia-se em Decat (1999/2011), para quem tal noção trata-se, em termos funcionalistas, de uma estrutura que existe estruturalmente por si só, como um enunciado independente. Assim,

⁹BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

o termo *desgarrada* é usado pela autora (1999) para caracterizar as estruturas que ocorrem separadas da cláusula matriz, razão pela qual recebeu tal denominação.

Os dados atestam ser a pausa mais frequente a representada pelo ponto, desgarrando a unidade apositiva em posição final. Segundo Decat (op. cit., p. 39), de modo geral, seria essa, a posição final, a que se configura “como uma condição propícia ao desgarramento”.

Na sequência, passaremos à exposição dos dados, buscando delinear os enunciados que codificam estruturas desgarradas, articuladas com os conectores *ou seja* e *quer dizer*, nas unidades apositivas encontradas no *corpus*.

Nesse sentido, torna-se relevante verificarmos os elementos que compõem as unidades A e B formadoras das construções apositivas, utilizando para tanto a noção de peso como instrumento aferidor da dimensão de seus componentes estruturais.

3.2.2 A relação pesado/leve

Pelo que já sabemos, nem sempre é simétrica a relação entre as unidades que compõem a construção apositiva; pelo contrário, a assimetria é que parece lhe ser mais típica. A composição estrutural da unidade base raramente reproduz-se na unidade apositiva, considerando-se a possibilidade de estruturação em sintagmas, cláusulas ou períodos. É provável que isso seja consequência das características apontadas por Halliday (1985), para quem a unidade apositiva expande, clarifica e adiciona atributos à matriz. Assim, a (in)completude semântica da matriz é determinante do volume estrutural e informacional que a apositiva vai demandar.

Conforme vimos no Capítulo anterior, a assimetria entre os elementos estruturais que compõem as unidades A e B possibilita uma aferição do peso que constitui a relação entre ambas. Se a unidade base se apresenta com maior complexidade sintática que a unidade apositiva, então, se pode considerar que essa assimetria é reveladora do maior peso na unidade base; do contrário, se há mais complexidade sintática na aposição, o que se pode concluir é que a unidade base é mais leve.

Inicialmente, os autores têm tratado essa relação como binária, lidando com noções como *mais pesado versus mais leve*. Para realizar essa aferição com os dados do *corpus*, entretanto, resolvemos estabelecer determinados critérios que nos servissem de

parâmetro ao cálculo do peso. Com esse propósito, definimos uma escala gradativa decrescente entre o pesado e o leve, considerando estruturas representativas de *orações*, *oração*, *SNs*, *SN*. Desse modo, atribuímos uma gradação de peso, considerando a carga estrutural e semanticamente mais complexa que é assumida por essas categorias e o consequente conteúdo informacional que lhe pode ser atribuído. Portanto, trata-se de estrutura sintática e não apenas morfológica.

Não seria consistente verificar apenas o número de morfemas ou vocábulos que constituem a unidade porque essa referência nem sempre guardaria uma relatividade com o valor semântico e o papel sintático exercido pelos termos. Assim, a análise parte da delimitação entre categorias como SN e cláusula, supondo que a unidade mais leve será sempre aquela formada por uma das categorias mais à esquerda no contínuo da seguinte escala de gradiência:

$$SN < SNs < Cl < Cls$$

Evidentemente, a comparação não pode se restringir à morfologia, pois há orações com mínima constituição estrutural, formada somente pelo verbo, por exemplo, assim como pode haver SNs complexos com estrutura mais extensa que a de tais orações.

Vejamos alguns dados do *corpus*, iniciando pelas construções encabeçadas por *ou seja*, em que a relação de peso é simétrica, seguindo-se das construções em que a relação é assimétrica.

I) **Relação de peso simétrica:**

A relação de peso pode se dar de forma simétrica em duas situações: com ambas as unidades leves, caso (25) ou com ambas pesadas, como em (26), a seguir:

- (25) Mirabeau, enquanto atirava, em público, a fogueira, trocava cartas em segredo com o rei Luis XVI. Pela medida do homem comum, seria um canalha. Mais adiante, ao galgar o posto máximo na TV espanhola, empreende maciça cobertura das viagens e dos atos do futuro rei, contribuindo para torná-lo familiar aos espanhóis. Quem esperaria de tal espertalhão o gesto daquela noite? Um gesto de coragem, de graça, de rebeldia, de liberdade, um gesto de violência mas também um gesto de autoridade. **Ou seja: um gesto de um político puro.** (VEJA, dez., 2012)

Nesta ocorrência, a relação se estabelece entre a unidade A, formada por SN e a unidade B, também formada por SN. Há, portanto, um equilíbrio de peso entre as duas unidades que compõem a construção apositiva.

- (26) A Delta, não por coincidência, mantinha um contrato de consultoria com o ex-ministro José Dirceu, condenado a dez anos de prisão por chefiar a quadrilha do mensalão. A Delta, não por coincidência, fez chegar à CPI informações de que aqueles repasses-fantasma tinham como destino funcionários públicos e campanhas políticas. Ou seja: parte do dinheiro que a empresa faturava do governo era revertido em milionários pagamentos de propina. (VEJA, dez., 2012)

Temos o caso em que se relacionam duas cláusulas na unidade base, destacada por sublinha, e duas cláusulas na unidade apositiva, destacada em **negrito**. Há, portanto, uma relação de peso calcada no equilíbrio simétrico entre as estruturas.

Essa relação pode se ampliar para estruturas ainda mais densas, como maior volume informacional, como a que mostramos a seguir:

- (27) As descobertas sobre a irisina foram divulgadas pelas prestigiosas revistas científicas *Nature e Cell*. Os estudos conduzidos pelo médico Bruce Spiegelman, da universidade Harvard, nos Estados Unidos, avaliaram o impacto da irisina em camundongos. Durante três semanas, as cobaias praticam uma hora diária de atividade física sobre rodas (o equivalente a um exercício em esteira ergométrica), em ritmo de caminhada rápida. A partir do 21º dia (da décima semana no calendário humano), os animais produziram irisina em quantidade suficiente para ativar em determinadas células de gordura a termogênese, processo no qual ocorre à produção de calor. Ou seja, o que se mostra aqui é que a irisina tem o poder de acelerar o metabolismo do tecido adiposo (em até cinquenta vezes) e, portanto, de fazer emagrecer. (VEJA, ago., 2012)

Há quatro cláusulas compondo a unidade base e o mesmo número de cláusulas na unidade apositiva.

II) Relação de peso assimétrica:

A relação de peso pode se dar de forma assimétrica em duas situações: apresentando a unidade A leve e a unidade B pesada, ou a unidade A pesada e a unidade B leve, conforme constataremos a seguir:

- (28) Sparks tornou-se o autor preferido entre os jovens. Leia o livro, assista ao filme. O segmento, contudo, não exclui o que os Publishers chamaram de “sucesso de prateleira” **Ou seja, os títulos que ficam entregues à poeira nas livrarias.** (ISTOÉ, mai., 2012)

Observamos a presença de um SN compondo a unidade base com aposição de uma cláusula na segunda unidade; uma assimetria estrutural, portanto, se confirma com o peso maior da unidade apositiva. Mas esse desequilíbrio não se efetiva somente na relação SN(s)/Cl(s); ele pode ser observado também quando uma das unidades apresenta um número de cláusulas maior que o da outra, vejamos:

- (29) Diz Sterling Anderson, do MIT: “É verdade que novos dispositivos deixam as pessoas menos cuidadosas, mas isso não é razão para deixarmos de desenvolver sistemas que salvam vidas”. **Ou seja, em vez de aprender com seus erros correndo o risco de se acidentar, os motoristas serão educados com luzes, sirenes, vibrações no banco ou tendo que se conformar em entregar o controle para alguém mais habilidoso ao volante: seu próprio carro.** (ISTOÉ, jul., 2012)

Nessa ocorrência, encontramos uma relação entre estruturas robustas, constituídas, a da unidade base por 05 (cinco) cláusulas, enquanto a da unidade apositiva apresenta 07 (sete) cláusulas. O desequilíbrio estrutural pende, mais uma vez para a unidade apositiva.

A relação de assimetria também ocorre em gradiência decrescente, isto é, a estrutura mais pesada é a que compõe a unidade base. É o que ocorre em:

- (30) O perfumista experiente é capaz de montar a primeira versão de uma nova fragrância usando apenas a memória, imaginando como será o resultado da mistura dos ingredientes selecionados. **Ou seja:**

resfriados não impedem um perfumista de criar, mas podem atrapalhar, dependendo da etapa de criação. (VEJA, mar., 2012)

Nesse caso, a unidade A contém 05 (cinco) cláusulas, enquanto a unidade B se desenvolve com apenas 03 (três) cláusulas. O desequilíbrio é estruturalmente favorável à unidade base. Observemos como esses critérios se refletem nos dados, nas construções com *ou seja*¹⁰, considerando sua distribuição nas quatro tabelas a seguir:

a) Relação leve/leve:

Matriz leve /apositiva leve	Ocorrências
SN. Ou seja: SN	01
SN. Ou seja, SN	02
SN – ou seja, SN	02
SN, ou seja, SN	04
TOTAL	09

Tabela 6: Relação de peso do *ou seja*: leve/leve.

De acordo com os dados da tabela 7, a relação entre as unidades A e B, cujas estruturas são mais recorrentes na categoria leve/leve são: **SN, ou seja, SN –**, com 04 (quatro) ocorrências. Observamos a relação entre Matriz leve e Apositiva leve, constatando a simetria entre a categoria sintática constituída pelas estruturas: SN/SN, interligadas pelo conector *ou seja*.

b) Relação leve/pesada:

¹⁰ As siglas representam: SN (sintagma nominal), Cl (cláusula), e suas possibilidades de plural SNs, Cls.

Matriz leve /apositiva pesada	Ocorrências
Cl. Ou seja: Cls	02
Cl. Ou seja, Cls	08
SN. Ou seja: Cl	01
SN. Ou seja, Cl	04
SN. Ou seja, Cls	03
Cls. Ou seja: Cls	05
Cls. Ou seja, Cls	06
SN – ou seja, Cls	01
Cl, ou seja, Cls	03
SN, ou seja, Cls	01
SN, ou seja, Cl	03
Cl – ou seja, Cls	01
TOTAL	38

Tabela 7: Relação de peso do *ou seja*: leve/pesada.

Nesta tabela, observamos que a relação entre as unidades A e B, cuja estrutura é mais recorrente na categoria leve/pesada é: **Cl . Ou seja, Cls** -, com 08 (oito) ocorrências.

c) Relação pesada/leve:

Matriz pesada/apositiva leve	Ocorrências
Cls. Ou seja: Cl	01
Cls. Ou seja, Cl	08
Cls. Ou seja: Cls	06
Cls. Ou seja, Cls	10
Cl. Ou seja: SN	01
Cl. Ou seja, SN	01
Cls – ou seja, Cl	02
Cl – ou seja, SN	01
Cls. Ou seja, SN	01
Cls, ou seja, Cl	02
Cls, ou seja, SN	02
TOTAL	35

Tabela 8: Relação de peso do *ou seja*: pesada/leve.

Considerando a relação entre as categorias pesada/leve, quando as unidades são interligadas pelo conector *ou seja*, a estrutura mais recorrente é: **Cls . Ou seja, Cls –**, com 10 (dez) ocorrências.

d) Relação pesada/pesada:

Matriz pesada/apositiva pesada	Ocorrências
---------------------------------------	--------------------

Cls. Ou seja: Cls	03
Cls. Ou seja, Cls	12
Cl. Ou seja: Cl	02
Cl. Ou seja, Cl	02
Cls – ou seja, Cls	02
Cl – ou seja, Cl	06
TOTAL	27

Tabela 9: Relação de peso do *ou seja*: pesada/pesada.

Na relação entre as unidades A e B, a estrutura mais recorrente na categoria pesada/pesada, conforme exposto na tabela 10, é: **CIS . Ou seja, CIS –**, com 12 (doze) ocorrências.

Passemos à apresentação de alguns dados do *corpus* em que aparece o *quer dizer*, obedecendo o mesmo percurso simetria/assimetria:

A) Relação de peso simétrica:

- (31) Nas palavras de Max Von Sydow, uma segundada indicação ao Oscar, aos 82 anos, é uma maravilha. “É emocionante ser indicado pelos nossos colegas. **Quer dizer, pelos nossos concorrentes.**(ISTOÉ, fev., 2012)

A unidade A, base, é constituída por um SN, assim como a unidade B, apositiva, também.

- (32) Para muitas pessoas, a palavra “salvação” significa que Jesus vai nos tirar daqui quando morrermos. **Quer dizer, é sempre sobre como ir para outro lugar em outro tempo, quando morremos.** (VEJA, nov., 2012)

Nessa ocorrência, a unidade A apresenta 03 cláusulas, mesmo número de cláusulas da unidade B, portanto, há um equilíbrio estrutural entre as partes que compõem a construção apositiva.

B) Relação de peso assimétrica:

- (33) Em seu magistral livro sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, a filósofa Hannah Arendt cunhou a expressão “banalidade do mal”. **Quer dizer, o mal é ainda mais perigoso do que supomos, porque pode apresentar-se sob a aparência de algo corriqueiro, comum.** (VEJA, set., 2012)

A unidade A é formada por um SN, enquanto a unidade B contém 03 (três) cláusulas, evidenciando a assimetria estrutural entre ambas.

- (34) O senso comum revela que as pessoas bem nutridas crescem mais e são mais vigorosas. Contudo insinuar que só esses fatores produzem pessoas mais bem-sucedidas é renegar o que nos diferencia de outros seres: a inteligência. **Quer dizer, tamanho não significa nada.** (VEJA, set., 2012)

A unidade A é formada por 08 (oito) cláusulas; já a unidade B, tem apenas 01 (uma) cláusula. Nesta ocorrência, portanto, há uma grande assimetria entre as duas unidades que compõem a aposição.

A análise do peso das unidades da construção apositiva nos revela uma maior frequência dos usos em que há desequilíbrio entre a unidade base e a unidade apositiva. No caso do conector *ou seja*, a relação leve/pesada e pesada/leve é mais produtiva que as duas outras que indicam simetria entre as unidades, a leve/leve e a pesada/pesada. Com o conector *quer dizer*, ocorre comportamento semelhante, embora com uma aproximação maior da categoria pesada/pesada em relação às outras duas mais recorrentes.

Relembramos, aqui, a explicação de Dias (2006) para a diferença de peso entre as unidades. Para a autora, quando há presença do conector discursivo na segunda unidade apositiva, B, esta é, comumente, formada por períodos longos; quando a apositiva expressar conclusão ou avaliação, ou ambas, será formada por uma única cláusula. No que diz respeito a seus dados, a autora afirma haver certa “assimetria”: à medida que o elemento base na unidade matriz apresenta *mais peso*, a unidade apositiva será *mais leve*. Isso quer dizer que, quando a unidade matriz (A) é constituída por apenas um sintagma, na unidade apositiva (B), ocorrerá um conjunto de cláusulas. Quando o elemento base da unidade matriz (A) é formado por uma única cláusula, a unidade apositiva (B) poderá também ser formada por uma única cláusula, ou realizar-se em períodos longos, sendo,

portanto, *mais pesada*; por fim, se o elemento base da unidade matriz for formado por cláusulas, a unidade apositiva (B) deverá apresentar uma única cláusula, sendo, então, *mais leve*.

Nossa hipótese para a motivação que leva o usuário a se decidir por um ou outro desses formatos remete às relações semântico-discursivas que se estabelecem entre as unidades. É provável que temas cognitivamente mais complexos, apresentados na unidade A, sejam passíveis de codificação mais pesada na unidade B. Provavelmente, tópicos mais referenciais e objetivos apresentados na unidade base solicitam menos esclarecimentos na unidade apositiva; do contrário, tópicos mais subjetivos vão requerer adendos e parentetizações mais extensas. Mas essa é apenas uma hipótese da qual voltaremos a tratar, no próximo Capítulo, oportunidade em que daremos atenção às relações semântico-discursivas envolvidas nas construções apositivas do *corpus*.

Pelo visto até aqui, podemos afirmar que as unidades apositivas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer* constituem sim, cada uma por si, uma unidade de informação à parte, sendo, por isso, possível o seu desgarramento da outra unidade com a qual ainda mantém alguma relação semântica. E esse desgarramento independe do peso que a unidades A ou B venham apresentar em sua relação de (as)simetria estrutural.

Em relação ao conector *quer dizer*, a frequência dos dados é retratada nas tabelas a seguir

a) Relação leve/leve:

Matriz leve /apositiva leve	Ocorrências
SN. Quer dizer, SN	01
TOTAL	01

Tabela 10: Relação de peso do *quer dizer*: leve/leve

A tabela 11 deixa ver que há equilíbrio em relação ao material linguístico usado numa e noutra unidades.

b) Relação pesada/pesada:

Matriz pesada/apositiva pesada	Ocorrências
Cl. Quer dizer, Cl	03
Cls. Quer dizer, Cls	01
Cls – quer dizer que Cls	01
Cl. Isso não quer dizer que Cl	01
Cl, querendo dizer que Cl (01)	01
TOTAL	07

Tabela 11: Relação de peso do *quer dizer*: pesada/pesada.

Na relação entre as unidades A e B, a categoria pesada/pesada apresenta como estrutura mais recorrente em relação ao uso do *quer dizer*: **Cl. Quer dizer, Cl** - com 03(três) ocorrências.

c) Relação leve/pesada:

Matriz leve /apositiva pesada	Ocorrências
SN. Quer dizer, cls	01
Cl. Quer dizer, Cls	02
SN. (Isso)quer dizer, Cl	01
Cls. Quer dizer, Cls	01
Cl. (Isso) quer dizer que Cls	02
Cl. Isso não quer dizer que Cls	02
TOTAL	09

Tabela 12: Relação de peso do *quer dizer*: leve/pesada.

Observamos que, na relação entre as unidades A e B, as estruturas mais recorrentes na categoria leve/pesada, de acordo com a tabela 13, são Cl. **Quer dizer, Cls** e Cl. **(Isso) quer dizer que Cls**, com 02 (duas) ocorrências cada uma delas.

d) Relação pesada/leve:

Matriz pesada/apositiva leve	Ocorrências
Cls – quer dizer, Cl	01
Cls. Quer dizer, Cl	03
Cls. (Isso) quer dizer que Cl	02
Cls. Isso não quer dizer que Cl	01
Cls. (Isso) quer dizer que Cls	03
TOTAL	10

Tabela 13: Relação de peso do *quer dizer*: pesada/leve.

A relação entre as unidades A e B apresenta como estrutura mais recorrente na categoria pesada/leve, de acordo com a tabela 14: **Cls. Quer dizer, Cl** e **Cls. (Isso) quer dizer que Cls**, com 03 (três) ocorrências.

Na sequência, detalhamos a estruturação sintática das construções apositivas encontradas no *corpus*, por entendermos que esse fato pode fornecer indícios dos comportamentos prototípicos/periféricos que conformam o fenômeno ora investigado.

3.2.3 Aspectos sintáticos das construções apositivas

O comportamento das unidades apositivas introduzidas por conectores oriundos de verbos apresentam, em termos gerais, características semelhantes. Dentre essas características, uma das mais salientes é o fato de essas unidades serem, predominantemente, desgarradas. Os conectores discursivos que ostentam tais características desfrutam de propriedades sequenciadoras que se somam a um teor argumentativo inerente aos textos desse domínio.

Se nos remetermos a Meyer (1992), podemos afirmar que alguns aspectos formais do grau de dependência estrutural verificável na relação estabelecida entre unidade base e unidade apositiva podem constituir tanto construções centrais, as coordenativas, como construções periféricas, as subordinativas. No caso de ser possível o descarte de alguma das unidades, ou da possibilidade de permuta de posição entre ambas, teríamos preenchidos os critérios para a existência de uma aposição periférica.

Ao investigar se a unidade apositiva é mais central ou mais periférica, recorrendo ao expediente da mudança de posição em relação à unidade matriz, percebemos que a permuta de posições assinala uma mudança de foco em relação às informações veiculadas em uma ou outra unidade. Ratificamos, desse modo, a existência de uma inter-relação entre discurso e gramática, um influenciando o outro, especialmente, no que diz respeito à construção da temática do texto. Vamos ilustrar essa relação com dados do *corpus*:

- (35) Os delegados foram informados pelo juiz Costa de que o advogado Marcelo Leonardo, que defendia Valério, lhe dissera que seu cliente resolvera colaborar com a justiça – e entregaria acusados com foro no STF. **Ou seja: Valério entregaria o que provavelmente sabia que a PF já obtivera.** (ÉPOCA, ago., 2012)

Invertendo as características sequenciais do enunciado, antepondo a unidade apositiva e pospondo a unidade base, teríamos:

- (35a) **Valério entregaria o que provavelmente sabia que a PF já obtivera. Ou seja:** Os delegados foram informados pelo juiz Costa de que o advogado Marcelo Leonardo, que defendia Valério, lhe dissera que seu cliente resolvera colaborar com a justiça – e entregaria acusados com foro no STF.

A permuta interferiria no sentido global, provavelmente comprometendo a compreensão das informações, acionando um direcionamento interpretativo diferente, que talvez não corresponda às intenções que o autor do texto teria ao formular seu enunciado com a sequência original. Este caso revela que a aposição que ocorre nos dados analisados é central e não periférica. Segue outro exemplo, desta feita com o *quer dizer*:

- (36) Fui morar em São Paulo. Lembrava com saudades de minhas férias em Bernardino, onde eu brincava sem medo nas ruas vazias. **Quer dizer, não exatamente sem medo, porque às vezes alguém gritava que a boiada vinha vindo; Corríamos para dentro das casas, enquanto os bois tomavam a rua e passavam.** Uma diversão! (ÉPOCA, out., 2012)

Vejamos a tentativa de reformulação invertendo a sequência das unidades A e B:

(36 a) **Não exatamente sem medo, porque às vezes alguém gritava que a boiada vinha vindo; Corríamos para dentro das casas, enquanto os bois tomavam a rua e passavam.** Uma diversão! Quer dizer, fui morar em São Paulo. Lembrava com saudades de minhas férias em Bernardino, onde eu brincava sem medo nas ruas vazias.

Também neste caso, a inversão resulta em prejuízo, não somente à estruturação coesiva, mas à própria argumentação que o autor imprime ao texto. Temos, então, o caso de aposição periférica. Esse é o tipo que predomina entre os dados do *corpus*, como se pode comprovar tanto a partir dos exemplos manipulados aqui, como na maioria dos demais casos analisados. Ou seja, a aposição periférica é predominante nos dados da pesquisa. Quer dizer: nem a inversão, nem o descarte da unidade apositiva são autorizados sem que tragam prejuízo ao sentido e à orientação argumentativa indicadas nos dados originais.

Nos dados em análise, as unidades apositivas introduzidas pelos conectores *ou seja* e *quer dizer* ocorrem, categoricamente, como unidades desgarradas. Conforme já assinalamos, o desgarramento não representa ausência de conexão entre as partes; de fato, a opção do usuário pela estruturação marcada pela pontuação - sinalizando uma falsa ruptura entre as unidades que compõem a construção - aciona aspectos textual-discursivos argumentativamente eficientes, já que imprimem ênfase a determinadas informações presentes na unidade apositiva. Assim, as estruturas desgarradas mantêm com a unidade base relações semântico-pragmáticas que ativam funções coesivas relevantes à progressão textual.

Neste trabalho, comprovamos a existência de uma produtiva diversidade formal de construções apositivas. Em todas elas haveria, nos termos de Halliday (1985), uma relação lógico-semântica de expansão por elaboração, com que um segmento expande o outro, reformulando-o, detalhando-o, especificando-o, ou até exemplificando-o, tornando assim mais clara a informação. Esse aspecto importa nesse momento porque pode explicar nossa decisão de descrever a estrutura sintática da unidade A por entendermos que nela poderíamos encontrar respostas a questões pontuais levantadas no início deste capítulo.

Assim, a análise do comportamento sintático dessas construções restringe-se à composição da unidade base. Entendemos que esta referida unidade provoca a demanda por uma relação de aposição com a continuação do enunciado. Defendemos, portanto,

que pode haver alguns traços compartilhados pelas unidades base que se refletem em sua sintaxe ou, ampliando a reflexão, esses traços podem revelar algum tipo de motivação da apositiva sobre a sintaxe da unidade base.

A – O comportamento dos dados relativos ao *ou seja*:

Iniciamos a apresentação dos dados com a lista de funções sintáticas presentes no elemento central da unidade A quando esta é constituída por um **SN**. Vejamos como se comportam os dados em relação ao conector *ou seja*.

- Sujeito:

(37) [...] o conceito de carreira sem fronteiras é o que passa a valer. **Ou seja, a sequência de experiências pessoais de trabalho que você vai desenvolver ao longo da vida.** (ISTOÉ, abr., 2012)

- Objeto direto:

(38) [...] Os alemães, diz Mec Meekin, financiaram “formações secretas”, **ou seja, células terroristas islâmicas**[...] (VEJA, Jan., 2012)

- Objeto indireto

(39) [...] Agora, a tendência é apostar em dispositivo “de para-choque”, **ou seja, aqueles que evitam colisões, geralmente pela redução automática da velocidade.**(VEJA, dez., 2012)

- Aposto:

(40) Há anos a ciência pesquisa formas de acabar com o excesso de peso que tanto prejudica saúde e a silhueta. Já se procurou por soluções em dietas, remédios. Agora, grande parte da atenção dos pesquisadores se encontra em uma arma existente dentro do ser humano e que até hoje não vinha sendo explorada: a gordura marrom. **Ou seja, é uma gordura do bem. Uma gordura que emagrece.** (ISTOÉ, ago., 2012)

- Predicativo:

(41) Stefánsson e sua equipe rastrearam o DNA dos filhos, em busca de alterações genéticas que não poderiam ser encontradas nos genes paternos, tampouco nos maternos - o que os geneticistas definem como “novas mutações”. **Ou seja, variações genéticas que surgem com a concepção.** (VEJA, ago., 2012)

- Adjunto circunstancial:

(42) Os probióticos são tidos como bactérias do bem, por baixa agressividade, **ou seja, pouca capacidade de ultrapassar os intestinos e cair na corrente sanguínea.** (VEJA, nov., 2012)

- Adjunto determinante:

(43) [...] Fredrik Bäckhed[...]observou que camundongos de ambiente estéreis, **ou seja, com pouco contato com bactérias**, tendiam a ser mais magros em relação às cobaias que se expunham aos micro-organismos. (VEJA, nov., 2012)

Conforme podemos observar, o panorama aponta para uma considerável variedade de funções presentes na unidade A quando esta é desempenhada por um SN - *sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, aposto, adjunto circunstancial e adjunto determinante*. Merece destaque o caso em que a base funciona como *aposto*, uma vez que teremos, então, uma unidade B, apositiva, que se relaciona com uma base também apositiva. Na sequência, ilustramos casos em que o elemento central da unidade A é constituído por um SN de carácter oracional:

a) Período composto:

(44) [...] As jóias que serão exibidas na exposição de Buckingham são, na maioria, pertencentes a Elizabeth. **Ou seja, como não fazem parte das preciosidades oficiais, a rainha poderá deixá-las em testemunho tanto á coroa como a suas herdeiras.** (VEJA, jun., 2012)

b) Período simples:

(45) [...] Hoje o preconceito é a partir do meio. **Ou seja, o preconceito é fruto da falta de profundidade intelectual. A pessoa valoriza o que os outros valorizam, para não ser tachado de ignorante.** (ÉPOCA, set., 2012)

No exemplo que ilustra a presença de um período composto, temos a base formada por duas orações; no caso do período simples, a oração é absoluta, ou seja, há a

presença de uma única forma verbal. Vejamos como se comportam as bases constituídas por orações (sintagmas oracionais):

a) Cláusulas Coordenadas:

(46) Para essa corrente de pensamento, os seres humanos comem, dormem, amam, trabalham, mentem, sentem ciúme ou compaixão, brigam, confraternizam-se, **ou seja, fazem quase tudo**. (VEJA, set., 2012)

b) Cláusula Principal ^{+sub}:

(47) O PIB da Espanha deverá encerrar este ano com o mesmo tamanho que tinha em 2007 – **ou seja, terá acumulado meia década perdida**. (VEJA, ago., 2012)

c) Cláusulas subordinadas:

- objeto indireto:

(48) [...] O projeto impõe pena de quatro a dez anos de prisão a quem praticar terrorismo – **ou seja, o terrorista de primeira viagem cumprirá na cadeia dois quintos da pena e sairá sob regime semiaberto**. (VEJA, jan., 2012)

- aposto:

(49) Na Suíça, o cientista Henry Markram[...]tenta recriar as funções do cérebro de um mamífero. Até agora, conseguiu reproduzir o córtex de um rato e intenta fazer o mesmo com o humano. Na França, cientistas orquestraram resultado igualmente ousado: transformaram uma célula de um homem de 74 anos em célula-tronco embrionária. **Ou seja, a deixaram em um estado no qual tornou-se novamente capaz de se transformar em qualquer tecido do corpo**. (ISTOÉ, fev., 2012)

- Complemento nominal

(50) O estudo da Universidade de Cornell produziria duas melhorias importantes. Uma seria criar um microchip favorável a que se quebrasse o código da visão, **ou seja, interpretasse característica da luz que entrasse na retina e transformasse essas informações em pulsos elétricos que seriam lidos pelo cérebro**. (ISTOÉ, ago., 2012)

- Adjunto determinante:

(51) Os dermatologistas são categóricos: não existe Xampu Antiqueda. Os produtos [...] só minimizam o problema.[...] Mas eles nada têm a oferecer para os homens e mulheres que vivem o drama de uma calvície iminente – **ou seja, que perdem mais de 120 fios a partir da raiz diariamente.** (VEJA, jul., 2012).

- Objeto direto:

(52) Os delegados foram informados pelo juiz Costa de e que o advogado Marcelo Leonardo, que defendia Valério, lhe dissera que seu cliente resolvera colaborar com a justiça – e entregaria acusados com foro no STF. **Ou seja: Valério entregaria o que provavelmente sabia que PF já obtivera.** (ÉPOCA, ago., 2012)

- Predicativo:

(53) A verdade é que metade da gordura da carne vermelha é oleica, ou seja, a mesma gordura do saudabilíssimo azeite de oliva. (VEJA, jun., 2012).

- Adjunto circunstancial:

(54) Mas a estrela de A ratoeira (peça teatral) foi singular, por causa das expectativas alucinadas do diretor d peça, Peter Cotes. Segundo ele – tentem não rir –, o espetáculo ainda estará em cartaz, sem interrupções, quando chegar um prazo de 60 anos. **Ou seja, no futurista ano de 2012.**(ÉPOCA, jun., 2012)

As funções presentes nos dados do *corpus*, portanto, para essa configuração de base oracional são: objeto indireto, predicativo, aposto, adjunto circunstancial e adjunto determinante, os quais se constituem tanto em orações coordenadas como na chamada *oração principal* para o caso em que o período é composto por subordinação.

B - O comportamento dos dados referentes ao conector *quer dizer*

Iniciamos a apresentação de distribuição dos dados do *quer dizer*, de acordo com as funções sintáticas exercidas pelo elemento nuclear da unidade A quando esta é constituída por um SN. Vejamos as funções sintáticas com seus respectivos exemplos:

- a) Predicativo:

(55) Em 1994, Carlos Velloso participou do julgamento de Fernando Collor por corrupção passiva. Votou pela condenação, enquanto a maioria do Tribunal decidiu absolver o ex-presidente. Foi um dos votos vencidos pela condenação. A maioria avaliou que não havia prova cabal contra ele. A composição do STF hoje é mais garantista - **quer dizer, mais empenhada no combate à impunidade.** (ÉPOCA, jul., 2012)

b) Aposto:

(56) Quero dizer à vanguarda do atraso que ela nem avança nem vence. É de Rosa Luxemburgo, socialista intelectualmente honesta dentro do seu equívoco – **quer dizer, “ingênua”**, uma das frases que tomo como divisa: Liberdade é apenas e exclusivamente, a liberdade dos que pensam de modo diferente. (VEJA, nov., 2012)

c) Adjunto circunstancial:

(57) [...]Os PMS envolvidos – dois soldados e um cabo – foram presos em flagrante por homicídio doloso. (Isso) **quer dizer, homicídio com intenção de matar.** (ÉPOCA, jul., 2012)

No caso do conector *quer dizer*, apenas 03 (três) funções sintáticas são encontradas nos dados do *corpus*: predicativo, aposto, adjunto circunstancial.

A distribuição dos dados quando consideramos a estrutura da unidade base no que diz respeito à categoria *período* é a seguinte:

Tipo	Ocorrências
Períodos compostos	12
Períodos simples	09
TOTAL	21

Tabela 14: Distribuição das categorias de período do *quer dizer*.

Vejamos ocorrências que ilustram essas situações:

a) Período simples:

(58) Segundo o pensador grego, o homem tem logos. Quer dizer, tem “palavra”; tem “sentido”; tem “razão”. (VEJA, abr., 2012)

b) Período composto:

(58) E a gente sempre pode melhorar desde que não seja apenas para ser como os outros querem que sejamos. Quer dizer, é bom ser bonito, natural, tímido ou extrovertido (desde que educado nos dois casos), até mesmo ser meio esquisito, fechado, contemplativo. Tudo é positivo se é natural, exceto grosseria, cinismo, hostilidade. (VEJA, nov., 2012)

No primeiro plano, há apenas uma forma verbal, portanto uma única oração, enquanto no segundo temos um período formado por 05 (cinco) orações. Refinando essa descrição, observemos o que ocorre quando a unidade base é formada por estrutura oracional:

a) Cláusulas subordinadas:

- Objeto direto:

(59) [...] ‘O que senhor está fazendo nos Estados Unidos da América?’, perguntou o oficial. Respondi que estava sequestrando aviões. Quer dizer, estava mochilando. (ÉPOCA, ago., 2012)

(38) Predicativo:

(60) Nas eleições do sindicato, a posição organizou uma chapa para concorrer. O lema deles é que ‘o gigante vai despertar’, **quer dizer, o sindicato precisa acordar.** (ÉPOCA, nov., 2012)

b) Cláusula principal:

(61) Assim como fez com os aeroportos, em breve, Dilma Rousseff anunciará a privatização de alguns portos. **Quer dizer, anunciará como expressão lançada ao ínx petista.** (VEJA, mar., 2012)

Os dados relativos ao conector *quer dizer* revelam uma maior frequência de períodos (12 compostos/ 09 simples), como também, uma menor variação de funções assumidas pelo elemento base. Evidentemente, esse fato tem relação com a menor frequência do *quer dizer* se comparado ao *ou seja*.

Na próxima seção, voltaremos a atenção para aspectos inerentes às estruturas desgarradas, considerando seu comportamento no *corpus* da pesquisa.

3.3 Algumas considerações sobre as estruturas desgarradas

Os dados do *corpus* apresentam, em sua esmagadora maioria, unidades apositivas de natureza desgarrada. Referimo-nos, como já insistentemente afirmamos, às unidades independentes, que assim se instituem pelo fato de constituírem uma informação adicional, suplementar, um tipo de adendo, utilizadas para que a informação anterior seja mais clarificada (CHAFE, 1994; DECAT, 2011).

As construções apositivas, por serem opções organizadoras do discurso, podem ocorrer desgarradas dos seus referentes e os dados do *corpus* são prova de que há uma alta produtividade desse recurso nos textos do domínio argumentativo.

O panorama que evidencia a quantificação dos dados e sua distribuição de acordo com a relação maior/menor volume de estrutura linguística, como também, a configuração sintática que codifica o fenômeno do desgarramento no texto escrito, conforme evidenciado neste Capítulo, possibilita-nos identificar a ampla gama de recursos estruturais de que o falante lança mão quando pretende desenvolver seus argumentos recorrendo ao recurso da aposição.

Relembramos que, por serem de natureza apositiva, constituindo unidades informacionais à parte, nesta pesquisa, o critério adotado para identificar essas construções desgarradas toma como parâmetro a presença da pausa (representada por *vírgula*, *travessão*¹¹ e *ponto final*). Essas construções, por serem unidades de informação à parte, ocorrem no *corpus* da pesquisa em forma de cláusula(s), como também em forma

¹¹ O travessão também é tipicamente empregado para sinalizar uma relação apositiva. É utilizado como sinalizador de uma inserção parentética que tem por objetivo apresentar uma especificação de um conteúdo expresso anteriormente, uma explicação definidora, ou mesmo uma exemplificação. (NOGUEIRA. 1999)

de SN(s), representada(s) apenas por um nome ou por uma frase nominal – frase sem presença de forma verbal - conforme a tradição gramatical.

Os dados atestam que a pausa mais frequente é aquela representada pelo ponto, desgarrando a unidade apositiva em posição final. Nesse sentido, confirma-se a percepção de Decat (2011, p. 39), para quem “[...] a posição final configura-se como uma condição propícia ao desgarramento”.

Em nosso ponto de vista, é possível propor um contínuo de desgarramento, que leva em consideração, além da pausa, uma possível intenção do usuário em relação a indicar um corte mais visível no fluxo textual, atribuindo, assim, um maior realce para informações específicas. Certamente, o desgarramento funciona como uma chamada de atenção do leitor para a força que determinados argumentos passam a ter quando utilizados a partir desse recurso.

Não nos restam dúvidas, concordando com Decat (2011), de que toda aposição constitui uma unidade de informação à parte. Daí, podemos assegurar que, em se tratando de aposto, não há como escapar à diversidade de formas com as quais essa função se codifica. Partindo desse raciocínio, entendemos que há um contínuo em relação ao grau de independência apresentado pela unidade B em relação à unidade A, sendo esse grau de relativa autonomia simbolizado via sinal de pontuação acionador da pausa, conforme ilustrado no quadro a seguir:

Vírgula	<	travessão	<	ponto final
- desgarramento				+ desgarramento

Quadro 5: Contínuo do desgarramento nas construções apositivas

O fato é que, como atestam os dados do *corpus*, o teor de informação adicional desse tipo de construção em final de enunciado já contribui visivelmente para o desgarramento da construção que passa a funcionar como uma estrutura independente. Isso quer dizer que a posição ocupada pela informação na fronteira do enunciado já estimula a autonomia da aposição desgarrada.

Parece-nos oportuno lembrar que a diversidade formal de materialização linguística com que as construções apositivas se apresentam na escrita, indicada por sinais

específicos de pontuação, aproxima essas construções de um mecanismo de parentetização que vem sendo descrito por vários pesquisadores. Jubran (1997), por exemplo, vê os parênteses sob uma perspectiva textual-interativa, classificando essas inserções parentéticas com base em princípios e critérios de funções pragmático-textuais por elas desempenhadas.

Tentemos ilustrar com dados do *corpus* essa progressiva independência que se faz visível na estruturação selecionada pelo usuário para constituir seus enunciados de natureza apositiva-desgarrada:

(62) O estudo da Universidade de Cornell produziu duas melhorias importantes. Uma foi criar um microchip favorável a que se “quebrasse o código” da visão, **ou seja, interpretasse característica da luz que entrasse na retina e transformasse essas informações em pulsos elétricos que seriam lidos pelo cérebro**”. (ISTOÉ, ago., 2012);

(63) Todos os vereadores do PSDB na Câmara Municipal já empenharam seu apoio ao futuro prefeito de São Paulo e Kassab já procura até uma casa em Brasília – **ou seja, não esperou nem 72 horas para rezar a missa de sétimo dia de Serra**. (ISTOÉ, nov., 2012)

(64) Como o sofá estofado, a moda e o banheiro ajudaram a nobreza francesa a promover uma revolução radical – que ainda está em vigor – antes da Revolução. Com aparência ao mesmo tempo rebuscada e confortável, o sofá de Meissonnier anunciava a existência de novas maneiras de vestir, morar e viver. Por isso era a síntese perfeita de uma expressão que passou a ser largamente usada na Europa: *I’ art de vivre*. **Ou seja, “tudo o que os europeus consideravam que faltava em seus países e que era apresentado de forma gloriosa na França**. (VEJA, nov., 2012)

Seguindo o ponto de vista ora defendido, seria possível traçar um contínuo que evidenciaria graus distintos de desgarramento considerando os três dados apresentados: em (62), o conector é precedido por vírgula, em (63), é usado o travessão e em (64), o ponto final. Entendemos que, embora as três ocorrências caracterizem-se como estruturas desgarradas, essa sequência assinala graus ascendentes de independência. Desse modo, percebemos que a escolha do usuário por uma forma de organização com um determinado sinal de pontuação é motivada pela intencionalidade de marcar estruturalmente uma

maior ou menor independência das informações, fator que também funciona como um recurso argumentativo, uma vez que estruturas desgarradas parecem prender a atenção do leitor sobre um determinado aspecto do tópico.

Neste Capítulo, buscamos apresentar uma descrição do comportamento estrutural das construções apositivas de natureza desgarrada, conforme se apresentaram nos dados do *corpus*. No próximo, enfocaremos as relações semântico-discursivas que envolvem essas construções.

CAPÍTULO IV

4. Características semânticas da aposição e suas funções textual-discursivas

Perseguindo a projeção formulada para elaboração desta tese, o presente capítulo tem como meta principal explorar as relações semânticas ativadas entre unidades em aposição e seus desdobramentos, que revelam aspectos constitutivos do fenômeno em estudo. Nesse sentido, emerge a análise das funções textual-discursivas das unidades encabeçadas pelos marcadores de base verbal, *ou seja* e *quer dizer*, as quais são responsáveis pela materialização linguística das construções apositivas ora investigadas.

Assumimos, *apriori*, que as unidades apositivas, no *corpus*, exercem uma função genérica de *reformulação parafrásica*. Tal característica, conforme já mencionada em capítulo anterior, enquadra-as no sistema lógico-semântico defendido por Halliday (1985). Nessa perspectiva, a aposição se encontra na unidade de expansão por elaboração, visto que retoma o sentido da unidade anterior para especificar, esclarecer ou adicionar um atributo/comentário. Em assim sendo, além da função genérica de *reformulação parafrásica*, todas as unidades apositivas ora analisadas, por se inserirem no referido sistema, assumem, concomitantemente, a função textual-discursiva denominada de *esclarecedora*. Desse modo, a paráfrase recebe, nesta análise, uma atenção privilegiada.

Ilustremos esse ponto de vista com ocorrências do *corpus*:

(65) Num cenário mais radical, que poderá entrar em vigor caso o atual presidente Barack Obama seja reeleito, ele teria de deixar US\$ 1,45 bilhão para os cofres do governo – ou seja, a manobra pode garantir a ele uma economia tributária superior a US\$ 1,45 bilhão. (ÉPOCA, mai., 2012)

(66) De fato, a personalização e a integração das ferramentas de pesquisa às redes sociais é uma tendência cada vez mais forte. (Isso) quer dizer que as ferramentas estão se tornando cada vez mais capazes de “adivinhar” quais são resultados mais relevantes para um determinado usuário, levando em conta fatores como pesquisas. (ISTOÉ, mai., 2012)

Temos, no contexto das construções expostas, uma informação presente na unidade A, a qual recebe um tratamento esclarecedor na unidade B, tentando garantir ao leitor uma argumentação mais consistente. Assim, nesta segunda unidade, se reformula, se parafraseia e se esclarece o conteúdo da unidade matriz colocada à esquerda.

Dessa forma, para checarmos as características semânticas peculiares a cada construção apositiva presente no *corpus*, realizamos um percurso descritivo-analítico, que abrange uma síntese de alguns estudos relativos aos traços semânticos da aposição até chegar à quantificação dos dados e à classificação das funções textual-discursivas flagradas em seus contextos de uso¹².

Vale ressaltar que, para constataremos o estatuto das construções apositivas como um dos elementos de organização discursiva, além do Funcionalismo linguístico, recorreremos, também, a parâmetros da Linguística Textual. Esse ponto de vista acaba por destinar atenção especial não somente ao fenômeno da paráfrase, como também à ocorrência dos parênteses e à das descontinuidades temáticas. Nesse viés, adotamos as postulações de Jubran (1997) sobre as funções textuais/interativas dos parênteses, assim como, as posições teóricas de Koch *et al.* (1990), nas quais são estudados os aspectos do processamento do fluxo de informação acerca das descontinuidades na progressão temática.

4.1. As relações semânticas das construções apositivas

No que tange aos dados em análise, podemos antecipar que todas as funções estabelecidas pelas unidades apositivas, no *corpus* desta pesquisa, são recobertas pela relação semântica de *correferência do ponto de vista do locutor*. Nessa perspectiva, consideramos a correferência como um ponto de convergência na conexão entre as unidades A e B das construções apositivas. Além disso, entendemos que o autor se utiliza da aposição em seu discurso, através de referenciação (ou correferência), sobretudo, com o propósito de reforçar, esclarecer, explicar o que disse. Desse modo, tenta conduzir o leitor a concordar com a informação dada por ele na unidade A (base ou matriz);

¹² Embora já tenhamos tratado desses aspectos teóricos da aposição em capítulo específico, entendemos que questões mais pontuais precisam ser avivadas. Por isso, neste capítulo, ampliamos um pouco mais os rumos teóricos do trabalho, tentando acomodar os dados entre as reflexões especificamente guiadoras da análise de cunho semântico e textual-discursivo.

ou, no mínimo, a partilhar dessa informação, conforme mostra a ocorrência, a seguir, retirada do *corpus*:

(67) Sarney e o Estado brasileiro vivem em comunhão de bens, como todos viram no caso Agaciel Maia. O dublê de diretor do senado despachante do presidente zelava pelos interesses da família do Sarney e de seus amigos na máquina do Legislativo. Tudo era feito por meio de ato secreto – **ou seja, as vantagens e nomeações públicas eram tão particulares quanto o helicóptero do Estado.** (ÉPOCA, out. 2012)

A unidade em negrito, isto é, a segunda unidade da construção apositiva, fornece esclarecimentos ao conteúdo do elemento base da unidade A, especialmente, o termo *tudo*. Tal esclarecimento tenta induzir o leitor a crer na informação dada na unidade anterior ou pelo menos a conhecer a perspectiva defendida pelo autor.

Nossa abordagem das relações semânticas fundamenta-se, basicamente, no estudo de Nogueira (1999). Para a autora, tais relações poderão existir, ou não, entre unidades em aposição. São elencadas as relações de *correferência*¹³, de *sinonímia*, de *atribuição*, de *inclusão*.

A relação de *sinonímia* se dá entre os elementos em aposição quando estes apresentam identidade semântica¹⁴. Quanto à relação semântica de *atribuição*, caracteriza-se por apresentar predicação em vez de equivalência semântica. No que concerne à relação de *inclusão*, a autora (op. cit.) a classifica em dois tipos: *inclusão referencial*; e *inclusão não-referencial*. Na *referencial*, não haveria uma exata correspondência entre os referentes das unidades em aposição, verificando-se apenas que a referência de uma unidade está incluída na outra; já na *não-referencial*, a segunda unidade apresenta-se como um hipônimo da primeira unidade da aposição, ou seja, o significado da unidade B (apositiva) está incluído no significado mais genérico da unidade A (base ou matriz).

¹³ Já tratamos da concepção de correferência com a qual lidamos neste trabalho no Capítulo II.

¹⁴ Conforme Nogueira (1999), esse tipo de relação pode se estabelecer entre os elementos em aposição sem que estes apresentem o mesmo significado no sentido do dicionário, o que acontece pelo fato de o falante fazer uso da unidade B (apositiva), com a intenção de apresentar uma reformulação daquilo que disse na unidade A (base ou matriz).

Na próxima seção, levantaremos os pontos, a nosso ver, mais relevantes sobre uma das estratégias de reformulação mais produtiva a que os interlocutores frequentemente recorrem na construção do texto oral: a *paráfrase*.

4.2. A paráfrase: da oralidade à escrita

Os mesmos conceitos e tipos alçados acerca da paráfrase pelos diversos autores para a análise da língua oral estão sendo aqui estendidos à modalidade da língua escrita, por entendermos que quem escreve utiliza-se de paráfrases, assim como o faz na oralidade, com a finalidade primeira de garantir ao leitor a compreensão dos conteúdos expostos na produção de seus textos ou tornar mais consistente o teor argumentativo presente em determinadas passagens do texto.

Assim, tornam-se aplicáveis aos dados desta pesquisa alguns dos diferentes recursos da paráfrase, visto que os dados obtidos atestam sua recorrência, de forma mais ou menos semelhante ao que ocorre com dados da língua oral. A princípio, compartilhamos a visão de Koch *et al.* (1991, p. 166), para quem, “na escala gradativa de reconstrução, caracterizadora dos fenômenos de repetição *latu sensu*, a paráfrase é o grau mais elevado de reformulação no processo de recorrência de uma informação”.

A paráfrase é vista por Nogueira (1999) como um dos tipos principais de atividades de reformulação, na qual há equivalência semântica. A autora, quando se refere, especificamente, à aposição reformulativa, afirma ser o próprio falante quem retoma o que foi formulado anteriormente, parafraseando, retificando conforme suas intenções em relação à possibilidade de ser compreendido.

Já para Wenzel (1985), a paráfrase se materializa quando, em dois enunciados linguísticos, há uma ideia igual ou semelhante. Nesse caso, o segundo enunciado seria uma retomada parcial ou total do primeiro.

Não seria precipitado afirmar que esse recurso se revela claramente nos dados do *corpus* deste trabalho. Senão, vejamos um exemplo:

- (68) Até alguns anos atrás, as novidades mais bem-vindas na segurança automotiva eram os freios ABS e os airbags. Agora, a tendência é apostar em dispositivos “de para-choque”, **ou seja, aqueles que evitam colisões, geralmente pela redução automática da velocidade.** (ISTOÉ, jul., 2012)

Percebemos, na formulação da paráfrase contida nessa ocorrência de aposição, que a informação apresentada no elemento base da unidade A (em sublinha) é retomada e reformulada na unidade apositiva B, procurando o autor conservar a equivalência semântica entre as duas fatias de informação. Provavelmente, o autor assim procede visando tornar mais clara a interpretação daquilo que enuncia, como também, pode estar antecipando-se a potenciais lacunas que o conhecimento de mundo do leitor poderia apresentar.

Hilgert (1996) compreende a paráfrase como um enunciado reformulador de outro enunciado que o antecede na sequência do texto; sendo o enunciado antecedente denominado de enunciado-origem ou matriz (M). Nessa perspectiva, haveria entre ambos, em grau maior ou menor, uma equivalência semântica. Ou seja, também aqui, encontramos referência à busca pela manutenção do teor semântico contido na unidade parafraseada, mas toca-se na eventualidade de esse desejo de manter-se fiel ao conteúdo inicialmente expresso não ser atingido pelo elaborador da paráfrase.

Pelo exposto, não nos restam dúvidas de que a paráfrase consiste, basicamente, em repetição de conteúdos; tais conteúdos podem, entretanto, sofrer deformações semânticas, ou seja, não há garantia de que se preserve a essência da informação parafraseada. Nesse sentido, Fuchs (1982, p. 49-50) conceitua paráfrase como “transformação progressiva do ‘mesmo’ (sentido idêntico) no ‘outro’ (sentido diferente). Para redizer a ‘mesma coisa’, acaba-se por dizer ‘outra coisa’, no termo de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, imperceptíveis.”

Considerando essa visão explicitada pelo recém-citado autor, o dado abaixo, coletado no *corpus* da pesquisa, ilustra uma situação em que a paráfrase parece extrapolar a reformulação, deformando em algum grau o conteúdo básico da unidade retomada:

- (69) Mirabeau, enquanto atirava, em público, a fogueira, trocava cartas em segredo com o rei Luis XVI. Pela medida do homem comum, seria um canalha. Mais adiante, ao galgar o posto máximo na TV espanhola, empreende maciça cobertura das viagens e dos atos do futuro rei, contribuindo para torná-lo familiar aos espanhóis. Quem esperaria de tal espertalhão o gesto daquela noite? Um gesto de coragem, de graça, de rebeldia, de liberdade, um gesto de violência mas também um gesto de autoridade. “**Ou seja: um gesto de um político puro**”. (VEJA, dez., 2012)

Seria forçado interpretar o conteúdo da unidade apositiva, que parafraseia e reformula o da unidade base, como equivalentes, uma vez que se pode atribuir sentidos os mais variados à expressão “político puro”, não se restringindo sua abrangência à listagem de características (atribuídas pelas locuções adjetivas: de coragem, de graça, de rebeldia, de liberdade, de violência, de autoridade) que o nome “gesto” recebe na primeira unidade.

Pelo visto, o fenômeno da paráfrase encontra-se extremamente vinculado à aposição. Para classificar os dados do *corpus*, conduziremo-nos, basicamente, pela proposta de Wenzel (1985), apresentada por Hilgert (1989), a qual considera os seguintes tipos de paráfrases reconstrutivas:

- Paráfrase completa: é aquela em que todo o enunciado original é parafraseado com outras palavras, ampliando as oportunidades de compreensão dos ouvintes, levando, assim, em consideração que nem todas as pessoas que ouvem um discurso compartilham o mesmo repertório lexical.
- Paráfrase concretizadora: é aquela que acontece quando, no enunciado original, foi utilizado um termo de sentido geral, ou seja, que necessita de uma explicação mais pormenorizada. A paráfrase, então, objetiviza e especifica o primeiro enunciado e proporciona ao ouvinte uma maior oportunidade de entendimento.
- Paráfrase desconcretizadora: é aquela que se apresenta com elementos mais genéricos, menos objetivos, visto que, no enunciado matriz, as ideias já estão pormenorizadas.
- Paráfrase expansiva: é aquela que aumenta, amplia as informações do enunciado matriz, proporcionando maiores oportunidades de compreensão.
- Paráfrase sintetizadora: é aquela que retoma o enunciado anterior de forma sintética, tentando, assim, garantir ao falante, que seu discurso seja entendido. Esse tipo de paráfrase funciona como um elemento resumidor.
- Paráfrase enfatizadora: é aquela em que a ênfase pode ser dada por diversos recursos, tais como: sinônimos amplificadores, advérbios intensificadores, ou outros.
- Paráfrase atenuadora: é aquela que lança mão de estratégias para que a atenuação seja perceptível. Nesse tipo de paráfrase, podem ser usados alguns

advérbios delimitadores ou expressões que se prestem a atenuar um termo, ou mesmo todo o enunciado original.

- Epilinguística: é aquela cujo conteúdo reflete sobre a língua, ao mesmo tempo em que desenvolve ideias em torno dos usos linguísticos em si mesmos.

Pelo que sabemos, a paráfrase bem elaborada demanda o domínio de um vocabulário amplo, uma vez que a busca de reformulação e manutenção do conteúdo base vai lidar sempre com a necessidade de conhecimento da sinonímia da língua, sem deixar de exigir da capacidade de reestruturação/reorganização de enunciados por parte do usuário.

Na próxima seção, buscamos descrever as funções textual-discursivas exercidas pelas unidades apositivas que fazem parte das construções dos dados do *corpus* desta pesquisa.

4.2.1. A paráfrase como função textual-discursiva

Considerando que a abordagem funcional contempla a natureza discursiva da linguagem, percebemos nas estruturas sentenciais uma dependência do contexto de uso, tanto nas estruturas de textos falados quanto de textos escritos. Assim, o procedimento de classificação dessas funções é levado a cabo tendo em mente que as construções apositivas são estruturas organizacionais do discurso.

Ao tratarem de funções textual-discursivas, muitos autores, comumente, em análise de textos falados, têm apontado, para essas construções, funções que apresentam divergências quanto à classificação. Isso, pelo fato de a construção apositiva implicar interpretação do conteúdo numa determinada direção, a depender de componentes contextuais. Essa condição natural do discurso ativa o componente da subjetividade, que dá margem a diversas possibilidades de leitura.

Em assim sendo, consideramos que, nesta pesquisa, as unidades apositivas das construções analisadas exercem, em sentido amplo, uma função de *reformulação parafrásica*, concebida desta maneira:

- i) *Reformulação*, pelo fato de concordarmos com Nogueira (1999) quando afirma que expressões do tipo: *ou seja, quer dizer, isto é* devem ser vistas como marcadores explícitos de reformulação, já que esses marcadores

subdeterminam que os segmentos por eles introduzidos sejam vistos como uma formulação alternativa para o segmento anterior. No plano textual-reformulativo, as unidades apositivas introduzidas por esses marcadores desempenham o papel de garantir que o leitor entenda, de maneira satisfatória, o que foi formulado; ou seja, o que de fato se quis dizer no elemento base da construção apositiva.

- ii) *Parafrásica*, pelo fato de concordarmos com Koch *et al.* (1991, p, 166) quando afirmam que, na escala gradativa de reconstrução, a paráfrase é o grau mais elevado de reformulação no processo de recorrência de uma informação; e quando, como efeito de condição dos fenômenos de repetição informacional, pode-se instituir como um processo visivelmente retardador da progressão temática.

Dessa forma, aqui, as unidades apositivas reformulativas manifestam-se pelo emprego de paráfrases. A seguir, dentre outras funções apontadas para a *aposição*, conforme diversos olhares, selecionamos algumas que encontram eco na análise dos dados do *corpus*, dentre os quais, destacamos, primeiramente, os estudos de Nogueira (1999), que, sobre a *aposição não-restritiva*, identifica as seguintes funções textual-discursivas: *generalização*, *particularização*, *identificação de referente*, *explicação*, *ressalva*, *avaliação (conclusiva)*, *ratificação*, *especificação*, *focalização*, *contraste* entre outras. Na visão da autora (op. cit.), embora essas funções sejam especificadas separadamente, elas não se excluem, visto que a *aposição* pode realizar, ao mesmo tempo, diferentes funções.

Gonçalves (2007), em *Estudos de Caso*, afirma que o conector *quer dizer* introduz uma unidade apositiva que parafraseia uma unidade base ou matriz, representada por um sintagma, por oração, ou orações, manifestando o conteúdo semântico equivalente à *significa*, com extensões de significados, a partir dos quais exerce funções tais como: *avaliação*, *conclusão*, *avaliação conclusiva*, *ressalva/ratificação*, *explicação*, *causalidade*, *contradição* e outras.

Entre os dados do *corpus*, encontramos usos como este:

- (70) Aseleições municipais são essenciais em todos os países, porque dizem respeito a um momento peculiar do universo político. A cidade é o ponto de encontro da vida pública com a vida privada. É aquele lugar

onde as verdades aparecem, as prioridades se demonstram e as competências passam por seu teste definitivo.

Desde do final do século passado, mais da metade da população mundial deixou o campo para morar em cidades. No Brasil, esse número já passou dos 70%. Quer dizer, quando 100 milhões de eleitores tomarem o caminho das urnas, tomarão uma decisão crucial para sua vida e sua família. (ÉPOCA, out., 2012)

Nessa ocorrência, temos uma dessas situações em que o *quer dizer* é equivalente ao *significa*. Mas não podemos deixar de observar que a paráfrase extrapola o conteúdo original, uma vez que acrescenta informações não expressamente contidas na unidade A, parecendo retomar conclusões inferenciais de algum outro ponto do texto ou mesmo depreendida do sentido global deste.

Decat (2011), recorrendo aos postulados de Givón (1992) e Ono & Thompson (1994), apresenta, dentre outras, as seguintes funções textual-discursivas do ‘desgarramento’ de orações relativas apositivas: *resumidora, avaliação, retomada/recapitulação, identificação, especificação e adendo (ou parentético)*.

Jubran (1997), em seu estudo sobre as inserções parentéticas, assinala quatro classes de parênteses, nas quais identifica várias funções textuais – interativas exercidas por esses parênteses. No tocante à primeira classe, que se relaciona com a elaboração tópica do texto, e na qual se enquadram também os dados desta pesquisa, a autora (op. cit.) identifica, dentre outras, as seguintes funções: *esclarecimento, exemplificação, retoque, ressalva, correção e justificativa*.

Já Koch *et al.* (1991) consideram as frases de natureza parentética como *frases-hóspedes*, as quais se manifestam no discurso pelo procedimento de inserções autocondicionadas. Atentemo-nos para o fato de que, em nossa pesquisa, essas frases-hóspedes correspondem às unidades apositivas (de caráter parentético). Segundo os citados autores, tais frases podem exercer várias funções comunicativas, tais como: *avaliação, esclarecimento, explicação, correção, ressalva, retoque, adendo* e outras.

Na tentativa de melhor favorecer a visualização panorâmica dessas funções, elaboramos o quadro a seguir, buscando elencar as classificações sugeridas, identificando, respectivamente: linhas teóricas, autores e funções.

LINGUÍSTICA FUNCIONAL		
Nogueira (1999)	Gonçalves (2007)	Decat (2011)
• Generalização • Particularização • Exemplificação • Avaliação conclusiva • Ressalva • identificação • Paráfrase explicativa • Contraste	• Avaliação • Conclusão • Avaliação conclusiva • Ressalva/retificação • Explicação • Causalidade • Contradição	• Resumidora • Avaliação • Retomada/Recapitulação • Identificação • Especificação • Adendo (ou parentético)
LINGUÍSTICA TEXTUAL		
Koch (1990)	Jubran (1997)	
• Avaliação • Esclarecimento • Explicação • Correção • Ressalva • Retoque • Adendo	• Esclarecimento • Exemplificação • Retoque • Ressalva • Correção • Justificativa	

Quadro 6: autores e funções semântico-discursivas da Linguística Funcional e da Linguística Textual.

Baseados nessa proposta classificatória, que pode, panoramicamente, ser vislumbrada no quadro6, buscaremos desenvolver a análise das funções textual-discursivas presentes nos dados do *corpus*.

Conforme já nos posicionamos anteriormente, apesar de essa divisão das paráfrases reconstrutivas ser relativa à sua realização em textos da oralidade, assumimos sua aplicação no *corpus* desta pesquisa, por entendermos que a prática negociada de fazer reformulações também ocorre na escrita, embora, nesta, o autor não possa contar com a participação imediata do leitor. No entanto, essa prática é potencialmente estabelecida, guardadas as devidas limitações, considerando-se a possibilidade de antever-se a participação responsiva do interlocutor, conforme as pressuposições formuladas pelo autor.

Na sequência, aplicamos a proposta Wenzel (1985) de classificação da paráfrase aos dados do *corpus*, enquadrando ocorrências dos dois marcadores discursivos: *ou seja* e *quer dizer*. A distribuição se faz acompanhar de exemplos que ilustram cada um dos tipos, considerando o uso dos dois elementos linguísticos analisados:

a) Paráfrase completa:

- (71) Na Suíça, o cientista Henry Markram, diretor do Instituto do Cérebro, da Escola Politécnica de Lausanne, tenta recriar as funções do cérebro de um mamífero. Até agora, conseguiu reproduzir o córtex de um rato e intenta fazer o mesmo com o humano. Ele estima que o seu cérebro humano estará pronto em 2014. Na França, cientistas da Universidade de Montpellier orquestraram resultado igualmente ousado: transformaram uma célula de um homem de 74 anos em célula-tronco embrionária. **Ou seja, a deixaram em um estado no qual tornou novamente capaz de se transformar em qualquer tecido do corpo.** (ISTOÉ, fev., 2012)

A construção apositiva, em negrito no exemplo, parafraseia todo o elemento base, destacado em sublinha, ampliando a oportunidade de a informação contida nesse elemento ser melhor compreendida pelo leitor/ouvinte. Percebemos uma preocupação do autor, especialmente, em esclarecer o que seria uma *célula-tronco embrionária*, considerando, talvez, o desconhecimento do leitor em relação a essa terminologia.

b) Paráfrase enfatizadora

- (72) E, como VEJA já havia revelado, vinha da sigma o dinheiro que pagava os valiosos serviços de consultoria prestados por José Dirceu à Delta. **Ou seja: para Dias, há fortes evidências de que o lucro de Dirceu pode ter sido muito maior que os 20 000 reais declarados.** (VEJA, dez., 2012)

Os adjetivos (*fortes* e *maior*) além do advérbio (*muito*) tornam a paráfrase enfatizadora, uma vez que o autor utilizou recursos linguísticos intensificadores para impor mais reforço na defesa de seu ponto de vista sobre o que é veiculado na unidade base.

c) Paráfrase atenuadora:

- (73) Em primeiro lugar, os chineses entenderam que é melhor ter quarenta alunos em contato com um bom professor do que vinte, em duas salas, uma com um professor bom e outra com um ruim. Em segundo lugar, diminuindo radicalmente o número de funcionários administrativos, que não dão aula. **Ou seja, aquilo que é menos importante precisa ser sacrificado.** (VEJA, jan., 2012)

A expressão *menos importante* atenua o conteúdo da unidade base. O uso do advérbio de intensidade negativa imprime o ponto de vista do enunciador, revelando sua percepção acerca da atribuição de menor relevância à classe dos *funcionários administrativos*.

d) Paráfrase epilinguística;

- (74) Cheguei à conclusão que falta pouco para ser criado no Brasil o Ministério do Politicamente Correto, cujo objetivo será cercear o uso de palavras e expressões da língua “politicamente incorreto”. **Ou seja, controlar o que o falante tem de mais precioso, a sua liberdade de expressão.** (VEJA, março, 2012)

A paráfrase, em negrito no exemplo, refere-se ao emprego da linguagem pelos usuários da língua, em geral, posicionando-se sobre a inadequação de uma decisão que interfere no modo de as pessoas falarem. Essa preocupação com o que ocorre em relação ao uso da língua é bem característica dos contextos epilinguísticos.

e) Paráfrase concretizadora:

- (75) Em seu magistral livro sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, a filósofa Hannah Arendt cunhou a expressão “banalidade do mal”. **Quer dizer, o mal é ainda mais perigoso do que supomos, porque pode apresentar-se sob a aparência de algo corriqueiro, comum.** (VEJA, set. 2012)

Nesta ocorrência, o autor tece explicações detalhadas sobre a palavra *mal*, presente na unidade base. Caracteriza-se, assim, a utilização de um sentido mais geral para um termo retomado, visando à pormenorização do seu conteúdo pela unidade B.

f) Paráfrase desconcretizadora:

- (76) Sob os critérios do melhor aproveitamento nutricional, a dupla café com leite também não passa no teste. **Quer dizer, “trata-se de um hábito enraigado no cotidiano do brasileiro”.** (ISTOÉ, março, 2012)

De maneira inversa à que ocorre com a paráfrase *concretizadora*, esta apresenta na segunda unidade um termo mais geral, mais ou menos vago no contexto, *hábito*, cujo sentido pontual já é especificado na unidade anterior: *café com leite*. Por isso mesmo, denomina-se *desconcretizadora*, dando a entender que a paráfrase é menos concreta que a unidade base.

g) Paráfrase expansiva:

- (77) Fui morar em São Paulo. Lembrava com saudades de minhas férias em Bernardino, onde eu brincava sem medo nas ruas vazias. **Quer dizer, não exatamente sem medo, porque às vezes alguém gritava que a boiada vinha vindo; Corríamos para dentro das casas, enquanto os bois tomavam a rua e passavam. Uma diversão!** (ÉPOCA, out. 2012)

Nesta construção apositiva, a segunda unidade parafraseia a primeira com ampliação do fluxo informacional, no que se refere tanto à dimensão léxica quanto à sintática. Essa ampliação, no entanto, mantém-se fiel ao conteúdo base, sem dele fugir. Nem mesmo a retificação de um detalhe evidenciado na primeira parte, em forma de ressalva, provoca fuga ao conteúdo da unidade A; pelo contrário, parece acentuar mais ainda a intensão do autor de descrever “suas férias”.

h) Paráfrase sintetizadora:

- (78) Uma pesquisa de 2011, conduzida pela Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, mostra que em algumas discussões os pais podem ensinar mais aos filhos cedendo às suas argumentações do que as contrariando. “Assim, eles desenvolvem habilidades que os ajudarão a resistir às pressões negativas dos amigos”. **Quer dizer, os pais devem ser os melhores amigos dos seus filhos.** (ISTOÉ, julho de 2012)

Neste dado, a paráfrase atua de modo a sintetizar o volume extenso de informações contidas na unidade anterior, assumindo uma função típica de elemento resumidor. São usos típicos de contextos nos quais o autor pretender fechar um raciocínio.

Apresentamos, assim, um panorama de como se apresentam os dados do *corpus* quando a eles aplicamos a proposta classificatória formulada por Wenzel (1985), considerando as características sobressalentes nas reformulações parafrásicas. Assim, é importante destacar que não advogamos a exclusividade de uma característica em detrimento das demais; o que é determinante para a classificação é a prevalência de uma característica que nos parece mais saliente que as outras.

4.3.A paráfrase e a relação de peso das unidades apositivas

No capítulo anterior, quando nos interessavam, mais diretamente, as características estruturais das construções em análise, realizamos uma descrição do

componente *Peso* inerente às unidades que perfazem a aposição. Nela, observamos os tipos *leve* e *pesado*, estabelecendo relação entre as unidades A e B. Como o foco deste capítulo é o conteúdo semântico das construções em estudo, tentaremos aferir dados que revelem a distribuição de frequência das construções analisadas quanto à concepção de paráfrase já explicitada. Essa correlação nos parece reveladora das características básicas da aposição, inscrevendo-se na manifestação icônica que perfila a linguagem como um fenômeno essencialmente motivado.

Vejamos as duas tabelas, a seguir, com dados do *corpus*, contemplando os dois marcadores discursivos em análise, distribuídos em perspectiva que os enquadra na relação paráfrase/peso.

Dados relativos ao *ou seja*:

Tipos de paráfrase	RELAÇÃO DE PESO				Nº de paráfrase	%
	leve/ leve	leve/ pesada	pesada/ leve	pesada/ pesada		
Desconcretizadora	00	07	15	06	28	25,7
Completa	08	05	02	08	23	21,1
Concretizadora	00	13	02	07	22	20,2
Sintetizadora	01	01	13	04	19	17,4
Expansiva	00	10	00	00	10	9,2
Atenuadora	00	01	00	02	03	2,8
Enfatizadora	00	00	02	00	02	1,8
Epilinguística	00	01	01	00	02	1,8
Total	09	38	35	27	109	100

Tabela 15: *Ou seja*: relação de peso por tipo de paráfrase

Dados relativos ao *quer dizer*:

Tipos De Paráfrase	RELAÇÃO DE PESO				Nº de paráfrase	%
	leve/ leve	leve/ pesada	pesada/ leve	pesada/ pesada		

Completa	01	04	02	04	11	41
Desconcretizadora	00	00	03	02	05	18.5
Expansiva	00	02	02	00	04	14.8
Sintetizadora	00	00	03	01	04	14.8
Concretizadora	00	03	00	00	03	11
Total	01	09	10	07	27	100

Tabela 16: *Quer dizer*: relação de peso por tipo de paráfrase

Na sequência, a tabela traz os valores universais que agrupam os dois conectores, tentando evidenciar, numa perspectiva mais ampla, como se estabelece a relação peso/paráfrase nos dados gerais:

Tipos de paráfrases	RELAÇÃO DE PESO				Ou seja/ Quer dizer	%
	leve/ leve	leve/ pesada	pesada/ leve	pesada/ pesada		
Completa	09	09	04	12	34	25
Desconcretizadora	00	07	18	08	33	24,3
Concretizadora	00	16	02	07	25	18,4
Sintetizadora	01	01	16	05	23	16,9
Expansiva	00	12	02	00	14	10,3
Atenuadora	00	01	00	02	03	2,2
Enfatizadora	00	00	02	00	02	1,5
Epilinguística	00	01	01	00	02	1,5
Total	10	47	45	34	136	100

Tabela 17: *ou seja e quer dizer*: relação de peso por tipo de paráfrase no *corpus*.

Esses números são reveladores de características inerentes à relação motivada, icônica, portanto, que se estabelece nos usos da língua. De fato, considerando os conceitos assinalados por Wenzel (1985), para cada tipo de paráfrase, o esperado se ratifica: a relação de peso (simetria e assimetria) corresponde ao fluxo informacional constitutivo de cada tipo de paráfrase. Isso se confirma nas paráfrases de maior ocorrência no *corpus*.

Logo, na paráfrase do tipo *completa*, por exemplo, ocorreu mais simetria do que assimetria entre as duas unidades, ou seja, um equilíbrio de peso entre as unidades A e B (leve/leve e pesada/pesada - 09 e 12 ocorrências, no *corpus*, respectivamente); já nas paráfrases dos tipos *desconcretizadora*, 18 ocorrências do tipo pesada/leve; *concretizadora*, 16 ocorrências do tipo leve/pesada; *sintetizadora*, 16 ocorrências do tipo leve/pesada; *expansiva*, 12 ocorrências do tipo leve/pesada, ou seja, em todas essas houve supremacia do peso assimétrico, conforme atestam os resultados expostos tabela acima.

Também se confirmam os resultados esperados para as paráfrases do tipo *desconcretizadora*, que majoritariamente tem a unidade B leve, desconcretizando a Unidade A, pesada. A *concretizadora* usa maior volume estrutural para imprimir concretude a uma expressão mais abstrata presente na unidade A, portanto, apresentando relação leve/pesada, e assim por diante¹⁵.

A observação quantitativa das ocorrências confirma, assim, a existência de uma força motivadora que influencia a estrutura linguística, demandando mais peso para informações mais densas e menos peso para codificar estruturas cognitivamente menos complexas. Essa configuração se materializa nos diversos tipos de paráfrases que estão a serviço das intenções do usuário da língua, sendo ativadas por este quando utiliza a estratégia argumentativa da construção apositiva encabeçada tanto por *ou seja* como por *quer dizer*.

4.4. A relação função sintática/tipo de paráfrase

No Capítulo III, cogitamos a relação entre as funções sintáticas exercidas pelos elementos constitutivos da Unidade Base e a configuração que seria assumida pela Unidade B, como uma consequência dos vínculos de sentido estabelecidos entre ambas. A tabela, a seguir, projeta o comportamento dos dados constituídos por componentes parafrásicos constantes das unidades B presentes no *corpus*. Vejamos, inicialmente, os dados referentes ao *ou seja*:

FUNÇÃO SINTÁTICA	TIPOS DE PARÁFRASE								
	Desconc.	Compl	Concrt	Sintet.	Expans.	Aten.	Enfat.	Epiling.	Total

¹⁵ Não vamos alongar esses comentários para dar cobertura a todos os tipos de paráfrase, mas a reflexão sobre os dados mais frequentes nos permitem generalizar os resultados e confirmar a relação entre o tipo de paráfrase e a aferição do peso entre as duas unidades apositivas.

Período Composto	19	07	08	13	00	00	01	02	50
Período Simples	04	03	04	02	03	03	00	00	19
Adj. det. (Cl.)	01	01	01	02	00	00	00	00	05
Adj. circunst. (SN)	00	04	01	00	00	00	00	00	05
Cl. Coordenada	02	00	01	00	01	00	00	00	04
Ob. direto (Cl.)	00	01	01	01	00	00	00	00	03
Ob. Indireto (SN)	00	00	02	00	01	00	00	00	03
Aposto (SN)	00	01	01	01	00	00	00	00	03
Cl. Principal	01	01	00	00	00	00	01	00	03
Sujeito (SN)	00	00	01	00	01	00	00	00	02
Ob. direto (SN)	00	01	00	00	01	00	00	00	02
Ob. Indireto (Cl.)	01	01	00	00	00	00	00	00	02
C. nominal (Cl.)	00	00	02	00	00	00	00	00	02
Predicativo (SN)	00	00	00	00	02	00	00	00	02
Aposto (Cl.)	00	01	00	00	00	00	00	00	01
Predicativo (Cl.)	00	01	00	00	00	00	00	00	01
Adj. det. (SN)	00	01	00	00	00	00	00	00	01
Adj. circunst. (Cl.)	00	00	00	00	01	00	00	00	01
Total	28	23	22	19	10	03	02	02	109

Tabela 18: Ou seja: função sintática do elemento base da unidade A por tipo de paráfrase.

Na sequência, dados referentes ao *quer dizer*:

	TIPOS DE PARÁFRASE
--	--------------------

FUNÇÃO SINTÁTICA	Desconc.	Compl.	Concret	Sintet.	Expans.	Total
Período Composto	03	03	00	04	02	12
Período Simples	01	05	01	00	02	09
Ob. direto (Cl.)	01	00	00	00	00	01
Predicativo (SN)	00	01	00	00	00	01
Predicativo (Cl.)	00	01	00	00	00	01
Aposto (SN)	00	00	01	00	00	01
Adj. circunst. (SN)	00	00	01	00	00	01
Cl. Principal	00	01	00	00	00	01
Total	05	11	03	04	04	27

Tabela 19: *Quer dizer* – função sintática do elemento base da unidade A por tipo de paráfrase.

Os quantitativos expostos nas tabelas 18 e 19 permitem conclusões claras sobre a relação do tipo de paráfrase com a função sintática do elemento base da unidade A. Nossa hipótese de que as paráfrases retomam o sentido mais geral indicado pela unidade base se confirma. Por isso, predominam as ocorrências de unidades base formadas por períodos e não por funções sintáticas mais específicas e mais restritas, conforme podemos visualizar na tabela, a seguir, que agrupa dados referentes à presença dos dois marcadores discursivos investigados:

FUNÇÃO SINTÁTICA DO ELEMENTO BASE	Ou seja/ Quer dizer	%
Período		
Simples/Composto	90	66,2
Adj. circunstancial (SN)	06	4,5
Adj. determinante (Cl.)	05	3,7
Ob. direto (Cl.)	04	2,9
Aposto (SN)	04	2,9
Cl. Principal	04	2,9
Cl. Coordenada	04	2,9
Ob. indireto (SN)	03	2,2
Predicativo (SN)	03	2,2
Sujeito (SN)	02	1,5
Ob. direto (SN)	02	1,5
Ob. indireto (Cl.)	02	1,5
Comple. nominal (Cl.)	02	1,5
Predicativo (Cl.)	02	1,5
Aposto (Cl.)	01	0,7
Adj. determinante (SN)	01	0,7
Adj. circunstancial (Cl.)	01	0,7
Total	136	100

Tabela 20: *Ou seja e quer dizer*: Função sintática do elemento base da unidade A no corpus.

Também organizamos a distribuição dos dados considerando a ocorrência de Cláusulas e SNs:

Conectores	Períodos/ Cláusulas.	%	Sintagma Nominal (SN)	%
Ou Seja	91	67	18	13
Quer dizer	24	18	03	02
TOTAL	115	85	21	15

Tabela 21: Resultados panorâmicos de ocorrências distribuídas entre períodos/cláusulas e sintagmas nominais

Os dados revelam uma supremacia da presença de *períodos* no cômputo que agrupa os dois marcadores discursivos. Na soma, para os fins restritos a que se destina esse ponto da análise, como nos parece irrelevante a distinção entre períodos simples e compostos, resolvemos reunir os dois numa mesma categoria. De qualquer modo, conforme exposto nas tabelas anteriormente traçadas, a presença dos períodos compostos é bem mais produtiva que a dos simples.

Um fator relacionado a essa constatação diz respeito ao uso predominante, na divisa da unidade A com a B, do ponto final e seus equivalentes, se comparado com a vírgula ou outros sinais, conforme dados expostos no Capítulo III. Se o período é majoritário como unidade base, isso ratifica coerentemente a presença mais produtiva do ponto final.

Outro aspecto importante é o fato de as funções sintáticas outras que ocorrem nos dados não apresentarem grandes distorções em se tratando da distribuição de frequência. Ocorre, portanto, uma pulverização das diversas funções sintáticas, acentuando ainda mais o fato de serem os *períodos* e não os *termos* elementos que constituem base para o desenvolvimento das Unidades B na construção da aposição.

Se considerarmos que os sinais de pontuação, explorados no Capítulo anterior, representam tentativas de indicar as pausas e estão diretamente relacionados às funções sintáticas dos termos, entendemos que os resultados visíveis na quantificação dos dados confirmam que as paráfrases presentes nas unidades B focalizam, predominantemente, uma porção ampla do sentido do texto. Por isso, o período, por sua abrangência contedística mais geral, é mais frequente como unidade base do que partes dessa porção, tais como, sujeitos, objetos, adjuntos.

4.5. Especificando as funções textual-discursivas

Apresentamos, na sequência, uma análise dos dados coletados, considerando as funções textual-discursivas das unidades apositivas, baseados nas ideias resenhadas dos diversos autores (NOGUEIRA, 1999; WHITE, 2004; KOCH *et al.*, 1990; GIVON, 1992, DECAT, 2011).

São as seguintes as funções identificadas no *corpus*:

a) Identificação de referentes:

(79) A idade do pai também influencia o risco de conceber uma criança portadora de anomalias genéticas. A paternidade tardia aumenta a probabilidade de autismo e esquizofrenia. Stefánsson e sua equipe rastrearam o DNA dos filhos em busca de alterações genéticas que não poderiam ser encontradas nos genes paternos, tampouco nos maternos – o que os geneticistas definem como “novas mutações”. **Ou seja, variações genéticas que surgem com a concepção.** (VEJA, ago., 2012)

(80) O melhor ainda é a gente tentar uma acomodação à inglesa – quer dizer, empregando o velho sistema inglês de compromisso. (ÉPOCA, jun., 2012)

Nogueira (1999) defende que a aposição constitui um importante mecanismo no estabelecimento e na manutenção dos referentes do discurso. Assim, nas referenciações catafóricas, caso que coincide com as aposições do *corpus* desta pesquisa, essa função se caracteriza pela construção de referentes do discurso: a primeira unidade introduz um referente que será especificado na segunda unidade. Na ocorrência (79), a unidade A, cujo elemento base é “novas mutações”, é retomado de forma mais específica na unidade B. Também, na ocorrência (80), acionada a partir do *quer dizer*, verificamos a “identificação” de uma informação apresentada na unidade precedente.

b) Particularização:

(81) Não há uma resposta definitiva que explique, por exemplo, por que determinadas pessoas são mais mal-humoradas do que outras. O que se sabe é que, a exemplo de diversas outras características de personalidade, há o peso da genética e o peso do ambiente. **Ou seja, filhos de pais marcadamente mal-humorados têm mais chance de manifestar o mesmo comportamento porque herdaram essa tendência e porque crescem em ambientes nos quais o sentimento predomina.** (ISTOÉ, set., 2012)

(82) Em seu magistral livro sobre o julgamento do nazista Adolf Eichmann, a filósofa Hannah Arendt cunhou a expressão “banalidade do mal”. **Quer**

dizer, o mal é ainda mais perigoso do que supomos, porque pode apresentar-se sob a aparência de algo corriqueiro, comum. (VEJA, set., 2012)

Esse recurso funciona como estratégia de focalização de parte do conjunto de referentes do discurso designados pela primeira unidade. Nesta função, portanto, a primeira unidade apresenta um termo mais geral, mais ou menos vago; enquanto a segunda unidade, ou seja, a paráfrase, apresenta-se de forma mais pormenorizada, mais detalhada. Essa interpretação se aplica tanto a (81), com o *ou seja*, como a (82), construída com o *quer dizer*.

c) Generalização:

(83) Não encontramos receita para coibir as queimadas: não é possível impedir os incêndios, pois basta um fósforo quando ninguém olha. Mas os benefícios desfrutáveis da mata queimada podem ser fiscalizados. Ou seja, como não se pode impedir o ato, retiram-se as motivações. (VEJA, set., 2012)

(84) Sob os critérios do melhor aproveitamento nutricional, a dupla café com leite também não passa no teste. Quer dizer, “trata-se de um hábito enraigado no cotidiano do brasileiro”. (ISTOÉ, mar., 2012)

Nesta função, emprega-se, na segunda unidade da aposição, uma expressão referencial genérica, ou mais ou menos vaga, que reúne os referentes apresentados na primeira unidade. Assim, o elemento base da primeira unidade da construção se apresenta mais pormenorizado; enquanto a unidade apositiva ostenta um termo mais geral. Observamos, em (83) e (84), que essa função opera de modo contrário ao da função de *particularização*.

d) Avaliação:

(85) Se algum lugar no País em que toda a base é aliada do governo federal está unida em torno de um só candidato à prefeitura, esse lugar é a cidade do Rio de Janeiro. No total, a adesão pode chegar a 19 partidos, que incluem o PT, o PDT, o PP e até o PPS. O nome de consenso é do prefeito Eduardo Paes (PMDB), candidato à reeleição. Ou seja, não só é amplo favorito como tem tudo para liquidar a eleição no primeiro turno. (ISTOÉ, fev., 2012)

- (86) E a gente sempre pode melhorar, desde que não seja apenas para ser como os outros querem que sejamos. Quer dizer, é bom ser bonito, natural, tímido ou extrovertido (desde que educado nos dois casos), até mesmo ser meio esquisito, fechado, contemplativo. Tudo é positivo se é natural, exceto grosseria, cinismo, hostilidade. (VEJA, nov., 2012)

Esta função se manifesta através de um posicionamento atitudinal do autor do texto. Assim, é por meio da avaliação que ele explicita suas atitudes, crenças e julgamento em relação ao que escreve. Nesse tipo de estratégia, geralmente, se encontram adjetivos e substantivos avaliativos. Nos termos de White (2003), a avaliação é vista como segmentos que podem ser interpretados como apontando para alguma pessoa, coisa, situação, ação, evento ou estado de coisas, para que estes possam ser vistos positiva ou negativamente. Nos dados que ilustram a função discursiva avaliativa, em (85), o “candidato” é qualificado como “favorito”, enquanto em (86), uma série de qualificativos (bonito, natural, tímido, extrovertido) é alçada para caracterizar um termo presente na primeira unidade.

e) **Ressalva:**

- (87) Fui morar em São Paulo. Lembrava com saudades de minhas férias em Bernardino, onde eu brincava sem medo nas ruas vazias. **Quer dizer, não exatamente sem medo, porque às vezes alguém gritava que a boiada vinha vindo; corríamos para dentro das casas, enquanto os bois tomavam a rua e passavam. Uma diversão!** (ÉPOCA, out., 2012)

Caracteriza-se por inserir algum tipo de observação ou mesmo exceção no conteúdo do texto. Esta função, aqui, se manifesta na unidade B da construção apositiva e pode constituir todo o conteúdo dessa unidade ou apenas parte dele. No dado exposto, a ressalva remete-se a parte da informação precedente, mais precisamente, àquela que fala da ausência de “medo nas ruas vazias”. O *corpus* não apresenta caso de ressalva introduzida pelo conector *ou seja*.

f) **Esclarecimento/Explicação:**

- (88) Nesse primeiro momento, porém, o ex-presidente irá frustrar a maioria dos candidatos interessados em tê-lo como cabo eleitoral. Lula decidiu restringir sua presença física a quatro cidades: São Paulo, Belo Horizonte, Recife e São Bernardo do Campo. Ou seja, os escolhidos do ex-presidente são os candidatos do PT Fernando Haddad, Patrus Ananias, Humberto Costa e Luiz Marinho. (ISTOÉ, ago., 2012)
- (89) O cuiabano assiste de camarote ao surgimento da Arena Multiuso Pantanal, o primeiro estádio brasileiro a conquistar o certificado ambiental. Quer dizer, os gases poluentes gerados na construção serão neutralizados por meio da compra de créditos de carbono. (ISTOÉ, jul., 2012)

Esta função se caracteriza por ser autocondicionada -tipo presente na nossa pesquisa -, ou hetero-condicionada, ou seja, pode ser realizada por iniciativa do locutor ou por interferências do interlocutor¹⁶. Na visão de Koch *et al.* (1990), a *explicação* constitui um processo que ocorre pouco a pouco na ativação da progressão temática. Por meio dessa função, o “falante retoma, explicita, esclarece, ilustra o conteúdo do que já disse” (KOCH *et al.* 1990, p. 167). A explicação constitui uma marca das inserções parentéticas. Nas ocorrências que ilustram a citada função, temos, tanto no caso do *ou seja* como no do *quer dizer*, aposições que tentam esclarecer pontos porventura não explicados com clareza entre as informações veiculadas na unidade matriz.

g) **Conclusão:**

- (90) Tramita na Câmara desde junho um projeto de João Campos (PSDB-GO) que pretende definir o conceito de organização terrorista e especificar as punições para o terrorismo à brasileira. Como o Brasil é o país da impunidade, até terrorista teria vida mansa por aqui. O projeto impõe pena de quatro a dez anos de prisão a quem praticar terrorismo – ou seja, o terrorista de primeira viagem cumprirá na cadeia dois quintos da pena e sairá sob regime semiaberto. (VEJA, jan., 2012)
- (91) Eu me sinto traído pela culinária japonesa. O arroz do sushi tem açúcar, é supercalórico e engorda – Quer dizer, passei todos estes anos comendo açúcar três vezes por semana sem saber? (ÉPOCA, mai., 2012)

¹⁶As *autocondicionadas* constituem as paráfrases em que o encaixamento no tema se dá apenas por parte do próprio falante; enquanto as *hetero-condicionadas* são as paráfrases em que, a partir de uma solicitação do ouvinte, o falante é levado a fazer o encaixamento no tema.

Nesta função, o conteúdo da unidade B (apositiva) da construção, comumente, é formado por inferências introduzidas pelo autor do texto, que, na maioria das vezes, emite opiniões definitivas acerca do conteúdo do elemento base da unidade A da construção. É o que ocorre nos dois exemplos apresentados em (90) e (91).

h) **Retoque:**

(92) A possibilidade de ocorrência de um crime hediondo no “BBB”, porém, muda as coisas de figura e pode colocar em risco a sua própria existência, segundo nota oficial do Ministério das Comunicações. Também a polícia civil do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal e Estadual querem saber o que realmente ocorreu. Ou seja: o “BBB” que em seu início era uma caricatura de um programa antropológico, no qual se observa o comportamento e a tolerância entre si de pessoas que não se conheciam, transformou-se em caso de polícia – chegou ao limite da lei. (ISTOÉ, jan., 2012)

(93) Assim como fez com os aeroportos, em breve, Dilma Rousseff anunciará a privação de alguns portos. **Quer dizer, anunciará como expressão lançada ao index petista.** (VEJA, mar., 2012)

Dos postulados de Koch *et al.*, esta função se caracteriza por reformular a unidade base ou matriz da construção, repetindo-se um item lexical nela contido. O retoque favorece o autor, no sentido de dar-lhe oportunidade de construir uma melhor paráfrase com essa repetição. A função de retoque, aqui, corresponde à função de Retomada, postulada por Givon (1992) e adotada por Decat (2011). Ilustrando a função discursiva em tela, temos em (92), a repetição, na unidade parafrásica, do tema “BBB” e, em (93), o verbo “anunciará” é expressamente recuperado.

i) **Resumidora:**

(94) Peneirar os mestres é o que faz o sistema privado, sem causar traumas nem comoções. Por tentativa e erro, os bons vão subindo e recebendo carga horária maior, enquanto os ruins ficam no limbo. Se não melhorarem, são dispensados. Não obstante, o privado atrai os melhores professores, pagando mais ou menos que o público. **Ou seja, o medo de perder o emprego não assusta os bons.** (VEJA, fev., 2012)

(95) Uma pesquisa de 2011, conduzida pela Universidade da Virgínia, nos Estados Unidos, mostra que em algumas discussões os pais podem ensinar mais aos filhos cedendo às suas argumentações do que as contrariando. “Assim, eles desenvolvem habilidades que os ajudarão a resistir às pressões negativas dos amigos”. **Quer dizer, os pais devem ser os melhores amigos dos seus filhos.** (ISTOÉ, jul., 2012)

Como o próprio nome já sugere, esta função se caracteriza por reapresentar, de forma sintética, o conteúdo da primeira unidade do texto. Desse modo, funciona como elemento resumidor, retomando a íntegra do enunciado anterior. Nos dados expostos em (94) e (95), percebemos, claramente, na unidade apositiva B, o recurso estratégico de resumir um volume denso de informações contido na unidade A.

Ao analisarmos a distribuição das paráfrases no *corpus*, considerando sua relação com as funções textual-discursivas, pareceu-nos relevante verificarmos a abrangência de cada uma no que diz respeito à diversidade de funções através das quais elas são materializadas. Assim, levando em conta dados referentes aos dois marcadores discursivos em tela, chegamos às ocorrências que relacionam o número de funções pertinentes à realização de cada tipo de paráfrase. Esse mapeamento pode ser visualizado no quadro a seguir:

Paráfrase	Funções textual-discursivas
Completa	• Esclarec. / Explicação • Identificação de referente • Conclusão • Retoque • Avaliação
Expansiva	• Esclarec. / Explicação • Ressalva • Identificação de referente • Conclusão • Avaliação
Atenuadora	• Esclarec. / Explicação • Avaliação
Epilinguística	• Avaliação • Conclusão
Concretizadora	• Particularização
Desconcretizadora	• Generalização
Sintetizadora	• Resumidora
Enfatizadora	• Avaliação

Quadro 7: diversidade de funções textual-discursivas por tipo de paráfrase no corpus.

O quadro traz uma apresentação em ordem decrescente, considerando a quantidade de funções; inicia com as paráfrases mais produtivas quanto à diversidade de funções, no caso, a *completa* e a *expansiva* (com cinco funções cada uma), passando pela *atenuadora* e pela *epilinguística* (com duas funções cada uma), e as demais,

concretizadora, desconcretizadora, enfatizadora e sintetizadora, essas manifestando a presença de uma única função.

Vale salientar que essa classificação das paráfrases não é categórica, visto que ela depende da influência dos contextos que ressaltam uma ou outra de suas características, a depender, também, da intervenção de fatores subjetivos. Ou seja, não há exclusividade de características para definir a paráfrase como representativa de um tipo específico. Se tomarmos a paráfrase *completa*, por exemplo, podemos afirmar que ela comporta, em menor ou maior grau, todos os outros tipos de paráfrases.

Na sequência, detemo-nos sobre os aspectos quantitativos que mapeiam o comportamento das paráfrases e respectivas funções, contemplando os dados das construções apositivas introduzidas por *ou seja* e *quer diz* no corpus em análise.

Dados do *ou seja*:

Tipos de paráfrase	Número de ocorrências	Funções textual – discursivas	Número de ocorrências
Desconcretizadora	28	Generalização	28
Completa	23	Esclarec./Explicação Identificação de referente Conclusão Retoque Avaliação	13 04 04 01 01
Concretizadora	22	Particularização	22
Sintetizadora	19	Resumidora	19
Expansiva	10	Esclarec./Explicação Identificação de referente Conclusão Avaliação (01)	03 05 01
Atenuadora	03	Esclarec./Explicação Avaliação	02 01
Enfatizadora	02	Avaliação	02
Epilinguística	02	Avaliação Conclusão	01 01

Tabela 22: *Ou seja* - funções textual-discursivas por tipo de paráfrase

Dados do *quer dizer*:

Tipos de paráfrase	ocorrências	Funções textual – discursivas	Ocorrências
Completa	11	Identificação de referente	03
		Esclarec./Explicação	02
		Conclusão	02
		Retoque	02
		Avaliação	02
Desconcretizadora	05	Generalização	05
Sintetizadora	04	Resumidora	04
Expansiva	04	Esclarec./Explicação	01
		Ressalva	01
		Conclusão	01
		Avaliação	01
Concretizadora	03	Particularização	03

Tabela 23: *Quer dizer* –funções textual-discursivas por tipo de paráfrase.

A tabela, a seguir, concentra os resultados, tomando o universo de dados da pesquisa no que diz respeito à produtividade de cada tipo de função textual identificada no *corpus*:

Função Textual	Total	%
Generalização	33	24.3
Particularização	25	18.4
Resumidora	23	16.9
Esclarecimento/Explicação	21	15.5
Identificação de referente	12	8.8
Conclusão	09	6.6
Avaliação	09	6.6
Retoque	03	2.2
Ressalva	01	0.7
Total	136	100

Tabela 24: *Ou seja /Quer dizer*– funções textual-discursivas no *corpus*.

A generalização, nos moldes como foi conceituada anteriormente é a mais produtiva das funções ativadas nos contextos apositivos presentes no *corpus*. Esse tipo de função é seguida pela particularização, pela função resumidora e pela de esclarecimento/explicação. As demais apresentam menos de 50% do número de ocorrências desta última, sendo mais raras as classificadas como retoque e ressalva.

É curioso constatar que a generalização seja a função mais ativada, considerando sua característica de referir-se de modo mais geral ao tema da unidade base, que por sua vez, já se encontra naturalmente mais especificada. Embora a impossibilidade de comparar os dados com os de outra pesquisa não nos autorize a afirmar categoricamente que isso seja inerente aos tipos textuais em tela, ou seja, o texto do domínio jornalístico de caráter argumentativo, essa é uma conjectura que não pode ser desprezada.

Vale salientar, por repetitivo que seja, que o fato de identificarmos uma função específica para certos usos não descarta a manifestação de outras funções que estariam concomitantemente presentes nas construções apositivas. A escolha por uma em detrimento das outras é justificada pelo aspecto que consideramos predominante, mas não pela exclusividade de características. Queremos dizer, com isso, que não são raras as situações nas quais diversos elementos inerentes a outras funções podem ser identificados na unidade parafrásica, a unidade apositiva B, mas mesmo assim, há uma que prevalece claramente sobre elas, o que determina a classificação ora estabelecida.

4.6. Sobre a parentetização como uma característica da aposição

Somos insistentes em lembrar que, nesta pesquisa, tomamos a liberdade de adaptar os critérios analíticos dos autores citados, no que concerne à descrição da língua oral, estendendo-os à análise de dados da língua escrita. Essa observação é absolutamente importante para não perdemos a possibilidade de reajustar a lente de observação quando - e se - os contextos em análise se diferenciarem a ponto de merecerem algumas “licenças” teóricas.

Assim, a convergência das teorias supracitadas nos leva a examinar as funções exercidas pelas unidades apositivas partindo do entendimento de que o autor faz uso da aposição como um dos recursos expressivos em seu discurso, sem deixar de considerar o objetivo que pretende alcançar na interação.

Com efeito, a análise da aposição ora promovida pertence a todo um complexo formal, como também, semântico-discursivo das construções analisadas, de maneira que extrapola as possibilidades de uma análise restrita ao ponto de vista tradicional. Tal complexo, no qual se verificam diferentes formas de materialização linguística, é auxiliado por sinais específicos de pontuação. E é impossível desvincular a pontuação da pausa típica da oralidade que ela muito frequentemente busca reproduzir na escrita.

Por outro lado, sendo, como é, a segunda unidade *desgarrada* da primeira pela interferência dessas pausas/sinais, isso traz como consequência a ativação do mecanismo da parentetização. A esse respeito, não é outra a posição defendida por Decat (2011, p. 64): “é bom lembrar o caráter parentético e assertivo das apositivas, que servem exatamente à função de fornecer explicações a mais para determinada ideia veiculada em contexto anterior”.

Atentemos, também, aos estudos de Kehdi (1982), quando o autor aponta que a aposição não se refere apenas a um termo da cláusula anterior, mas pode se referir a toda essa cláusula; caso em que ele considera ser o caráter da aposição menos perceptível. Outro fato apontado por Kehdi (op.cit.) é aquele em que a aposição aparece imediata ao termo *fundamental*, adquirindo as características de cláusulas parentéticas. Além disso, na visão do autor, como as unidades apositivas constituem uma explicitação do antecedente, a elas pode-se sempre antepor uma expressão parentética do tipo “isto é”, “a saber, etc.” Observemos, a título de exemplificação, uma ocorrência presente no *corpus*:

(96) O senso comum revela que as pessoas bem nutridas crescem mais e são mais vigorosas. Contudo insinuar que só esses fatores produzem pessoas mais bem-sucedidas é renegar o que nos diferencia de outros seres: a inteligência. **Quer dizer, tamanho não significa nada.** (VEJA, maio, 2012)

A construção destacada em negrito, no exemplo, acrescenta uma informação que nada mais objetiva do que tentar reforçar o ponto de vista do autor, buscando tornar mais clara a ideia defendida por ele. A análise realizada ao longo desta tese corrobora esse aspecto das conclusões alcançadas por Khedi (op. cit.), uma vez que as funções básicas percebidas nos dados apositivos coletados são, sobretudo, de expandir e clarear a informação anterior, sendo introduzidas pelas expressões parentéticas *ou seja* e *quer dizer*.

As diversas formas de materialização linguística apresentadas pelas construções apositivas no *corpus*, tanto de natureza nominal, como de natureza verbal (clausular), indicadas por diversos sinais de pontuação, conforme vimos no Capítulo II, fazem com que esse tipo de construção se aproxime de um mecanismo de parentetização. Esse mecanismo vem sendo descrito no discurso oral por diversos estudiosos, dentre os quais destacamos Jubran (1997), que apresenta as inserções parentéticas numa perspectiva textual-interativa, classificando-as com base em princípios e critérios de funções pragmático-textuais por elas exercidas.

Conforme Jubran (1997), esse modo da formulação *do que se diz* vem repercutir *no que se diz*, levando os parênteses a operarem desvios momentâneos do quadro de relevância tópica de um segmento textual. Assim, essa propriedade dos parênteses poderem apresentar tais desvios engloba os seguintes fatores: (i) recai de maneira excessiva sobre o ato enunciativo e, até mesmo, quebra o fluxo temático; mas mantém condições enunciativas necessárias ao entendimento do texto; e (ii) quando fazem alusão mais aos enunciados de relevância tópica, ampliam-nos, explicam-nos, esclarecem-nos, ou mesmo, exemplificam-nos; apontando, em suas ocorrências, para características pragmáticas.

Tais traços parecem fazer parte das construções apositivas do *corpus* deste trabalho (no caso, as unidades B) que, apesar de caráter parentético, insinuam-se necessárias à compreensão do texto. Similarmente ao que ocorre na oralidade, na aposição presente no texto escrito, a unidade B também funciona com o propósito de esclarecer, explicar o elemento base das unidades à esquerda (unidades A).

Em seu estudo, Jubran (1997) chega a apresentar uma tipologia dos parênteses, dividindo-os em quatro classes¹⁷. As construções apositivas estudadas nesta pesquisa parecem identificar-se com a primeira classe de parênteses proposta por Jubran (1997), ou seja, daquela tipologia que inclui parênteses relevantes para a elaboração dos tópicos discursivos desenvolvidos em um texto falado (neste caso; estendidos a texto escrito), no

¹⁷Classe a – *Elaboração tópica do texto*: os parênteses alimentam e mantêm a conexão de conteúdos; Classe b – *Parênteses com foco no locutor*: o falante se introjeta no texto produzido por ele mesmo, focalizando representações que se referem a seu papel como locutor-instanciador do discurso; Classe c – *Parênteses com foco no interlocutor*: referem-se a condições enunciativas do discurso que garantem a possibilidade de intercâmbio; Classe d – *Parênteses que focalizam o ato comunicativo em si*: quebram o fluxo temático para, no interior do texto falado, focalizarem contingências necessárias à existência do ato em si, tais como: presença de interlocutores, negociação de turnos, afastamento de quaisquer ruídos que possam interferir na produção do texto.

sentido de manter conexão de conteúdo entre eles, ou no sentido de sua formulação linguística, ou até de sua construção textual.

Vejamos, na ocorrência, a seguir, coletada entre os dados do *corpus*, o vínculo que se verifica entre a unidade A e a unidade B da construção apositiva:

- (97) Gol e TAM mantêm as regras dos voos domésticos. Nas demais companhias, é preciso conferir as exigências sobre dimensões da caixa de transporte, a possibilidade de levar o animal na cabine e a necessidade de reservar (em geral, permite-se apenas um número limitado de animais por aeronave). A Delta, por exemplo, não transporta animais despachados como bagagem no verão do Hemisfério Norte – **ou seja, entre os meses de maio a setembro**. (VEJA, maio, 2012)

A conexão entre as duas unidades é estabelecida, considerando que o conteúdo da segunda, destacada em negrito, que, apesar de se constituir de forma desgarrada da unidade A, torna-se relevante para compreensão do elemento base - *verão do Hemisfério Norte* -, uma vez que esclarece de forma pontual o conteúdo, sem concessão a qualquer digressão em relação a ele.

Essas correlações que estabelecemos entre análises especificamente realizadas com o texto oral, trazendo para a aplicação aos dados da pesquisa que, no nosso caso, lida com dados de escrita, autoriza-nos a corroborar a interrelação sempre tão aludida entre as duas modalidades de uso da língua. De fato, nem todos os fenômenos se manifestam na oralidade e na escrita simultaneamente, ou através dos mesmos mecanismos, mas, a partir de pequenos ajustes e flexibilidades, vamos atestando o contínuo que há entre os processos de construção de uma e outra forma de expressão. Ademais, mesmo esta pesquisa não tendo preocupações comparativas, em se tratando de um fenômeno tão multifacetado como é o da aposição, não é surpresa que encontremos tanto fatores convergentes convivendo com sinais da diversidade de componentes funcionais que marcam as duas modalidades.

4.7. As discontinuidades temáticas e as construções apositivas

Ao estudarmos a natureza da paráfrase, não podemos deixar de mencionar o trabalho em que Koch *et al.* (1991, p. 146-147) se detêm sobre o que denominam de descontinuidades temáticas. Para os autores, esse fenômeno configura a ruptura “que se constitui como um dos processos de demarcação de unidades discursivas na sequência informativa. As descontinuidades podem desempenhar funções pragmático-interativas relevantes [...]”.

Na visão dos autores (op. cit), a manifestação da descontinuidade dá-se tanto na organização da informação, como na materialização linguística da unidade discursiva. Ocorre, assim, a pressão que leva essa unidade a ser formada até por um fragmento textual, o qual se caracteriza por centrar-se num determinado tema. Desse modo, não haveria uma extensão limite – nem mínimo nem máximo – para a unidade discursiva, podendo ela tanto se restringir ao âmbito do enunciado como até atingir porções mais amplas do texto.

Quando tratam do fluxo de informação nas unidades discursivas, os autores asseguram que esse fluxo pode-se desenrolar de modo contínuo, rápido, como também, de maneira obstaculizada, originando *descontinuidades*, quando, então, haveria “um ritmo ralentado à progressão temática” (KOCH *et al.*, 1991, p. 146).

Cumpramos-nos apontar que, nas construções apositivas do *corpus*, a manifestação desses fatores é realmente produtiva: elas se apresentam em diferentes formas de materialização linguística, separadas por diversos sinais de pontuação, como também através de unidades constituídas ora por apenas um nome (SN- nomes ou frases sem a presença de verbo); ora por cláusula(s); e ora, ainda, por período(s).

Se nos licenciarmos a aplicar essa perspectiva aos dados do *corpus* – língua escrita, portanto – podemos considerar que o fluxo de informação das construções apositivas se desenrola entre as unidades apositivas (A e B) de forma obstaculizada. Através do processo de reconstrução, o elemento base da unidade A é reelaborado pela unidade B, sendo esta introduzida pelos marcadores de reformulação *ou seja* e *quer dizer*. Dessa maneira, o processo de reconstrução gera o fenômeno da descontinuidade, produzindo unidades apositivas parafrásicas.

Ao caráter reconstrutor da paráfrase, conforme Koch *et al.* (1991), ainda se acrescenta o seu teor de metalinguagem discursiva (implícita ou explicitamente). Nesse sentido, a reelaboração conduz o elemento parafraseador em direção ao parafraseado.

Assim, a reconstrução parafrásica pode ser efetuada pelo falante, logo que ele retoma, esclarece, precisa, ilustra o conteúdo anteriormente dito, o que faz com que, por meio desse recurso, se obtenha uma atividade efetiva de reelaboração.

Não podemos deixar de nos arriscar a reconhecer nessa análise de Koch *et al.* (op. cit.) algumas semelhanças com a noção de desgarramento tal como formulada por Decat (2011). Obviamente, os autores enxergam o objeto a partir de perspectivas teóricas distintas, mas não há como resistir a ver a concepção do desgarramento como uma forma de descontinuidade - nem que seja estrutural -, tampouco, como não pensar na descontinuidade como uma forma de desgarramento - nem que seja tópica.

A seguir, apresentaremos uma ocorrência, retirada do *corpus* da pesquisa, na qual podemos visualizar o fenômeno da descontinuidade se estabelecendo no fluxo da informação da unidade apositiva parafrásica introduzida por *quer dizer*.

- (98) E a gente sempre pode melhorar, desde que não seja apenas para ser como os outros querem que sejamos. Quer dizer, é bom ser bonito, natural, tímido ou extrovertido (desde que educado nos dois casos), até mesmo ser meio esquisito, fechado, contemplativo. Todo é positivo se é natural, exceto grosseria, cinismo, hostilidade. (VEJA, nov. 2012)

Da observação desse dado, duas pontos merecem relevo: i) por se tratar de *corpus* da língua escrita, o fenômeno da descontinuidade por inserção no tema se dá *por segmentos parentéticos (autocondicionados)*¹⁸, visto que o encaixe da unidade B (apositiva) na unidade A é realizado pelo autor sem intervenção do leitor; e ii) ocorre *reconstrução*, pelo fato de, através desse mecanismo, a paráfrase envolver uma reelaboração do conteúdo apresentado no elemento base da unidade A (base ou matriz) da construção na sequência discursiva.

Nesse contexto funcional, não poderíamos deixar de anotar que *descontinuidade* e *desgarramento* protagonizam a mesma cena enunciativa.

¹⁸ Para Koch et al. (1991, p 147), a descontinuidade por *inserção no tema* com *segmentos parentéticos* (autocondicionados) se dá quando há iniciativa de encaixamento no tema parte do próprio falante; e por *reconstrução* quando são usados mecanismos constitutivos de *paráfrases* (com variação, ou sem variação; e as adjunções) as quais envolvem uma reelaboração na sequência discursiva.

4.8. Um fecho para o capítulo

Vejamos mais duas ocorrências do *corpus*, dessa feita tomadas como pretexto para o desfecho desta análise:

(99) Mulheres não gostam de homem, gostam de dinheiro. Eles, sim, gostam de mulher. [...]

Para essa corrente de pensamento, os seres humanos comem, dormem, amam, trabalham, mentem, sentem ciúme ou compaixão, brigam, confraternizam-se, ou seja, fazem quase tudo. (VEJA, set., 2012)

(100) Segundo o pensador grego, o homem tem *logos*. Quer dizer, tem “palavra”; tem “sentido”; tem “razão”. (VEJA, mar., 2012)

Se fôssemos discutir as ideias presentes nesses recortes, certamente teríamos fartos argumentos para debatê-las, rebatê-las, combatê-las, enfim. No entanto, se nos detivermos ao que aqui nos interessa, a análise linguística em seu viés semântico e textual-discursivo, provavelmente, concordaremos no quanto é eficiente a função desenvolvida pelo *ou seja* e pelo *quer dizer* para, nesses contextos, introduzirem construções paráfrasicas de caráter apositivo.

Por isso, de tudo que refletimos ao longo deste capítulo, considerando as abordagens teóricas que tentamos aplicar, especialmente, aquelas que adaptamos da oralidade para a escrita, e que, predominantemente, assentam-se em parâmetros da linguística do texto, uma certeza irrefutável seria a de que a aposição só pode ser compreendida em sua dimensão textual, discursiva e pragmática, se for tomada como uma **construção**.

Como tal, os marcadores analisados acomodam-se ao universo discursivo, extrapolando limitações sintáticas e restrições textuais. Assim, a realização interacional dessas construções desautoriza-nos a pensarmos em gramaticalização restrita desses marcadores, desestimulando-nos a investirmos na busca de explicação para a mudança linguística em recortes solitários de itens linguísticos quando o tema é aposição.

A nosso ver, a diferença de comportamento, no *corpus*, entre um e outro conector (marcador) talvez se deva ao fato de que, embora o *ou seja* e o *quer dizer* sejam

considerados, conforme Nogueira (1999), como marcadores explícitos de reformulação: o primeiro extrai dessa função geral (a de reformulação) a característica de *ratificação* (voltada mais para a escrita); enquanto o segundo, a de *retificação* (voltada mais para a oralidade). Além disso, Koch et al (1991), quando trabalham com dados da língua oral observam que, nessa modalidade, os interlocutores estão sempre fazendo reformulações em seus discursos, a fim de serem melhor compreendidos e, para isso, fazem uso de conectores (marcadores) de base verbal; o que nos leva a presumir que, provavelmente, o conector (marcador) *quer dizer* seja mais utilizado na oralidade do que na escrita. Quanto ao *ou seja*, os dados desta pesquisa ratificam: na escrita, ele é mais utilizado do que o *quer dizer*.

De fato, o *ou seja* e o *quer dizer*, elementos estruturalmente constituídos por bases verbais, devem ter se beneficiado bastante de contextos como esses em que atuam no *corpus* desta pesquisa, porque uma vez mergulhados no universo da aposição – parafrásica, parentética, desgarrada – eles se mostram tão bem acomodados ao papel de introdutores da unidade apositiva, que estão completamente distanciados de sua função verbal prototípica. Assim, para atingirem o propósito que cumprem nos dados em estudo, sua funcionalidade não pode se desvincular da aposição.

CONCLUSÃO

Embora grande parte dos trabalhos que se voltam para o estudo da linguagem tenha priorizado o funcionamento da língua como processo de interação social, considerando a situação real de uso, atualmente, ainda é elevado o número de abordagens conservadoras sobre os fenômenos da Língua Portuguesa, as quais se limitam ao estudo fragmentado de frases e às classificações sintáticas descontextualizadas. Exemplo clássico disso é o estudo centrado na classificação dos termos da oração em *essenciais*, *integrantes* e *acessórios*, feito pela GT.

Nessa Gramática, entende-se que o aposto desempenha, na oração, uma função secundária; logo, é um termo *acessório*, que pode ser retirado da frase sem causar prejuízo. Todavia, na perspectiva de trabalhar a linguagem em uso, analisando situações reais de comunicação, conforme enfatizamos nesta pesquisa, acreditamos poder comprovar, mediante resultados dos dados, que a aposição (aposto – na abordagem tradicional) tem um papel relevante no processo da interação linguística, em virtude de poder surgir de um movimento interpretativo do produtor do texto, decorrente de certa precaução com o conteúdo informacional, ou então de percepção desse produtor diante de um suposto leitor menos avisado.

Nesse sentido, acreditamos poder também comprovar que o fenômeno da aposição se manifesta na escrita, assumindo funções textuais e discursivas, decorrentes de estratégias de argumentação presentes na mente de quem produz a mensagem e materializadas por recursos linguísticos tais como o uso de conectores (marcadores) discursivos de origem verbal. Dessa forma, para chegarmos ao estudo das construções apositivas, primeiramente situamos o aposto na abordagem tradicional para, em seguida, situarmos na visão da Linguística Funcional até chegarmos às construções apositivas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*, que constituem o objeto de estudo desta pesquisa.

Assim, sendo essa investigação, como é, alicerçada no funcionalismo linguístico, mas congregando também princípios da chamada linguística do texto - ambas as correntes ancoradas no contexto do discurso e na língua como instrumento de interação social -, os dados confirmam que as unidades apositivas das construções do *corpus* analisado, tanto em forma de SN (sintagma nominal), como em forma de sintagma oracional (clausular) são constituídas por paráfrases de naturezas diversas. Essas unidades, pela própria condição do aposto, apresentam-se desgarradas, nos termos de Decat (2011), e formam

unidades parentéticas, as quais demonstram um caráter tanto esclarecedor como de adendo, exercendo diversas funções textual-discursivas. Esse aspecto leva as construções apositivas do *corpus* a possuírem objetivos interacionais, funcionando, portanto, como estruturas organizacionais do discurso.

No tocante, especificamente, aos parâmetros da Linguística Textual, os dados do *corpus* confirmam que as construções analisadas enquadram-se na primeira classe dos parênteses postulados por Jubran (1997), como também na teoria de Koch *et al.* (1991). A primeira, no que refere ao próprio caráter parentético das unidades apositivas; e a segunda, no que concerne ao fluxo de informação sobre as discontinuidades na progressão temática.

Além disso, a análise dos dados abarcou o aspecto estrutural das construções apositivas, no que se refere aos diferentes formatos que apresentam, através de diversos sinais de pontuação; o aspecto sintático, no que se refere às funções sintáticas exercidas pelo elemento base da primeira unidade (no caso, a unidade A) da construção; e o aspecto semântico-discursivo, no que se refere às funções textual-discursivas exercidas pelas unidades apositivas (no caso, a unidade B).

No que concerne à sistematização dos dados, dentro dos limites da amostra investigada, há uma tendência, nos resultados obtidos, em se apresentarem como significativos no tema estudado, visto que respondem aos questionamentos que levantamos no capítulo introdutório da tese. Assim, os dados do *corpus* apontam para 136 ocorrências de unidades apositivas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*; sendo 109 ocorrências introduzidas por *ou seja*; e apenas 27 por *quer dizer*; o que confirma a nossa hipótese de haver, de fato, na escrita de periódicos semanais, a presença de conectores (marcadores) de base verbal.

Quanto à forma de materialização linguística, ou seja, os diferentes formatos em que se encontram, no *corpus*, os conectores (marcadores) *ou seja* e *quer dizer* apresentam comportamentos predominantemente semelhantes: ambos introduzem a unidade B (apositiva) da construção, desgarrando-se da unidade A (base ou matriz) pelos mesmos sinais de pontuação: ponto (.), vírgula (,), ponto-e-vírgula (;) e o travessão (-). Além disso, nesse aspecto, há também semelhança, no sentido de que o sinal de pontuação mais

utilizado para o desgarramento é o ponto (.), aparecendo, portanto, em primeiro lugar nas tabelas que indicam tal aspecto.

Em relação às paráfrases apresentadas no *corpus*, há semelhança de comportamento no sentido de *ou seja* e *quer dizer* introduzirem os mesmos tipos de paráfrases em unidades apositivas; exceto três tipos a mais, introduzidas por *ou seja*. Logo, dos oito tipos de paráfrase presentes no *corpus*, apenas cinco tipos são introduzidos por *quer dizer*; o que nos leva a crer que tal fato se justifica pela diferença numérica referente à presença de um e outro conector (marcador). Ainda no que concerne às paráfrases, os dados nos levam à conclusão de que, no uso da aposição, o autor lança mão de paráfrases, procurando sustentar a interação e obter êxito na comunicação.

Quanto à relação de peso (simetria e assimetria) nas construções, os resultados atestam semelhança entre ambos os conectores (marcadores): tanto o *ou seja* como o *quer dizer* introduzem unidades apositivas que tornam as construções ora simétricas; ora assimétricas. Os dados ratificam o peso assimétrico ser o mais recorrente: *leve/pesado* e *pesado/leve*. Em sua maioria, o peso corresponde aos tipos de paráfrase mais recorrentes no *corpus*, no que se refere ao fluxo informacional constitutivo dessas paráfrases, conforme atestam os dados.

No tocante ao elemento base da unidade A da construção apositiva, os resultados obtidos apresentam semelhança de comportamento entre os conectores (marcadores) *ou seja* e *quer dizer*: ambos apresentam o *período* como o mais recorrente na constituição desse elemento; o qual se sobressai dentre todas as funções sintáticas apontadas pelos dados. No nosso entender, o ponto (.), sinal de pontuação mais recorrente nos formatos das construções do *corpus*, parece ter correspondência direta na formação do *período*; visto que este se apresenta como uma porção de sentido, o qual, na escrita, é encerrado por *ponto*. Assim, entendemos também que o autor do texto, através da relação semântica de *correferência do ponto de vista do locutor*, é levado a re-elaborar; ou seja, a parafrasear muito mais uma porção de sentido (no caso, o período), do que parte dessa porção (no caso, um sujeito, um objeto direto ou outras); o que nos parece justificar a presença marcante do período na representação do elemento base das construções; apesar de a aposição permear quase que todos os termos oracionais.

Quanto às funções textual-discursivas, os dados nos revelam que as unidades apositivas introduzidas por *ou seja* e *quer dizer*, tanto em sua forma nominal (SN), como em sua forma oracional (clausular) exercem semelhantemente uma variedade de funções, tendo, as mais recorrentes, correspondência com os tipos de paráfrase utilizadas pelo autor do texto.

Constatamos, portanto, que o fenômeno estudado se manifesta na escrita, assumindo funções textual-discursivas, decorrentes de estratégias de argumentação presentes na mente de quem produz a mensagem e materializadas por recursos linguísticos, tais como o uso de conectores/marcadores discursivos de origem verbal. Acreditamos, ainda, que, nesta pesquisa, essas funções estão intimamente relacionadas à intenção comunicativa dos gêneros em que se encontram; ou seja, nos gêneros opinativos. Assim, conforme os dados apontam, a *aposição* não possui uma função sintática, mas uma função discursiva, constituindo um mecanismo de re-elaboração de construções no texto; tal mecanismo funciona, portanto, como elemento articulador discursivo.

Em assim sendo, concluímos este estudo, esperando contribuir para a expansão dos estudos funcionalistas, particularmente, no que concerne ao tratamento do fenômeno linguístico da *aposição*, argumentando a favor de análise de elementos da língua, feita a partir de abordagens textuais e discursivas. **Ou seja**, guiados pela certeza de que a gramática reflete o discurso e é por ele refletida; **quer dizer**, a influência entre um domínio e o outro é mútua e indissociável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE, M. L. M. *Gramática: texto, análise e construção de sentido*. Volume único/ Maria Luiza M. Abaurre, Marcela Pontara (org.); [ilustrador Eloar Guazzelli]. São Paulo: Moderna, 2006.

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo*. 22. ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1969.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. *La argumentación en la lengua*. Versión española de Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos S. A., 1994.

ANTONIO, J. D. O texto como objeto de estudo na linguística funcional. In: NAVARRO, P. (orgs.). *O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva*. Maringá: Eduem, 2009.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. *Construction de la reference et stratégies de désignation*. TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique), n. 23, p. 227-271, 1995.

AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. 8. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, E. M. *Nova gramática da língua portuguesa/ Enéas Martins de Barros*. São Paulo: Atlas, 1985.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1988.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRANDÃO, C. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963.

BUENO, F. da S. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo, Saraiva, 1968.

BURTON-ROBERTS, N. Nominal apposition. In: *Foundations of language*, 13, 1987.

_____. "Ambiguity, Sentence and Utterance". *Transactions of the philological society* 92.2: 179-213. 1994.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. 18ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, S. H. B. *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. Campinas: Autores Associados, 2003.

CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1988.

CARVALHO, C. S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAFE, W. *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

_____. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In: D. Tannen (ed). *Spoken and written language – exploring orality and literacy*. Norwood, NJ: Ablex, 1982.

_____. *Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious in speaking and writing*. Chicago: Chicago University press. 1994.

COSTA VAL, Maria G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CUNHA, C. F. *Gramática de língua portuguesa*. Rio de Janeiro, FAE: 1984.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1985.

_____. C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2001.

DECAT. M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de unidade informacional. In: *Scripta*. Belo Horizonte, vol. 2., n. 4, p. 23-28, 2º semestre de 1999.

_____. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao “desgarramento” In: *Scripta*. Belo Horizonte vol, 5, n.9, p.104, 2º semestre de 2001.

_____. *Estruturas desgarradas em língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 2011.

DIAS, N. B. *As cláusulas apositivas: estatuto sintático, semântico e pragmático*. Relatório de Pesquisa. FAPEMIG. 2004

_____. Cláusulas apositivas em português; estatuto sintático-discursivo. Comunicação no *GEL*. Santo André. Junho de 2005a.

_____. Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo. Veredas / UFRJ, 2005b.

_____. Cláusulas apositivas “desgarradas” em português: estatuto sintático-discursivo. In: *Veredas*. Juiz de Fora. V.8, n.1, p. 63-67, 1º semestre 2006.

DIK, Simon C. *The Theory of Functional Grammar*, vols 1 e 2. ed by HENGVELD (Kess). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DIAS, N. B. & S. FILHO. *Os enunciados apositivos*. Relatório BIC/UF JF. 2004.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. *Para entender o texto - leitura e redação*. 4. ed. São Paulo, Editora Ática 1995.

FREITAG, R. M. Ko. Marcadores Discursivos não são vícios de Linguagem! In: *Interdisciplinar: Revista de Estudos de Língua e Literatura*, 2007.

FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris: Press universitaires de France, 1982.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

GIVÓN. T. *Syntax: I*. New York: Academic PRESS, 1984.

_____. A functional-typological introduction. Vol. II. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GÓIS, C.; PALHANO, H. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves: 1960.

GONÇALVES, S. C. et al.(org.) *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola, 2007.

GORSKI, E. M. et al. Gramaticalização/discursivização de itens de base verbal: funções e formas concorrentes. In: *Estudos Linguísticos*, 2004.

GRYNER, H. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 28, p. 69-83, Jan/Jun, 1995.

HAIMAN, M. D.; THOMPSON, S.A. “Subordination” in universal grammar. In: *Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 10, 1984. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984, p. 510-523.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to function grammar*. 2 ed., London, Edward Arnold, 1985.

_____.; HASAN, R. *Cohesion in english*. London: Longman, 1976.

_____. *Cohesion in spoken and written english*. Longman, Londres. 1973

HILGERT, J. G. As paráfrases na construção do texto falado. In: KOCH, I. G. V. (org) *Gramática do texto falado*. Vol.VI. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, D. (org). *Análise de textos orais*. Projeto NURC/SP. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

_____. *A paráfrase um procedimento de construção do texto diálogo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, tese de doutoramento, 1989.

HOCKETT, C. F. *A course in modern linguistics*. The Macmillan Company, 1958.

HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistic Society, 1987.

HOUAISS, A., VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

JUBRAN, C. A. S. Funções textuais-interativas dos parênteses. In: NEVES, M. H. M. *A gramática do português falado VII: Novos estudos*. São Paulo: Unicamp, 1999.

_____. *Funções textuais-interativas dos parênteses*. 1997 (mimeo) UNESP.

_____. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A.; KATO, Mary A. (org). *Gramática do português falado*. Vol. V: Convergências. Campinas: Unicamp, 1996.

KEHDI, V. *Construção de gerúndio subentendido: as construções sintáticas justapostas em português*. (Tese de doutoramento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

KOCH, I. V. et al. Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, A. T. (org). *Gramática do português falado*. Vol. I: A ordem. Campinas: Unicamp, 1991, pp. 144-181.

KOCH, Ingedore V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 5.ed., São Paulo: Contexto, 1993.

KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Contexto, 2005.

Koch, Ingedore V. e Elias, Vanda M. *Ler e Compreender os Sentidos do Texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 9. ed. 5. imp. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Lições de análise sintática*. 7. ed. São Paulo: ed. Lisa S. A, 1973.

_____. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1991.

LAGO, J. A special type of nonrestrictive modification: the apposition. Santiago Compostela: *Verba*, 18, 1991.

LAKOFF, R. The pragmatics of subordination. In: *Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 10, 1984, Berkeley. Proceedings. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984.

LEHMANN, C. Towards a Typology of Clause Linkage. In: THOMPSON, S; HAIMAN, J. (orgs.). *Clause combining grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 9. ed. São Paulo: Globo, 1989.

_____. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University, 1968.

_____. *Semantics*. Vol. 1 e 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português*. 3. ed. São Paulo. Pioneira, 1978.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) *Gêneros Textuais e Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

_____. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. T. de (org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: EDUNICAMP, 1989.

MARTELOTTA. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: MARTELOTTA, M.; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (Orgs.) *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

MATOS, G. Estruturas de coordenação. In: MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTHEWS, P. H. Justaposition. In: MATTHEWS, P. H. *Syntax*. New York: Cambridge University Press, 1981.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and “subordination” In: *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1988.

MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*: para os ginásios e colégios, vestibulares, concursos e para os estudiosos da língua. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

_____. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S. A.: 1978.

MEYER, C. F. Apposition in English. In: *Journal of english linguistics*, vol. 20.1., 1

_____. *Restrictive apposition: an indeterminate category*. Netherlands: English-Studies, 1989.

_____. *Apposition in contemporary english*. New York: Cambridge University Press, 1992.

MIRA MATEUS, M. H. *et. al. Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M. *et al. Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M.H.M. *A coordenação interfrasal em português*. (Tese de livre-docência) Araraquara:UNESP, 1984a.

_____. Articulação de orações. In: Colloque International de linguistique fonctionnelle, XXII, 1998, Évora. *As línguas no dealbar do século XX – Actes du XXII Colloque International de linguistique fonctionnelle*. Évora, 2004.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2011.

NOGUEIRA, M. T. *A oposição não restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. (Tese de Doutorado). Unesp/Araraquara, 1999.

ONO, T.; THOMPSON, S. A. Unattached NPs in English Conversation. *Proceedings of the twentieth annual meeting of the Berkeley linguistics society*. Berkeley: University of California Press, 1994.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'Argumentation: La nouvelle rhétorique*. 2. ed. Bruxelles: Editions de l'Institut de Sociologie, 1970.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

QUIRK, R. *et. al. A comprehensive grammar of the english language*. London/New York: Longman, 1985.

ROCHA LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 20. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1979.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

_____. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 33 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

RISSO, M. S. Aspectos textuais-interativos dos marcadores discursivos de abertura “bem, olha, ah” no português culto falado. In: NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática portuguesa falado*. Vol. VI. Campinas: Unicamp, 1999.

- RODRIGUES, C. F. De Nuevo sobre la aposición. Servila: *Verba*. 1989.
- SILVA, C. R. *Mas tem um porém...: mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos*. (Tese de Doutorado). João Pessoa: UFPB, 2005.
- TABOADA, M. Relaciones sintácticas en el interior de la frase nominal: la aposición. In: *Verba*, 5, 1978.
- THOMPSON, S. A. Subordination in Formal and Informal Discourse. In: SCHIFFRIN, D. (Ed.) *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington: Georgetown University Press, 1984.
- _____. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988.
- TORRES, A. A. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A., 1959.
- TRAUGOTT, E. C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Manchester: Stanford University, 1995.
- VAN VALIN JR., R. D. A Typology of Syntactic Relations in Clause Linkage. In: *Annual meeting of the berkeley linguistics society*, 10, 1984, Berkeley. Proceeding. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984.
- VILELA, M.; KOCH, I.V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- VOTRE, S. J. Um paradigma para a linguística funcional. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- WENZEL, A. *Funktionem kommunikativer paraphrasen*. In: *Dialogfosschun*. Tradução: J. G. HILGERT. São Paulo, 1985.
- WHITE, P. *An introduction tour through appraisal theory*. 2003. Disponível em: <http://www.gramatics.com/appraisal/AppraisalGuide>. Acesso em: 23 de abril de 2015.